



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS

MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COSME DANIEL GUIMARÃES FAGUNDES

A “ONDA ROSA” NA AMÉRICA DO SUL:
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Salvador
2023

COSME DANIEL GUIMARÃES FAGUNDES

**A “ONDA ROSA” NA AMÉRICA DO SUL:
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia, como requisito de aprovação.

Área de concentração: Desenvolvimento e governança global.

Linha de pesquisa: Globalização, desenvolvimento e cooperação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GUIMARÃES FAGUNDES, COSME DANIEL
A ONDA ROSA NA AMÉRICA DO SUL: UM ESTUDO COMPARADO
ENTRE BRASIL E ARGENTINA / COSME DANIEL GUIMARÃES
FAGUNDES. -- SALVADOR, 2023.
122 f. : il

Orientador: LUIZ ANTÔNIO MATTOS FILGUEIRAS.
Dissertação (Mestrado - MESTRADO ACADÊMICO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS) -- Universidade Federal da
Bahia, INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS, 2023.

1. PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA. 2.
REGIME DE POLÍTICA MACROECONÔMICA. 3. ONDA ROSA. 4.
AMÉRICA DO SUL. 5. ESTUDO COMPARADO. I. MATTOS
FILGUEIRAS, LUIZ ANTÔNIO. II. Título.

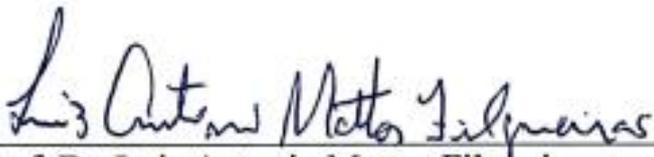
COSME DANIEL GUIMARÃES FAGUNDES

**POLÍTICAS ECONÔMICAS DURANTE A “ONDA ROSA” NA AMÉRICA DO
SUL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

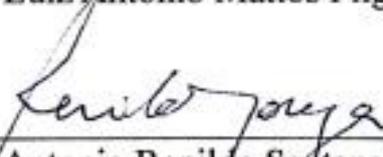
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 07 de dezembro de 2023.

Banca examinadora



Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras



Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza



Prof. Dr. Hamilton de Moura Ferreira Júnior

RESUMO

FAGUNDES, C. D. G. A *“Onda Rosa” na América do Sul: um estudo comparado entre Brasil e Argentina*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

A História política-econômica da América do Sul é resgatada para ajudar a explicar como as políticas econômicas empreendidas durante a Onda Rosa, que varreu a região no início deste século, não foram suficientes para superar a estrutura produtiva neoliberal e o caráter dependente e subordinado, típico de uma economia da periferia do capitalismo mundial. Nesse esforço, alguns conceitos são empregados e o Padrão de Desenvolvimento Capitalista torna-se o termo de comparação que orienta toda a pesquisa e o estudo comparado. Ao longo do texto, a dinâmica econômica passa a ser explicada pelos conceitos do Padrão de Desenvolvimento, que sintetiza a estrutura produtiva e dependente das economias periféricas, e o conceito de Regime de Política Macroeconômica, que interpreta as mudanças conjunturais, ambos, fortemente, condicionados e influenciados pelo cenário externo. Conclui-se, que em razão da manutenção da base econômica neoliberal, constituída por um conjunto de reformas estruturais de difícil reversão, implementadas ao longo de pelo menos quatro décadas, não houve possibilidade de estabelecer mudanças estruturais para viabilizar uma nova dinâmica produtiva na região.

Palavras-chave: Padrão de Desenvolvimento Capitalista. Regime de Política Macroeconômica. Onda Rosa. América do Sul. Estudo Comparado.

ABSTRACT

FAGUNDES, C. D. G. *The “Pink Tide” in South America: a comparative study between Brazil and Argentina*. Dissertation (Master in International Relations) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

The political-economic history of South America is rescued to help explain how the economic policies undertaken during the Pink Tide, which occurred in the region at the beginning of this century, were not enough to overcome the neoliberal productive structure and the dependent and subordinate character, typical of an economy on the periphery of world capitalism. In this effort, some concepts are used, and the Capitalist Development Pattern becomes the comparison term that guides the entire research and comparative study. Throughout the text, economic dynamics are explained by the concepts of the Development Pattern, which summarizes the productive and dependent structure of peripheral economies, and the concept of Macroeconomic Policy Regime that interprets cyclical changes, both strongly conditioned and influenced by the external scenario. It is concluded that due to the maintenance of the neoliberal economic base, constituted by a set of structural reforms that were difficult to reverse, implemented over at least four decades, there was no possibility of establishing structural changes to enable a new productive dynamic in the region.

Keywords: Capitalist Development Pattern. Macroeconomic Policy Regime. Pink Tide. South America. Comparative study.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – América do Sul.....	14
Imagem 2 – Exportações por tipo de bens Intrarregional/Para o resto do mundo.....	47
Gráfico 1 – Linha do tempo da Onda Rosa na Argentina e no Brasil.....	82
Gráfico 2 – PIB anual em dólar corrigido (US\$ milhões).....	97
Gráfico 3 – PIB anual do Brasil e da Argentina durante a Onda Rosa em dólar corrigido (US\$ milhões).....	99
Gráfico 4 – PIB <i>per capita</i> do Brasil e da Argentina durante a Onda Rosa em dólar corrigido (US\$ milhares).....	100
Gráfico 5 – Taxa de crescimento real do PIB ano/mundo (%).....	102
Gráfico 6 – Resultado fiscal primário (% do PIB).....	102
Gráfico 7 – Balança comercial brasileira (US\$ bilhões).....	103
Gráfico 8 – Investimento estrangeiro direto (IED) (US\$ milhões).....	104
Gráfico 9 – Evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (BR). 105	
Gráfico 10 – Evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (AR).....	105
Gráfico 11 – Índice de Gini da América do Sul.....	107
Gráfico 12 – Salário-mínimo nominal, deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de cada país (2000=100%).....	108
Gráfico 13 – Taxa de desemprego (variação percentual).....	108
Gráfico 14 – Taxa de inflação, preços médios ao consumidor (variação percentual anual).....	109
Gráfico 15 – Média da população da América do Sul em situação de pobreza e extrema pobreza (variação percentual).....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL – América Latina

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BC – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAN – Comunidade Andina

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CESAM – Comissão Especial de Saúde da Amazônia

CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CN – Congresso Nacional

CODELCO – Corporação Nacional do Cobre do Chile

Corfo – Corporação de Fomento

CSS – Cooperação Sul – Sul

CW – Consenso de Washington

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

ESUDE – Escola Sul-Americana de Defesa

EUA – Estados Unidos da América

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

G -77 – Grupo dos 77

IAPI – *Instituto Argentino para la Promoción y el Intercambio*

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISI – Industrialização por Substituição de Importações

JK – Juscelino Kubitschek

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan – Americana da Saúde

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDVSA – Empresa Estatal Petróleos de Venezuela

PIB – Produto Interno Bruto

PLP – Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico

MCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MNOAL – Movimento dos Não Alinhados

NME – Nova Matriz Econômica

RMS – Reunião de Ministros da Saúde

RRNN – Recursos Naturais

RU – Reino Unido

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. HISTÓRIA POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL.....	21
2.1 A FORMAÇÃO DESINTEGRADA DA AMÉRICA DO SUL – REGIONALISMO INFANTE A LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	21
2.2 PENSAMENTO CEPALINO NA ERA DESENVOLVIMENTISTA – PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO	28
2.3 A ONDA ROSA COMO UM MOVIMENTO POLÍTICO AUTÔNOMO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	35
2.3.1 Cooperação sul-americana.....	36
2.3.2 UNASUL – Projeto de união política	41
2.3.3 IIRSA – Conjunto de projetos de integração física	44
3. PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, REGIME DE POLÍTICA MACROECONÔMICA E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	50
3.1 CONCEITO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	51
3.2 O CONCEITO DE REGIME DE POLÍTICA MACROECONÔMICA	57
3.3 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	58
4. PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE HISTÓRICA DA AMÉRICA DO SUL.....	62
4.1 A REALIDADE DO BRASIL	64
4.2 A EVOLUÇÃO NO CONTEXTO DA ARGENTINA	70
4.3 OUTROS PAÍSES SULAMERICANOS	76
5. PADRÃO REGIONAL, SINGULARIDADES NACIONAIS – AVANÇOS SOCIAIS E DESEMPENHO ECONÔMICO DURANTE A ONDA ROSA.....	82
5.1 ESTRATÉGIAS DO GOVERNO LULA; LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA ANÁLISE CONJUNTURAL E DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS	83
5.2 O KIRCHNERISMO PARA ALÉM DO PERONISMO – O CASO ARGENTINO.....	91
5.3 ESTRATÉGIAS E DESEMPENHOS NACIONAIS COMPARADOS À LUZ DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO.....	96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PASSO NÃO DADO	112
REFERÊNCIAS	117

1. INTRODUÇÃO

As novas políticas econômicas iniciadas a partir do movimento político instaurado na região da América do Sul, de forma democrática, no começo deste século, é o foco da análise pretendida, ou seja, as políticas econômicas da chamada “Onda Rosa”. Para isso, compreender a conjuntura internacional e os Regimes de Políticas Macroeconômicas, bem como os limites e as possibilidades impostas pelos respectivos Padrões de Desenvolvimento Capitalista de cada país na região, mas, sobretudo, no Brasil e na Argentina, durante a Onda Rosa, são elementos fundamentais da pesquisa.

Para Bresser-Pereira (2012), a América do Sul experimentou seu período de maior desenvolvimento social e crescimento econômico, concomitantemente com o amadurecimento das teorias desenvolvimentistas, sobretudo, após a constituição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 1948. Esse arcabouço teórico foi fundamental para a compreensão dos entraves políticos e econômicos de cada nação da região. Assim, apesar das várias concepções distintas, os projetos desenvolvimentistas implementados, entre as décadas de 1930 e 1980, possuíam linhas mestras comuns: estratégias pautadas na busca da soberania política e do desenvolvimento econômico através do *catch up* (Bresser-Pereira, 2012).

Nesta pesquisa, a expressão “estratégia econômica” sintetiza os caminhos que os líderes políticos escolhem para a sociedade alcançar um objetivo pré-determinado e, que reflita, pelo menos em parte, os anseios da própria sociedade. Visão esta compartilhada por outros autores:

Uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil deve ser composta de duas partes. A primeira é o ponto final, ou seja, *para onde se quer levar a sociedade*. E a segunda é a *trajetória econômica* que deve facilitar a chegada ao ponto final (Sicsú, 2009, p. 19) (grifo do autor).

Dessa forma, as ações em torno das Políticas Macroeconômicas que visam, ou não, alterar o Padrão de Desenvolvimento Capitalista vigente serão abordadas como expressões de

uma Estratégia Econômica, assim como o nacional-desenvolvimentismo e o neoliberalismo, sintetizado pelo Consenso de Washington (CW), o foram.

A partir do declínio da Era Desenvolvimentista, nos anos 1980, esse movimento perdeu espaço com o surgimento e fortalecimento do neoliberalismo, ideologia que passaria a pautar as decisões políticas e econômicas da região, sob forte influência do *hegemon* – os Estados Unidos. O Padrão neoliberal periférico foi marcado pela abertura comercial e financeira da economia, privatizações de empresas e serviços públicos, reforma trabalhista (ampla retirada de direitos dos trabalhadores) e generalização da terceirização, reformas da previdência (três desde os anos 1990, sendo que a segunda foi feita pelo primeiro governo Lula), reforma do Estado em uma perspectiva gerencial (privatização por dentro), independência do Banco Central e aprisionamento da política fiscal na Constituição (Filgueiras, 2020). No entanto, para Bresser-Pereira (2006a, 2012), após o “fracasso” neoliberal houve um ensaio da retomada de políticas desenvolvimentistas com a eleição de líderes de centro-esquerda e esquerda, como Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002, Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003 e tantos outros nos países da região. Esse período passou a ser conhecido como a Onda Rosa da América do Sul.

A expressão Onda Rosa foi mais amplamente empregada para caracterizar o período, mas podem ser observadas outras expressões que retratam o mesmo fenômeno político como: guinada à esquerda, período pós-neoliberal ou maré rosa que é a tradução para “*Pink Tide*”. Para Silva (2015), este termo é a origem da expressão “Onda Rosa”, utilizado, inicialmente, para retratar a descontinuidade com o neoliberalismo, personificado pela Primeira-ministra do Reino Unido Margaret Thatcher, ocorrida em alguns países da Europa Ocidental, em meados da década de 1990, com a eleição de líderes políticos como Tony Blair, no Reino Unido e Lionel Jospin, na França. A opção pela cor rosa seria uma forma de diferenciar a esquerda não associada ao comunismo, que estampava o vermelho como símbolo e havia acabado de sofrer um duro golpe com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991.

Posteriormente, o mesmo termo, “*Pink Tide*” na literatura inglesa e “Onda Rosa” na literatura em português, foi utilizado pelo correspondente do *The New York Times*, Larry

Rohter, em uma referência à eleição de Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2005. No primeiro momento, devido ao histórico do jornalista, que carrega um viés reacionário, essa expressão soou de forma pejorativa, entretanto, em seguida, passou a ser divulgada e foi assimilada pelos líderes do movimento, como Hugo Chávez.

A Onda Rosa abrangeu um período de, aproximadamente, 15 anos, ocorrendo e se manifestando em momentos diferentes em cada país sul-americano, em virtude dos calendários eleitorais pertinentes a cada um deles. Para Silva (2015), outro elemento determinante para eclosão desse movimento foi proporcionado pelo fim da Guerra Fria – que dificultava a ascensão de líderes políticos de esquerda na zona de influência dos Estados Unidos da América (EUA). Todavia, para fins didáticos, Oliveira (2020) traça como marco inicial da Onda Rosa, a eleição de Hugo Chávez, em 1999, na Venezuela. Esse momento foi seguido por inúmeras eleições vitoriosas dos candidatos críticos às políticas neoliberais em, praticamente, todos os países da América do Sul. Já o fechamento deste ciclo de governos de esquerda ocorreu em 2015, com a eleição de Mauricio Macri, na Argentina e com o golpe parlamentar, no Brasil, contra Dilma Rousseff, iniciado em 02 de dezembro de 2015.

Em termos conceituais, Oliveira (2020) apresenta a Onda Rosa, entre outras características, como um movimento político predominantemente de esquerda, por ser contra a continuidade das políticas neoliberais que foram nefastas para a economia e para os povos da região. Entretanto, guarda particularidades em sua forma e conteúdo, devido às realidades encontradas em cada nação: crises orgânicas encontradas na Venezuela, Equador e Bolívia e resquícios das crises financeiras vistas na Argentina e no Brasil (Silva, 2015). E interdependentes, uma vez que a eleição de um líder em um país influenciava a eleição de simpatizantes em outro (Oliveira, 2020), além do papel de movimentos indigenistas que se estendiam por mais de um país.

A região da América do Sul é o recorte espacial, apesar da Onda Rosa ser um movimento relacionado à América Latina. Essa especificação foi necessária devido ao grande número de pequenos países da América Central e do Caribe, bem como ao processo de formação da região da América do Sul ser mais correlato. Outro elemento participativo desses

momentos foi a preponderância da dinâmica característica da Onda Rosa. No período em consideração, a Colômbia foi o único país que não teve uma eleição vencida por um candidato de esquerda ou centro esquerda. Embora durante o governo de Álvaro Uribe (2002 – 2010) a cartilha neoliberal tenha sido, parcialmente, negada – um dos elementos constituintes do fenômeno da Onda Rosa, e este tenha mantido forte aproximação com as políticas desenvolvidas em conjunto com os países da região (Oliveira, 2020).

Outro ponto importante é a exclusão dos países da região das Guianas, uma vez que, politicamente, estão mais relacionados com as dinâmicas do Caribe. Assim, a Guiana, o Suriname e o Departamento Ultramarino Francês (Guiana Francesa), além do território das Ilhas das Malvinas ocupado pelo Reino Unido, não fazem parte do recorte espacial do presente estudo, apesar de constituírem a América do Sul.

Imagem 1 – América do Sul



Fonte: Elaboração Própria (2022).

Para além de um recorte espacial, essa delimitação pretende demarcar o nível de análise dos atores nos Estados nacionais, sobretudo, Brasil e Argentina que compõe o estudo comparado, apesar da região como um todo ser analisada dentro do sistema internacional. Isso ocorre, justamente, devido à história compartilhada entre os países da região, desde o

processo de independência até o desempenho econômico similar – muito beneficiado pelo *boom* das *commodities*, por exemplo. Essa realidade será resgatada na presente pesquisa como uma forma de explicar a histórica desintegração regional e o desenvolvimento desigual e combinado ocorrido na região. Devido a este fenômeno, os países da região se comportaram, por muito tempo, como ilhas isoladas entre si e muito mais conectadas aos centros políticos e econômicos das antigas metrópoles coloniais. Essa análise regional, inclusive com outros países sul-americanos, além do Brasil e da Argentina, é importante para compreender o padrão regional existente que, em parte, pode explicar os comportamentos adotados por Brasil e Argentina.

Para Prebisch (1962), esse processo de consciência enquanto uma região com características similares começou a tomar forma a partir da Era Desenvolvimentista. Neste momento histórico, inúmeros intelectuais, como ele próprio e Celso Furtado, se debruçaram sobre os problemas políticos e econômicos com a finalidade de superar a antiga estrutura remanescente do período colonial, ao propor o desenvolvimento conjunto de toda a região. Nessa dinâmica, a Escola Estruturalista do Pensamento Econômico foi um importante instrumento, juntamente com a CEPAL, para romper com as amarras intelectuais produzidas nos países centrais do capitalismo, mas sempre considerando as particularidades de cada país como economias de tamanho e possibilidades diferentes.

Nesse sentido, a incompreensão dos motivos que levavam um país como o Brasil e a Argentina, ou toda uma região como a América do Sul, com inúmeras potencialidades, a seguir as “orientações” de outra nação, reconhecidamente imperialista, torna-se o mote e a justificativa da construção dessa pesquisa acadêmica. Inclusive, este mesmo sentimento permeou muitos intelectuais no período pré-cepalino, ao imputar as causas do atraso econômico/social à falta da capacidade de desenvolver soluções próprias:

O progresso que a América Latina não conseguia protagonizar foi visto, na segunda metade do século XIX, como resultado da importação do conhecimento científico e das tecnologias e não como o desenvolvimento próprio e autônomo das mesmas (Santos, 2000, p. 74).

Ademais, o recurso ao estudo comparado se mostra necessário para o autor poder se debruçar sobre as análises dos casos reais, de como o fenômeno em questão ocorreu de fato no ambiente complexo da região sul-americana. A seleção do Brasil e da Argentina para o estudo comparado se deu por serem países importantes nesse processo de retomada da autonomia política regional e sintetizarem, de alguma forma, as experiências com melhores resultados no sentido de promoção do desenvolvimento autônomo, sobretudo, a partir da Era Desenvolvimentista. Outro elemento importante, é a constituição desses países como zonas com trajetórias distintas desde o período da colonização até a eclosão do movimento da Onda Rosa dentro da América do Sul.

Nesse sentido, ao falar da Onda Rosa, Bresser-Pereira (2012) utiliza o termo “retomada”, justamente para indicar uma tentativa de construir um novo paradigma desenvolvimentista na região com a experiência emancipadora vivenciada pelos países durante a Era Desenvolvimentista. As práticas e diretrizes produzidas no centro do *mainstream* capitalista, como as produzidas no período neoliberal, tentaram ser superadas, ou pelo menos, amenizadas através de práticas e diretrizes mais condizentes com a realidade dos países sul-americanos. Todavia, devido às características das economias de cada nação, juntamente com outros fatores, o poder de respostas, e, portanto, as trajetórias das políticas econômicas desenvolvimentistas pretendidas foram distintas.

Para poder discorrer sobre algumas dessas nuances, as trajetórias das políticas econômicas do Brasil e Argentina serão analisadas a partir do estudo comparado pretendido. No caso brasileiro, os limites impostos pelo Bloco no Poder, que colaborou para alçar Lula ao Palácio do Planalto, serão evidenciados; assim como a análise das estratégias e políticas econômicas do governo Lula. Por sua vez, o caso da Argentina será estudado com o objetivo de entender o kirchnerismo para além do peronismo, assim como a relevância da Argentina para a região do Cone Sul. Em comum, mesmo com todas as especificidades da região e até mesmo de cada um dos seus países, a maioria destes conseguiu lograr um crescimento econômico durante o período, muito associado ao *boom* das *commodities* provocado, entre outros fatores, pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Foi acompanhado, entretanto, pelo agravamento do processo

de desindustrialização precoce da região (Filgueiras, 2012), apontando para uma reprimarização da economia.

Face ao exposto, este trabalho apresenta a seguinte questão-problema: “Quais os motivos da Onda Rosa, enquanto movimento político sul-americano, não ter conseguido estabelecer um novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista para os países da região? Apesar do crescimento econômico com melhorias sociais, resultado das políticas econômicas adotadas durante o período”.

Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho seria entender a relevância do movimento político sul-americano nas duas primeiras décadas do século XXI, expresso no termo Onda Rosa, guiado pela busca de uma maior autonomia política por parte dos Estados nacionais da região; e porquê esse esforço não repercutiu na alteração do Padrão de Desenvolvimento Capitalista – que traria melhorias muito mais significativas nos indicadores sociais e econômicos das populações locais, ao superar a estrutura herdada do período neoliberal. Mais especificamente, analisar tal movimento político, com suas implicações econômicas, através do estudo comparado de dois casos da região, tendo em vista o porquê da não ruptura com os seus respectivos Padrões de Desenvolvimento Capitalista de natureza neoliberal.

Assim, para alcançar esse objetivo algumas etapas são entendidas como necessárias, sendo elas: inicialmente, compreender o processo de formação histórica da região da América do Sul e os seus impactos para a adoção de políticas econômicas alinhadas durante o fenômeno em tela. Em seguida, problematizar os conceitos de Padrões de Desenvolvimento Capitalista e Regimes de Política Macroeconômica, seguida da apresentação da evolução socioeconômica do Brasil e da Argentina. E por fim, realizar um estudo comparado sobre as estratégias adotadas e os resultados obtidos das políticas econômicas conduzidas pelo Brasil e Argentina durante a Onda Rosa.

Para desenvolver essa pesquisa, sobre as políticas econômicas durante a Onda Rosa na América do Sul, algumas premissas são aceitas como forma de auxiliar o esforço acadêmico do pesquisador.

Nesse sentido, é tomado como verdade o fato de o movimento da Onda Rosa ter sido um movimento predominantemente localizado à esquerda do espectro político. Esse pressuposto tem como base o fato de que a maioria dos presidentes eleitos neste contexto apresentaram um discurso e planos de governos que negavam a continuidade com o projeto neoliberal, encapado pela direita neoliberal associada ao capital externo. Ademais, Bobbio (1995) caracteriza movimentos de esquerda como aqueles que buscam um desenvolvimento igualitário, onde o indivíduo está inserido na sociedade e não o é visualizado de forma unitária.

Outro elemento importante, é a experiência neoliberal na região ser tida como nefasta para a maior parte de sua população. Essa premissa é fundamental, haja vista que a partir dela cria-se um ambiente social que entra em choque com o Padrão de Desenvolvimento Capitalista vigente e a população passa a demandar mudanças nessa estrutura posta. Por outro lado, em maior ou menor grau, há uma melhoria na condição de vida dos povos da região durante o período da Onda Rosa. Essa evolução, no quadro social da região, pode ser evidenciada com a exposição dos Índices de Gini do período em tela.

Para Oliveira (2020), um analista político no início deste século, ao observar o cenário político-econômico da América do Sul, poderia esperar o surgimento de uma nova dinâmica capitalista – com inovações econômicas democraticamente induzidas, através de estratégias e políticas econômicas de longa duração para a região - tal qual a experimentada pela Europa Ocidental, a partir do consenso socialdemocrata que resultou nos Trinta Anos Gloriosos¹.

A hipótese adotada por esse trabalho é: apesar da ocorrência de crescimento econômico, com avanços sociais importantes, durante a Onda Rosa, o Padrão de Desenvolvimento Capitalista herdado do período neoliberal não se alterou, porque o movimento se restringiu a uma mudança de caráter conjuntural, decorrente de alterações nos Regimes de Políticas

¹ Trinta Anos Gloriosos é referente aos 30 anos (de 1945 a 1975) que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial e que constituíram um período de forte crescimento econômico na maioria dos países desenvolvidos – notadamente os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Período marcado por uma condução da política econômica com maior presença do Estado na economia (Oliveira, 2020).

Macroeconômicas compatíveis com as características estruturais do Padrão anterior. Um forte indício da validade dessa hipótese reside no curto período de tempo em que o movimento da Onda Rosa teve para propor e conseguir estabelecer um novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista para a região, que superasse a herança neoliberal. A partir desse movimento, poucos líderes políticos conseguiram eleger seus sucessores para manter e continuar com as mudanças esperadas pela população.

A metodologia adotada, para encontrar as respostas necessárias, não foge à regra de uma pesquisa típica dessa temática. A revisão bibliográfica será empregada para apresentar o estado da arte retratado a partir da perspectiva histórica de longa duração², além de discutir as categorias de análise fundamentais para a compreensão do problema proposto. Concomitantemente, a coleta de dados secundários servirá para atualizar os índices e indicadores importantes para as análises pretendidas.

Por fim, conforme já supracitado, a partir do estudo comparado, a pesquisa poderá aprofundar a análise sobre as políticas econômicas durante a Onda Rosa na América do Sul. Dessa forma, o Brasil e a Argentina foram selecionados por apresentarem políticas econômicas antineoliberais distintas, além da possibilidade de desenvolver um estudo intensivo e sistemático sobre os fenômenos relacionados à política e à economia local, sob influência da conjuntura internacional e dos Regimes de Políticas Macroeconômicas adotados.

Este trabalho é composto por mais quatro capítulos, além desta Introdução e da Conclusão, que irá arrematar os argumentos empenhados ao longo dos capítulos com a percepção do autor sobre a temática abordada. No segundo capítulo, com um teor mais histórico, o autor busca elencar os caminhos percorridos pelos países que constituem a América do Sul e que se apresentam como determinantes para as escolhas adotadas dentro do contexto da Onda Rosa – que apesar de melhorarem os indicadores econômicos e sociais- mantiveram a mesma estrutura produtiva e social herdada do período neoliberal.

² Braudel (1965) criou o conceito histórico de longa duração para exprimir aquele tempo histórico bastante longo, mas que ainda mantém laços com o tempo presente.

No terceiro capítulo, o autor busca problematizar os conceitos de Padrão de Desenvolvimento Capitalista e Regimes de Políticas Macroeconômicas para, assim, discutir a evolução socioeconômica da região e apresentar porquê essa contextualização é tão preponderante para embasar o quinto capítulo e entender as possibilidades e limites que os líderes políticos da Onda Rosa enfrentaram.

No quarto capítulo, as trajetórias e estratégias econômicas do Brasil e Argentina, bem como de outras nações da região são apresentadas como forma de evidenciar a discussão teórica do capítulo anterior. Já no quinto capítulo, com o termo de comparação já apresentado, os distintos Padrões de Desenvolvimento Capitalistas dos casos do Brasil e da Argentina serão abordados a partir da metodologia comparativa.

2. HISTÓRIA POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL

Na perspectiva deste trabalho, o campo das Relações Internacionais já nasceu multidisciplinar e essa qualidade é fundamental para poder realizar a análise adequada do fenômeno político, social e econômico – que abrange o desenvolvimento capitalista em toda a região sul-americana. Essa característica é importante, uma vez que a ascensão da Onda Rosa tem implicações tanto de ordem econômica, na perspectiva da busca por uma maior autonomia, quanto nas questões políticas e das relações diplomáticas entre as nações da região. As relações diplomáticas dentro da região poderiam ser utilizadas para propiciar o desenvolvimento do comércio regional, que é menor quando comparado à Ásia, América do Norte ou Europa (IEDI, 2017).

Nesse sentido, alguns momentos singulares da História Política da América do Sul são resgatados, para ilustrar e explicar a dinâmica que resulta das possibilidades e dos limites impostos às ações e pretensões dos líderes eleitos durante o processo da Onda Rosa. No entendimento deste trabalho, a perspectiva histórica é basilar porque as estruturas vigentes hoje no cenário econômico e político podem ter causas antigas que vêm sendo cristalizadas ao longo do tempo.

2.1 A FORMAÇÃO DESINTEGRADA DA AMÉRICA DO SUL – REGIONALISMO INFANTE A LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A descoberta da América, por parte das potências europeias, ou o início do processo de invasão, na perspectiva dos povos originários, foi essencial para o afloramento do novo sistema de produção, o capitalismo. Autores como Quijano (2014) e Wallerstein (2004) validam essa tese ao reconhecerem o impacto que a incorporação de uma área geográfica significativa como a do continente americano alteraria, para sempre, a dinâmica e os arranjos produtivos voltados para a acumulação de capital por parte das nações exploradoras. Portanto, desde o processo inicial de constituição do sistema capitalista, a região sul-americana possui um papel destacado (e subjugado) no arranjo produtivo desse sistema.

Outro atributo importante, para enfatizar sobre a composição do subcontinente da América do Sul e de todo o continente americano, é abordar o Atlântico como um vetor de desenvolvimento desigual e combinado conforme tratado por Shilliam (2009).

Inicialmente, é importante ter em mente que esse conceito foi originalmente formulado pelo revolucionário russo, Leon Trotsky, no início do século XX. Rosenberg (2016) explica a sutileza e profundidade do conceito formulado por Trotsky quando este percebeu uma diferença nas sociedades espalhadas ao redor do mundo, sendo que desde antes do surgimento do sistema capitalista, estas sociedades possuíam tamanhos e estágios de desenvolvimento tecnológico e científico diferentes, portanto, desiguais. Mas Trotsky, segundo Rosenberg (2016), já reconhecia que com o advento do sistema capitalista tais diferenças e desigualdades foram, severamente, aprofundadas. A outra parte constituinte do conceito também é um resultado dos encontros dessas sociedades, geralmente ocorridas através das trocas comerciais que levavam e traziam novos produtos e métodos de produção, mas também ocorreram através dos conflitos que geravam uma assimilação cultural forçada. Assim, o desenvolvimento das sociedades se dava a partir de pontos de partidas diferentes, portanto, desiguais e se reconfiguravam a partir das interações existentes, portanto, um desenvolvimento combinado (Rosenberg, 2016).

Nesse sentido, o Atlântico foi essa “estrada”, caracterizada por possibilitar esses encontros e desencontros que foram fundamentais no processo de formação da região da América do Sul (Shilliam, 2009). A partir dessas confluências, as sub-regiões foram tomando formas e adquirindo as características que possuem hoje. Entretanto, antes de prosseguir com a descrição da formação da região é necessário apresentar e discutir alguns conceitos como regiões, regionalismos e regionalidades como forma de entender a gênese do nosso recorte espacial e nível de análise. Desse modo, Katzenstein (2005) navega pela temática, sempre partindo da existência do imperialismo estadunidense para identificar as regiões mundiais (*world of regions*) formadas ou reconfiguradas a partir do fim da Guerra Fria com o estabelecimento dos EUA como o vértice do sistema capitalista, já sem oposição. Nesse sentido, para Katzenstein (2005) todas as regiões mundiais (*world of regions*), entre elas a

América do Sul, seriam uma forma de divisão do sistema capitalista comandado pelos Estados Unidos.

Katzenstein (2005) compreende as regiões a partir da dimensão materialista, no sentido territorial de extensões de terras contínuas ou não, mas também concebe as regiões a partir da dimensão simbólica como traços culturais. Para o autor, em ambas as perspectivas tais entendimentos são frutos do poder e das pretensões dos Estados e atores envolvidos, logo podemos entender as regiões como algo socialmente construído ao longo da história.

Nesse sentido, para Katzenstein (2005) a forma de inserção dos atores (regiões/Estados nações) nos processos de globalização e internacionalização também são importantes aspectos para contribuir nas delimitações das regiões, sobretudo nas bordas e zonas de transições. Daí surge outro conceito, o de Regiões Porosas: regiões, segundo Katzenstein (2005), que são resultados das intersecções e sobreposições de duas regiões, constituindo um modelo institucional diferente, justamente, por conter traços e relações particulares de ambas as regiões. Essas áreas permeáveis (regiões porosas) são importantes, pois na percepção do autor favorecem a prática do chamado “regionalismo”. Entender as diferentes percepções sobre esse conceito é crucial para compreender a busca, por parte dos líderes da Onda Rosa, de um tipo alternativo de regionalismo que comportasse os anseios daquele momento político.

O regionalismo constitui, juntamente com o multilateralismo e o bilateralismo, formas do sistema comercial internacional. A partir da concepção de Katzenstein (2005), que faz toda sua análise à luz do imperialismo estadunidense, tal conceito pode ser entendido como um projeto político institucional com a finalidade de promover o comércio entre Estados dentro de uma determinada região porosa sob a influência do imperialismo estadunidense. Dessa forma, o regionalismo, na perspectiva de Katzenstein (2005), é fruto de um processo de dominação realizado pelos Estados Unidos. Nessa perspectiva, a região da América do Sul e seus respectivos Estados nacionais seriam apenas uma forma de divisão territorial para a reprodução do sistema capitalista sob a égide imperialista estadunidense. Visão compartilhada em parte por Furtado (2009), ao entender o subdesenvolvimento apenas

como uma forma do desenvolvimento nas regiões periféricas do capitalismo (ou regiões porosas).

Em uma linha diferente de pensamento, mas com conclusões correlacionadas, Harvey (2006) aborda a temática, mas sem discutir e apresentar explicitamente os conceitos de regiões e regionalismo. Ao empregar o termo “regiões” Harvey o faz sem grandes pretensões, apenas indicando algum tipo de identificação territorial, enquanto regionalismo nem é citado. Entretanto, sua contribuição é essencial para a nossa compreensão da formação da regionalidade sul-americana - a partir dos conceitos de Desenvolvimento Geográfico Desigual, Regionalidade e Acumulação por Espoliação/Desvalorização, num contexto de uma análise de Longa Duração.

Para Harvey (2006), o desenvolvimento geográfico desigual ocorre como reflexo dos diversos processos de acumulação orientados pelas potências ocidentais que, ao avançar sobre os territórios, levam consigo os “benefícios” do desenvolvimento. Podemos considerar essa concepção um desdobramento do conceito supracitado, formulado por Trotsky. Contudo, este processo, a partir da visão de Harvey, seria conduzido através da formação das regionalidades centradas nos Estados subservientes às potências ocidentais. Desse modo, o conceito de regionalidade se torna importante ao nortear, geograficamente, a dispersão e a reprodução do chamado desenvolvimento desigual, uma vez que o processo de acumulação, seja por espoliação seja por desvalorização, ocorre de pontos de partidas diferentes e, portanto, desiguais nos territórios explorados.

Na percepção de Harvey (2006), a formação da regionalidade está intrinsecamente entrelaçada ao processo de acumulação. Isso ocorre, pois, dependendo do tipo de acumulação existente na região, características comuns são criadas a partir dos tipos de produtos em circulação, das formações de alianças e das lutas de classes, além do afloramento de uma cultura típica. No entanto, assim como nas regiões porosas de Katzenstein (2005), a regionalidade de Harvey (2006) também se modifica ao longo do tempo, uma vez que esta acompanha as mudanças dos processos de acumulação de capital, absorvendo ou perdendo regiões a depender das novas articulações necessárias à reprodução do capital. Para tanto, a produção em escala, através do avanço tecnológico,

pode ser um exemplo ao comprimir a relação espaço-tempo em favor da maior abrangência regional.

Outro elemento constitutivo da formação da região da América do Sul, bem como de toda a América Latina é a dependência histórica e, para muitos autores, como Casanova (2009), a dependência estrutural, em relação à potência imperialista da vez. Estrutural num sentido de ser a dependência tão engessada que é muito improvável a sua superação.

No início de formação dessa região, no período do Sistema Colonial Mercantilista, tiveram protagonismo fundamental as metrópoles coloniais como Portugal, Espanha, França, Holanda e Reino Unido. Entretanto, com o amadurecimento do sistema capitalista na Europa e nos EUA, e com a posterior passagem para sua fase imperialista, destacaram-se e assumiram o posto dominante: o Reino Unido (RU), durante a *pax* britânica e, contemporaneamente, após a 2ª Guerra Mundial, os EUA e sua *pax* americana – atualmente, cada vez mais contestada, econômica e politicamente.

Em termos práticos, esse arcabouço teórico é empregado para explicar que durante a fase de expansão do sistema capitalista as, então, cidades coloniais, estavam destinadas a atender os anseios e as necessidades de suas respectivas metrópoles através do Atlântico. Portanto, tal processo estabeleceu um sistema baseado em relações desiguais entre as “cidades” das colônias, as comunidades pré-colombianas e as metrópoles das nações imperialistas (Shilliam, 2009). Este processo perdurou ao longo do tempo e foi cristalizando um tipo específico de sociedade capitalista na América do Sul – uma sociedade periférica do capitalismo mundial. Desse modo, esse arranjo explica porque toda a região reproduziu um desenvolvimento geográfico desigual, baseado em países fornecedores de produtos requisitados pelas metrópoles, criando uma elite local (futuramente nacional) altamente entrelaçada com as demandas externas - característica importante na formação desintegrada da região. Internamente, esse cenário é o responsável por criar localidades como Buenos Aires e São Paulo, que muitas vezes são mais articuladas com capitais europeias ou com cidades dos Estados Unidos, em detrimento de cidades que passaram por processos constitutivos semelhantes e estão dentro da mesma região, como a cidade de Assunção, no Paraguai, ou mesmo Lima, no Peru.

Ainda como um desdobramento da reprodução do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2006), mas agora dentro da própria região, temos a polarização em algumas metrópoles em detrimento de outras sub-regiões. Para continuar no exemplo anterior, quando o processo da regionalização não ocorre de forma libertadora, no sentido de Paulo Freire³, ou seja, quando o processo da regionalização acaba por reproduzir o sistema de exploração existente, de fora para dentro, agora, internamente, dentro de uma mesma região, como a partir da centralidade das cidades de Buenos Aires e São Paulo, em detrimento das regiões pobres da bacia do Prata e do nordeste brasileiro.

Para nomear esse processo, Casanova (2009) empregou o termo Colonialismo Interno, numa referência à reprodução da exploração que ocorria no sentido das metrópoles estrangeiras em relação aos grandes centros latino-americanos, e que agora são realizados por esses mesmos grandes centros, em relação às outras regiões menos favorecidas, de tal modo a perpetuar a criação de relações assimétricas e, por consequência, o desenvolvimento geográfico desigual.

Um dos objetivos deste tópico é, a partir da caracterização dos conceitos empregados, demonstrar como a estrutura existente no período da Onda Rosa tem raízes antigas e, por consequência, o rompimento com o Padrão de Desenvolvimento Capitalista anterior em vigor requer mais do que boa vontade, exigindo uma gama de pressupostos que vão sendo construídos ao longo do tempo.

Nesse sentido, apesar de todos os argumentos expostos até o momento, a América Latina e, conseqüentemente, a América do Sul, resiste. Resiste a todo esse processo, avolumando características comuns fundamentais para o desenvolvimento de uma regionalidade autônoma. A evidência desse processo é, por mais que pareça contraditório em relação à narrativa da dependência histórica-estrutural, o entendimento da América Latina como América Latina ganha força a cada fracasso político, como uma tentativa de buscar mais

³ “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Nesse sentido, Paulo Freire compreende que a educação libertadora é, necessariamente, dialógica, com o objetivo de desenvolver a consciência crítica capaz de perceber os fios que tecem a realidade social e superar a ideologia da opressão. De tal forma, que os homens e as mulheres passam a ser dotados de um conhecimento capaz de superar a prática de dominação existente.

autonomia. Tal situação pode ser entendida, a partir da condição de dominação que os EUA exercem na região, mas sem consentimento (Katzenstein, 2005 e Castelo, 2010).

Este embrião (o sentimento latino-americano) já foi resgatado algumas vezes ao longo da história, mas até o momento nenhuma iniciativa logrou-se duradoura e vitoriosa. O próprio processo de independência da América Hispânica, parte significativa da América Latina, pode ser entendido como uma tentativa de estabelecer uma regionalidade autônoma para a região (ou parte dela). O sonho quase divino dos Libertadores da América⁴, da formação de uma grande república formada a partir das colônias do Império Colonial Espanhol, é muito semelhante ao denominado “destino manifesto” concebido pelos primeiros presidentes dos Estados Unidos, durante a corrida para o Oeste. Mas como todos sabem, os Libertadores da América não conseguiram lograr muito além das independências fragmentadas que culminaram no surgimento de inúmeras repúblicas pela América Hispânica.

Inclusive, este processo de fragmentação também pode ser interpretado como uma forma de subalternização imposta por diversas potências imperialista, entre elas, o Reino Unido, onde pequenas nações poderiam ser facilmente influenciadas e, portanto, controladas, seguindo a máxima dividir para governar⁵.

Esses são alguns dos elementos mais relevantes que ajudaram e iniciaram o processo de formação, mesmo desintegrada, da região da América do Sul. Esse regionalismo infante

4

Libertadores é o termo usado para se referir aos líderes liberais dos Movimentos de libertação da América Hispânica e do Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Dentre os Libertadores, os mais influentes foram Simón Bolívar e José de San Martín, que após a Conferência de Guayaquil, uniram-se contra o Império colonial espanhol com o objetivo de constituir uma nação única na América do Sul. Bolívar e San Martín, desempenharam papel crucial nos movimentos de independência dos países sul-americanos e moldaram o primeiro projeto de Integração sul-americana, hoje revivido na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

⁵ Em política e sociologia, dividir para conquistar (ou dividir para reinar), consiste em ganhar o controle de um lugar através da fragmentação das maiores concentrações de poder, impedindo que mantenham uma unidade. O conceito refere-se a uma estratégia que tenta romper as estruturas de poder existentes e não deixar que grupos menores se juntem. Esse conceito foi utilizado pelo governante romano César (*divide et impera*), Filipe II da Macedônia e imperador francês Napoleão (*divide ut regnes*). Maquiavel cita uma estratégia militar parecida no livro IV de *A Arte da Guerra*, dizendo que um capitão deve se esforçar ao máximo para dividir as forças do inimigo.

será resgatado nos próximos tópicos a partir de novas experiências resultantes de tentativas de se constituírem o tal regionalismo autônomo esperado.

Assim, a unidade pretendida no âmbito da Onda Rosa não é novidade, mas, conforme demonstrado através da História, possui entraves decorrentes dos mesmos problemas da época da constituição dos Estados nacionais no continente.

2.2 PENSAMENTO CEPALINO NA ERA DESENVOLVIMENTISTA – PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO

Outro período histórico fundamental para a compreensão do processo de formação regional da América do Sul, e com consequências importantes para a Onda Rosa, foi o período de intensa industrialização nas maiores economias da região, que perdurou por quase meio século, entre os anos de 1930 e 1980. Durante este período, tanto as estratégias nacionais de desenvolvimento quanto a Teoria Estruturalista da CEPAL tiveram um elevado grau de influência nos resultados das taxas de crescimento econômico e desenvolvimento social dos países da região (Bresser-Pereira e Gala, 2010).

O projeto capitaneado pela CEPAL e, todo o arcabouço teórico produzido em torno dele, emergiu em meio a ausência de um pensamento econômico próprio e do atraso histórico do capitalismo na região (Costa, 2012). Essa tese é importante, pois a partir dela poderá ser compreendido o porquê de muitos pensamentos não encontrarem resultados quando aplicados na região. É válido destacar, que nessa época importávamos todo o conhecimento produzido nas metrópoles e centros capitalistas, e assumíamos como verdades absolutas, sem a necessidade de nenhum tipo de adaptação para nossa realidade, conforme percebido por Santos (2000). Essa ruptura deveria inspirar-se no repúdio ao *liberalismo de bacharéis*, divorciados do que consideravam a realidade do país, agrário, copiator de culturas importadas e atrasado” (Costa, 2012, p. 06). Segundo Bresser-Pereira e Gala (2010), essa mudança de rumo só foi possível devido à crise das oligarquias agrárias exportadoras dependentes e associadas aos países centrais do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial.

Para um maior contexto histórico, a CEPAL foi estabelecida pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de “contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo” (CEPAL, 2022, p. 01). O projeto CEPALINO ilustra bem o caráter multidisciplinar do campo do desenvolvimento, ao explorar diversas abordagens e áreas do conhecimento para o pensar, como a História, a Sociologia e a Cultura, além das tradicionais Economia, Matemática e Estatística, bem como propor estratégias e políticas econômicas que viessem a modificar a estrutura econômica imposta à periferia latino-americana ao longo do desenvolvimento desigual e combinado, conforme explorado no tópico anterior.

A Teoria da Escola Estruturalista do Pensamento Econômico que poderia ser associada a uma forma específica e localizada da teoria mais ampla – Teoria Econômica do Desenvolvimento (*Development Economics*), originada no Norte – surgiu no Chile, no âmbito da Cepal, no final dos anos 1940, tendo, entre seus economistas fundadores, o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, entre outros como os chilenos Osvaldo Sunkel e Anibal Pinto (Bresser-Pereira e Gala, 2010).

Um aspecto metodológico importante, apontado por Costa (2012), é que essa nova corrente de pensadores retomou a tradição de colocar em primeiro plano a análise das estruturas sociais como estratégia para melhor compreensão dos comportamentos das variáveis econômicas. Assumindo, assim, um caráter dinâmico e histórico do pensamento econômico, inclusive:

Esse pensamento é denominado estruturalista porque a matriz estrutural de um modelo é o conjunto de relações precisas existentes entre as variáveis, isto é, a forma como a partir dos valores conhecidos de um vetor de variáveis (exógenas) se determina os valores de outro vetor de variáveis (endógenas). A análise econômica estruturalista se propõe a explicar certos fenômenos a partir de outros que são conhecidos. O termo estrutura, portanto, refere-se às proporções e relações que caracterizam determinado conjunto econômico localizado no tempo e no espaço (Costa, 2012, p. 09).

Alguns construtos teóricos importantes, elaborados neste contexto dos pioneiros do desenvolvimento e dos estruturalistas, permitiram uma maior compreensão sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, ao evidenciarem as possibilidades e os entraves da região, sobretudo na América do Sul. Para Bielschowsky (2009), os conceitos de Heterogeneidade Estrutural, Deterioração dos Termos de Troca, Inflação Estrutural, Desequilíbrio no Balanço dos Pagamentos, a Teoria do Caráter Dependente, a Industrialização Truncada e a Persistência do Subemprego formaram um conjunto de esforços intelectuais imprescindíveis para auxiliar as tomadas de decisões dos *policy makers*, com soluções alternativas aos métodos até então importados das nações localizadas no centro da dinâmica do capitalismo mundial, conforme havia sido diagnosticado por Santos (2000).

O diagnóstico realizado por Santos (2000) apontava para uma forma de colonização intelectual. Esse fenômeno ocorria justamente devido à importação dos pensamentos produzidos no âmbito das nações já industrializadas que possuíam uma dinâmica própria e, portanto, diferente das nações sul-americanas, tipicamente ainda agrárias. Essa assimilação acrítica perpetuava as relações assimétricas e subalternizadas em relação aos centros financeiros e industriais, justamente por não propiciar a superação dessa condição. Conforme demonstrado no tópico anterior, essa relação poderia ser explicada pelo desenvolvimento desigual e combinado que iria dispersando a forma produtiva do capitalismo no Novo Mundo ao passo que as indústrias das nações hegemônicas iam expandindo e alcançando novos territórios.

Por isso, o desenvolvimento desses construtos teóricos próprios podem ser elencados como cruciais, pois através do pensamento independente esses grandes pensadores conseguiram colaborar para desenvolver análises com soluções alternativas ao corolário importado. Para Bielschowsky (2009), três dessas categorias de análises são observadas como principais, sobretudo para os países como Brasil e Argentina que já haviam começado seus processos de industrialização, sendo elas: 1- a heterogeneidade estrutural, 2- a deterioração dos termos de troca e 3- a inflação estrutural.

O item 1 – Heterogeneidade estrutural – Para Bielschowsky (2009), esse termo foi concebido com o intuito de explicar a disparidade latente de produtividade entre setores, regiões, bem como na renda por habitante dentro e entre os países da América Latina. Comumente, os setores privilegiados possuíam algum grau de imbricamento com as demandas externas, por isso os seus desenvolvimentos ocorreram de uma forma mais acentuada, quando comparado aos outros setores produtivos ou sub-regiões da América do Sul. Esse fenômeno é um desdobramento do que Prebisch chamou de difusão lenta e desigual do progresso técnico e, novamente, pode estar muito relacionada com o conceito do revolucionário russo, Leon Trotsky. No âmbito internacional, essa análise criaria a relação polarizada de Centro – Periferia, já no âmbito regional e local seria a responsável pela criação das desigualdades, que se perpetuariam de maneira endógena ao longo do tempo e foi classificada por Casanova (2009) como colonialismo interno por replicar as práticas existentes de fora para dentro, agora internamente dentro da própria região.

O item 2 – Deterioração dos termos de troca – Para Bielschowsky (2009), esse processo é a resposta da Teoria Estruturalista à Teoria das Vantagens Comparativas para o comércio internacional. Naquele momento, os postulantes da Teoria das Vantagens Comparativas defendiam que os países deveriam se especializar na produção e no comércio dos produtos que possuíssem mais vantagens comparativas, em relação a outros países no âmbito do comércio internacional, com o intuito de obter ganhos derivados da especialização. Entretanto, Prebisch e outros percebiam uma assimetria, o que tornaria este comércio desigual e com consequências adversas para os países que, porventura, se especializassem na produção de produtos primários. Isso ocorreria por três aspectos principais, sendo eles: 1- nível de preços; 2- elasticidade-renda; e 3- dinâmica dos mercados. Assim, caso os volumes se mantivessem estáveis, existiria uma tendência secular, à deterioração do poder de compra, ou seja, da capacidade de importação por parte dos países produtores de bens primários. Tal deterioração seria expressa em preços de mercado relativos, cada vez mais favoráveis aos produtos industrializados, decorrente do fato de os países detentores de tecnologias não repassarem seus ganhos de produtividade aos demais países, dado o constante avanço tecnológico embutido nos produtos industrializados. Além da existência dos oligopsônios, com capacidade de determinarem os preços no comércio internacional

dos bens primários. Outro aspecto que pode ser acrescentado nessa análise é referente à demanda por esses bens no intercâmbio internacional, dado que a demanda por alimentos e *commodities* é bem mais inelástica em relação a renda, quando se observa os produtos manufaturados e, por conseguinte, os produtos industriais conseguem dinamizar muito mais a economia devido aos ciclos de inovação cada vez mais curto. Enquanto a produção primária de *commodities*, geralmente é muito intensiva em mão de obra, envolvendo, quase sempre, empregos sem qualificação.

O terceiro item – Inflação estrutural – Para Bielschowsky (2009), pode ser entendido como um desdobramento da heterogeneidade estrutural, uma vez que esta categoria de análise pode ser entendida como consequência do processo de industrialização nas economias dependentes, pois dependem do avanço tecnológico do centro para atualizar seu parque industrial e, conseqüentemente, sofre um grande desequilíbrio na balança de pagamentos sempre que ocorrer qualquer crescimento por causa da importação de maquinário. Portanto, não necessariamente está relacionada à expansão monetária como era, cegamente, defendida pelos expoentes da Escola Clássica e importada pelos países da periferia.

Assim, estas e outras formulações teóricas se tornaram referências para os *policy makers* das principais economias sul-americanas. É válido destacar a atuação de alguns líderes desse momento histórico, sendo eles: Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, no Brasil e Juan Domingo Perón, na Argentina. Estes líderes políticos foram elementos chaves na formulação das respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento para o Brasil e para a Argentina, pois além do entendimento dos gargalos produtivos, eram necessários à definição e o estabelecimento dos consensos conjuntamente com as elites do bloco no poder para viabilizar os projetos pertinentes para a superação da condição de subalternização no comércio internacional através do avanço econômico e desenvolvimento social. O papel desses líderes na formação e no estabelecimento de um novo consenso de modernidade baseado na industrialização, só foi viável através da conciliação com a elite, com a formação de uma coesão política nacional para tornar possível o projeto desenvolvimentista.

Para Prebisch (1962), este é o primeiro momento histórico no qual a região assume uma postura de protagonismo autônomo e começa a se entender como uma região diferente dentro do chamado Ocidente. Elemento chave na concepção do movimento da Onda Rosa.

Embora esta fase tenha proporcionado melhorias gerais nos indicadores de desenvolvimento da região, nem todas as nações alcançaram os mesmos resultados tendo “a industrialização se afirm[ado] sobretudo, no Brasil, México, Argentina e, em parte, no Chile, e na Colômbia” (Santos, 2000, p. 74). Novamente, análogo ao tópico anterior, mesmo com todo o esforço para não reproduzir o chamado “colonialismo interno” – ao reforçar as especificidades de cada país, inclusive, entre sub-regiões nacionais durante a era desenvolvimentista sul-americana – as profundas desigualdades já existentes foram agravadas internamente.

Esse período, conhecido como a Era Desenvolvimentista, além de ter sido um marco na tentativa de formação do regionalismo autônomo, em virtude de todos os construtos teóricos próprios e dos avanços sociais e econômicos alcançados por parte dos *policy makers* também foi, segundo Filgueiras (2012), o momento inaugural de transição, sobretudo no Brasil e na Argentina, do Padrão de Desenvolvimento Primário-Exportador, até então vigente em todos os países da América do Sul. Assim, entender esse período é emergencial para entender a contextualização em torno da Onda Rosa que, apesar das melhorias nos indicadores sociais, não logrou alterar o Padrão de Desenvolvimento vigente.

Uma possível forma de entender esse momento histórico e os seus desdobramentos é analisar a estrutura e conjuntura existente e como os líderes eleitos poderiam se comportar perante esse cenário. Para uma melhor compreensão desse leque de possibilidades Sicsú (2009) revela que as estratégias nacionais de desenvolvimento, elemento chave no período CEPALINO, não deve possuir um alto nível de detalhamento, pois este é pertinente aos planos de governo, elas delimitam o ponto de partida ideal para as políticas econômicas, sobretudo na macroeconomia. As políticas macroeconômicas compõem as ações em torno dos cinco preços macroeconômicos: a taxa de lucro, de salário, de inflação, de câmbio e de juros que podem ser ajustados através de diversas maneiras, com destaque para as políticas

fiscais e monetárias. Na percepção de Sicsú (2009), caberia ao Estado a coordenação desses instrumentos macroeconômicos, para que a sociedade alcance os objetivos através das estratégias nacionais de desenvolvimento. Para além da necessidade dessa coordenação vista por Sicsú (2009), Schumpeter (1999) já entendia que dado o caráter da América do Sul, estar localizada na periferia do capitalismo, onde o “empresário schumpeteriano” não encontra o mesmo ambiente de negócios do centro do capitalismo mundial, seria necessário a ação mais proeminente por parte do Estado para suprir/corrigir essa falha do mercado, característica mais marcante entre os mercados localizados nas regiões periféricas do capitalismo mundial.

Outro ponto de vista conflitante é apresentado por Delfim Netto e Ikeda (2009), a partir de uma outra corrente do pensamento econômico, eles resgatam um pensamento do pai da Economia Clássica (Adam Smith), no qual “para transformar um Estado do mais baixo barbarismo ao mais alto grau de opulência são necessárias: paz, tributação leve e uma tolerável administração da justiça. Todo o resto vem pelo curso natural das coisas” (Smith, 1755, *apud* Delfim Netto e Ikeda, 2009, p. 33). Nesta percepção, a participação do Estado, enquanto agente indutor da economia, seria relegado a um mero regulador. Estratégia econômica universal que não enxerga como relevante as diferenças entre centro e periferia do capitalismo e, portanto, não atribui a relevância necessária às políticas econômicas. Muito diferente das estratégias e políticas econômicas sugeridas no conjunto da CEPAL.

Dessa forma, como um dos objetivos deste tópico é demonstrar que nesse período de transição do Padrão de Desenvolvimento, influenciado pelos construtos teóricos da CEPAL, a estrutura, mas primordialmente, a conjuntura internacional foi determinante para possibilitar essa transição. Mas conforme exposto nos parágrafos anteriores, a escolhas dos *policy makers* através das estratégias nacionais de desenvolvimento também foram preponderantes para o resultado alcançado.

Após esse período de mais de cinco décadas, com resultados expressivos e consolidados de crescimento econômico com alguns avanços sociais, o Padrão de Desenvolvimento Capitalista de Substituição de Importações perde espaço e é superado. A Era Desenvolvimentista tem o mesmo fim que o projeto dos Libertadores da América, o

fracasso por não estabelecer o regionalismo autônomo pretendido. Para Filgueiras (2012), a CEPAL crítica e propositiva da primeira etapa foi perdendo força e deu lugar a uma agência passiva com análises superficiais e sem propostas significativas para alterar o Padrão de Desenvolvimento de forma progressista. Para Bresser-Pereira e Gala (2010), esse declínio da relevância das teses estruturalistas na região acompanhou a crise econômica nos países centrais do capitalismo mundial, a partir da década de 1970, que fomentou a mudança de paradigma com a eclosão da ideologia neoliberal. Em seguida, na década de 1980, a crise da dívida externa completou o processo: “causada pela política de crescimento com poupança externa [que] tornou os países da região vulneráveis à nova hegemonia conservadora e a suas propostas de reforma institucional e de políticas econômicas: o consenso de Washington” (Bresser-Pereira e Gala, 2010, p. 664).

Assim, como em um processo evolucionário, a região avoluma experiências de períodos de desenvolvimentos promissores, mas como no tópico anterior, sempre resultam em uma unidade frustrada. A próxima experiência, já dentro do âmbito da Onda Rosa, traz novos elementos constituintes desse regionalismo autônomo.

2.3 A ONDA ROSA COMO UM MOVIMENTO POLÍTICO AUTÔNOMO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A Onda Rosa não foi um projeto pré-concebido; na verdade, não foi nem um projeto, ela foi um resultado. Como já mencionado na introdução desta pesquisa, ela foi o resultado das eleições de inúmeros líderes alçados ao poder com campanhas políticas que negavam a estratégia econômica liberal em vigor e suas políticas econômicas em todo o subcontinente da América do Sul. Todavia, uma vez no poder, esses líderes enxergaram a possibilidade de romper com o desenvolvimento geográfico desigual, imposto pelas potências hegemônicas, sob forma de dominação e com a completa desintegração econômica, política, cultural e, inclusive, física, de diferentes maneiras. Uma vez identificados com a esquerda, conforme classificado por Bobbio (1995), esses líderes não podiam cair no erro de reproduzir práticas excludentes, como o colonialismo interno de Casanova (2009), na

busca pelo chamado desenvolvimento. Então, estabeleceram o já constituído Tratado de Assunção, cujo objeto é o desenvolvimento econômico com justiça social dos Estados-membros, para servir de corolário institucional para as políticas postas em conjunto, entre elas a associação política através da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Para tanto, este bloco, para analisar o fenômeno da Onda Rosa será necessário entender a cooperação internacional no âmbito da América do Sul e todo o seu arcabouço institucional e conceitos derivados. Assim como, analisar a experiência de união política regional existente durante o período da UNASUL e, por fim, verificar como de fato foram os projetos que pretendiam viabilizar, fisicamente, essa união.

2.3.1 Cooperação sul-americana

Como já descrito ao longo deste trabalho, a cooperação no âmbito da América do Sul entre suas nações foi quase inexistente durante o seu processo de formação, tendo algum nível de articulação nos processos de independências, mas de caráter efêmero. Na região, sempre prevaleceu as relações no sentido Norte-Sul, partindo do *hegemon* da vez para os países sul-americanos, comumente ajuda do tipo assistencialistas. No entanto, antes de analisarmos a cooperação sul-americana é necessário compreendermos sua gênese.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) sempre ocorreu nas mais diversas sociedades, mas a sua institucionalização passou a ser mais relevante a partir do contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, foram as disputas Leste-Oeste que pautaram o amadurecimento institucional da CID, tendo, no Ocidente, o discurso anticomunista como condutor das principais ações ao “promover a cooperação entre as nações do mundo livre” (Milani, 2014, p.33). Dessa forma, o conjunto de ações pontuais e específicas pautadas em interesses políticos, diplomáticos ou até mesmo humanitários, notoriamente no sentido Norte-Sul, começaram a ganhar um ordenamento burocrático dotado de normas para mediar as relações internacionais entre os Estados (Milani, 2014). Assim, como a origem da institucionalização se deu por interesses no âmbito das políticas nacionais, o seu desenvolvimento vai continuar no mesmo sentido.

A legitimação do processo de institucionalização da CID ocorreu em diversas esferas, como nas forças armadas e classes médias através do apelo anticomunista, mas foram nas organizações multilaterais como nas diversas agências da ONU, que a cooperação internacional para o desenvolvimento encontrou o respaldo necessário, sobretudo, através da divisão do trabalho, na qual as organizações bilaterais dos países financiadores ficavam encarregados das assistências técnicas e ajuda orçamentárias, enquanto as organizações multilaterais assumiam a coordenação dos projetos de assistência (Milani, 2014). O processo de legitimação foi contínuo e, nas décadas seguintes, ao final da Segunda Guerra Mundial, já com a classificação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos em voga, outro elemento importante foi incorporado, a ideia de modernização.

Todavia, mesmo com o amadurecimento da CID havia inúmeras contestações acerca dos interesses e dos mecanismos de ajuda internacional. Um dos principais pólos desse movimento contestatório foi a Conferência de *Bandung*, base para o Movimento dos Não Alinhados, que representou aquelas nações que entendiam ter um papel diferente de apenas receber ajuda e assistência técnica dos países ricos do Norte global. Foi nesse contexto, que a relação Norte-Sul de ajuda internacional começou a ser vista de forma crítica, com a percepção de que os próprios “países em desenvolvimento” poderiam se ajudar mutuamente, numa relação Sul-Sul. A principal motivação para essa nova postura foi o entendimento da necessidade de os Estados do Sul global assumirem suas próprias estratégias de desenvolvimento. Para Milani (2014), na visão de intelectuais como Paulo Freire e Raúl Prebisch esse mecanismo sempre foi fundamental, em todo e qualquer processo genuíno de desenvolvimento social e econômico de uma nação.

No entanto, na percepção de Milani (2014), mesmo com a mudança no sentido das ajudas internacionais e dos projetos de cooperação após a inclusão de novos atores nos papéis de doadores, a geopolítica permanece como sustentáculo das ações dos Estados nacionais. Inclusive, de forma estratégica, essas ações passam a também serem feitas, de forma indireta, através das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que reforçam os valores autênticos dos princípios humanísticos de apoio e amparo ao desenvolvimento.

Já dentro do contexto da Cooperação Sul-Sul (CSS), a chamada “ajuda internacional” que prevaleceu no primórdio da CID passa a ganhar contornos reais de “cooperação”, na qual ambos os lados trocam, em um ambiente de parcerias com foco nos grupos mais vulneráveis. Mesmo no período das relações de ajuda no sentido Norte-Sul, as relações de cooperação entre as nações do Sul global, também já existiam, mas é apenas após a Conferência de *Bandung* que se passa a falar do “espírito de *Bandung*”, no qual os Estados nacionais do Sul global, cientes de suas semelhanças e problemas comuns, passam a avançar na cooperação política e nas tentativas de amenizar suas diferenças regionais (Pino, 2014a). A solidariedade entre os povos do Sul supera a conjuntura afro-asiática do espírito de *Bandung* e chega a outra escala a partir de agrupamentos, como o já citado Movimento dos Não Alinhados (MNOAL) e o Grupo dos 77 (G-77). Como os discursos buscavam um certo grau de protagonismo destes novos atores, existia uma equidistância entre o mundo bipolar, capitalista *versus* socialista, reafirmando a busca pela autonomia e protagonismo desses atores (Pino, 2014a).

O aspecto regional, nesse contexto, ganha novos contornos e passa a figurar em um patamar de maior significado, pois é nesse ambiente, recheado de similitudes, que as nações passam a buscar seus próprios significados de desenvolvimento. Nessa linha, algumas críticas passam a surgir, uma vez que os atores emergentes não seguem os critérios estabelecidos pelo conjunto de normas e regramentos que institucionalizou as relações Norte-Sul no princípio. Essa realidade é contra-argumentada no sentido de a CSS não ser uma substituição, ou mesmo uma concorrência ao já estabelecido canal de transferência Norte-Sul. Apesar disso, segundo Pino (2014a), os países emergentes, assim como outros países em desenvolvimento, buscam privilegiar, geograficamente, essas relações de cooperação. As consequências dessa postura é o aumento significativo da integração regional e, devido ao maior peso desses países em suas regiões, a busca por maior estabilidade política e econômica nestas regiões.

Posto isto, pode ser feito um paralelo entre essas ações no âmbito da CSS com a formação da regionalidade de Harvey (2006) e com o regionalismo de Katzenstein (2005) apresentados no primeiro tópico do capítulo, pois da mesma forma que a geopolítica

pautou os interesses iniciais da CID, no contexto da “Guerra Fria” (disputa de poder Leste-Oeste), a geopolítica se manteve como central nessa nova dinâmica entre os países do Sul global.

A América Latina também foi cenário de iniciativas significativas no âmbito da CSS, como a Organização de Solidariedade com os Povos da América Latina, Ásia e África (OSPAAAL), de 1966, em Havana, com o objetivo de fazer frente ao sistema capitalista aglutinando os governos ideologicamente alinhados. Foram, entretanto, as iniciativas centradas nos Estados Unidos, como principal articulador e doador, que marcaram a região. Todo o período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, até o fim da Guerra Fria, houve inúmeros projetos e tentativas de estabelecer uma maior cooperação no âmbito da América Latina, mas nenhum foi tão relevante e de forma tão duradoura como foram os casos do apoio dos Estados Unidos para a Europa Ocidental e para alguns países estratégicos no leste/sudeste asiático. Isto ocorreu porque a América Latina (AL) sempre foi vista como pertencente ao “quintal” dos Estados Unidos e longe de qualquer pretensão comunista, principalmente após a revolução cubana. Então, toda a região era relegada a interesses secundários (Pino, 2014b). Ainda no âmbito da AL, deve ser dado destaque para a constituição do banco regional. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi fundado em Washington, em abril de 1959, pelos Estados Unidos e mais dezenove países latino-americanos também pertencentes à Organização dos Estados Americanos (OEA) e marcou uma época no financiamento do desenvolvimento da região (Pino, 2014b).

Segundo Briceño (2018), as principais propostas de integração regional, desenvolvidas no âmbito da AL, foram percebidas como um processo político baseado no espírito latino-americano, na qual uma base cultural similar levaria os Estados latino-americanos a unificar esforços para enfrentar as ameaças externas, como na figura do *hegemon*.

Após o fim da Guerra Fria, a situação não mudou de forma significativa, mas houve uma mudança no discurso dos Estados Unidos, que passaram a preferir a promoção do livre comércio e o enfrentamento das novas ameaças à segurança nacional representadas pelo narcotráfico, principalmente nos países andinos. Nesse sentido, segundo Pino (2014b), o fim da Guerra Fria levaria a uma fase de maior cooperação regional, mas presidida pela

agenda comercial. É neste ambiente que surge a iniciativa para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) como forma de “anexar” os 34 países do continente (com exceção de Cuba) na zona de influência comercial permanente dos Estados Unidos devido ao peso descomunal de sua economia. Dessa forma, tal iniciativa não pretendia disponibilizar nenhum espaço para a cooperação ao desenvolvimento, pois seria apenas um mecanismo de promoção do livre comércio (Pino, 2014b). Foi neste cenário que surgiu os primeiros movimentos que deram origem ao que hoje chamamos da Onda Rosa – um movimento para contrapor os interesses imperialistas estadunidenses na região – tal momento é de suma importância, pois a partir dele é que começa a ser criada a atmosfera que iria favorecer mais uma tentativa de estabelecer o regionalismo autônomo na região.

Já no contexto da América do Sul, nas duas primeiras décadas deste século, o regionalismo ganhou um novo impulso com a criação e o fortalecimento da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), na América do Sul, a partir das duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina (CAN). E dado o sucesso em rechaçar a ALCA, o sentimento latino-americano emergiu novamente favorecendo os projetos de união no âmbito da política, bem como também no âmbito econômico. Por isso, esse período é marcado pela tentativa de estabelecimento de um “regionalismo autônomo”, pois ele surge no contexto de afastar as pretensões imperialistas da região, aglutinando as nações na defesa pelo estabelecimento dos seus próprios caminhos para o desenvolvimento.

Assim, a cooperação no âmbito da América do Sul inaugura uma nova fase encabeçada pelos próprios líderes políticos eleitos no embalo da rejeição às tentativas imperialistas de subjugação, marcas do início da Onda Rosa. Nesse contexto, cada líder eleito buscará caminhos e estratégias próprias para superar o legado neoliberal e estabelecer novos paradigmas através da composição de novas políticas econômicas para os países da região. Os próximos dois subtópicos destinam-se a colaborar nesta análise, uma vez que explica a relevância desse momento histórico, chamado de Onda Rosa, a partir da UNASUL, no campo político e, da IIRSA, resquício da ALCA, mas ressignificada, no campo econômico.

2.3.2 UNASUL – Projeto de união política

Para nos debruçarmos sobre a temática dos problemas e perspectivas do regionalismo autônomo⁶, a partir da UNASUL é fundamental, antes de tudo, termos em mente que a formação das regiões internas, cidades, estados (ou outra classificação) e países da América do Sul, sempre esteve associada aos interesses de algum *hegemon* estrangeiro, conforme apresentado ao longo do trabalho. Portanto, o regionalismo autônomo presente na UNASUL é relevante, posto que vai influenciar toda a trajetória da integração regional, sobretudo aqueles aspectos relacionados ao setor comercial.

Nessa dinâmica, Harvey (2006) explica que, através do tipo de prática mercantil imposta pelo colonizador, as regiões foram sendo formadas no novo continente. Isto significa dizer que as antigas formas de integração regional pré-colombianas, como a Trilha Peabiru e os Caminhos Incas, foram solapados ou reconfigurados pelos interesses mercantis (acumulação primitiva) dos colonizadores (invasores na perspectiva dos povos originais). Assim, as regiões passaram a se formar sem desenvolver relações profundas com seus vizinhos, uma vez que suas finalidades eram quase, exclusivamente, exportar para atender as demandas impostas pelo *hegemon* da vez. Esta dinâmica, reproduzidas de diferentes formas durante mais de cinco séculos, formou regionalidades que passaram a caracterizar geograficamente as regiões, a partir de alguns elementos em comum – como as forças sociais formadas diante dos conflitos de interesse e do próprio comércio que era realizado com o *hegemon*, conforme descrito por Harvey (2006).

Posto este preâmbulo, fica evidente os desafios enfrentados por qualquer tipo de regionalismo, desde a falta de infraestrutura entre as regiões, até a subserviência política das frações de classe no bloco de poder local (nacional). Desse modo, é importante destacar que a UNASUL, apesar do seu curto período de existência, teve um papel fundamental na integração regional dos países da América do Sul.

Essa importância é ampliada dentro do contexto supracitado, na qual toda a região sul-americana esteve exposta durante séculos. Assim, é evidente que inúmeros problemas tendem a surgir a partir dessa tentativa de união continental completa. Porto-Gonçalves

⁶ Conceito apresentado mais adiante no texto.

(2011) apresenta a discussão em torno da problemática teórica representada pelos debates iniciais sobre a regionalização, como o primeiro impasse: se seguiria o antigo modelo ou se estaria inserida na conjuntura da globalização, através do regionalismo aberto, ou ainda, se buscaria um caminho alternativo e emancipatório como o do regionalismo autônomo. Diante do contexto do início do atual milênio, no qual a região foi varrida pela Onda Rosa, o modelo de regionalismo adotado culminou na prevalência do regionalismo autônomo para coordenar o processo integracionista sul-americano com base na complementaridade de sua pauta produtiva e na cooperação nos demais setores. O regionalismo autônomo poderia ser entendido da seguinte forma:

El regionalismo autónomo es la propuesta alternativa de integración regional basada en la complementación productiva, la articulación entre regiones, la recuperación de la autonomía, y un reenfoco de los objetivos del desarrollo hacia las necesidades y demandas nacionales y regionales. Esta concepción entiende que en las actuales condiciones, cualquier intento de desarrollo alternativo sólo es posible si se realiza en una perspectiva regional con el concurso de otros países (CLAES, 2007, p. 01)

Apesar dos problemas ocorridos, que foram diversos, como a crise de identidade do Brasil, enquanto país latino-americano, e também por exercer um tipo de “subimperialismo” devido ao papel de liderança durante o processo integracionista do regionalismo sul-americano. O Brasil e os outros atores principais precisavam se opor aos interesses das potências europeias, bem como do próprio *hegemon*, os Estados Unidos e de outras potências emergentes como a China. Além dessa pauta política, a UNASUL tinha a missão de literalmente abrir caminhos para o fluxo de mercadorias (e pessoas) entre os países que desde sempre estiveram “de costas” um para o outro e, sobretudo, em relação à América Hispânica e ao Brasil. Nisso, segundo Padula (2014), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) teve um papel preponderante, mas muitas críticas poderiam ser atribuídas ao fato dos processos de financiamento terem sido muito concentrados no sistema financeiro brasileiro. Outros elementos importantes, como as questões ambientais e sociais, associadas aos impactos gerados pelos megaprojetos da IIRSA, também são foco de críticas. No entanto, este e outros aspectos relacionados a IIRSA serão contemplados no próximo subtópico.

Apesar dessas falhas apresentadas, a UNASUL conseguiu avançar, mesmo que de modo tímido, em outros campos – representando uma integração para além dos aspectos comerciais. Para exemplificar, poderíamos destacar duas áreas principais, para além do setor comercial, a da defesa e da saúde. Segundo Pérez (2018), o Conselho da Defesa tinha dois grandes desafios a superar: a dependência institucional das forças armadas nacionais da região, em relação aos interesses dos Estados Unidos, no âmbito externo e a diferenciação do uso das forças armadas, usadas exclusivamente para a defesa externa ou também para questões internas, como de segurança doméstica.

Apesar do pouco aprofundamento nesses temas, a iniciativa da UNASUL conseguiu dar o primeiro passo no sentido do desenvolvimento de uma política comum de defesa entre os países da região, o que simboliza o fim de animosidades históricas existentes desde o período colonial (Pérez, 2018). Entre os pontos positivos, Peña (2009) destaca a criação da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), com a pretensão de formar, dentro da própria região, quadros militares e de funcionários de Defesa com uma visão compartilhada da perspectiva do continente sul-americano. Outros momentos relevantes, frutos da atuação do conselho, foram o desmantelamento da tentativa de golpe no Equador, em 2010, o debate levantado sobre uma questão sensível para a região quanto ao uso de bases militares colombianas por parte dos Estados Unidos, em 2009, já após o enfraquecimento da Onda Rosa e, conseqüentemente, da UNASUL e a mediação da crise entre oposição e governo na Venezuela, em 2014 (Peña, 2009).

Na saúde, para Almeida (2010), talvez seja o campo que mais tenha prosperado, através de uma série de políticas públicas comuns, incluindo um modelo de assistencialismo necessário, voltado para os mais pobres, ainda assim faltou um aprofundamento dessas políticas compartilhadas, tanto que, hoje, pouco resta de exemplos para servir de legado. Talvez, o sucesso da cooperação na área da saúde se deva ao fato de, historicamente, desde a criação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em 1902, anterior a própria Organização Mundial da Saúde (OMS), que teve um papel preponderante no combate às epidemias da segunda metade do século XX, a região acumula experiências de cooperação na área da saúde.

Outras experiências a nível sul-americano são a Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM), dentro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Reunião de Ministros da Saúde (RMS) do Mercosul, desde 1990 (Lima e Villamar, 2021). Todos esses antecedentes foram importantes para o amadurecimento político e a criação do UNASUL-Saúde através do Conselho setorial na área da saúde. Para Lima e Villamar (2021), o espírito colaborativo era uma marca registrada nas ações da agência e pode ser evidenciada através dos cinco temas estratégicos prioritários, que guiaram a sua atuação, sendo eles: 1- Escudo epidemiológico; 2- Desenvolvimento dos sistemas universais de saúde; 3- Acesso universal a medicamentos; 4- Promoção da saúde e ações sobre os determinantes sociais, e; 5- Desenvolvimento e gestão de recursos humanos em saúde. Com isso, a UNASUL conseguiu lograr algumas vitórias importantes para a região, como a maior representatividade perante os organismos internacionais e até maiores descontos nas aquisições de medicamentos e, internamente, uma maior integração regional através do enfrentamento das iniquidades e assimetrias da região.

A experiência da UNASUL foi algo importante para o processo de formação regional da América do Sul. Não obstante, não era esperado que, em pouco mais de dez anos, tal iniciativa sanasse as desigualdades, as assimetrias e os desequilíbrios históricos, que perduraram por mais de cinco séculos, fruto de todo o processo de desenvolvimento geográfico desigual ao qual a região foi submetida. Assim, a UNASUL pode ser entendida como um elemento estratégico para a integração regional e exemplo para demonstrar os principais benefícios de uma regionalização política, cultural e econômica realizada de forma autônoma.

2.3.3 IIRSA – Conjunto de projetos de integração física

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) data do ano de 2000, sendo concebida dentro do âmbito das discussões da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), no ano de 1994 (Padula, 2014). Entretanto, com o advento da chamada Onda Rosa, na qual diversos líderes do espectro político de esquerda e centro-

esquerda são eleitos nos países da América Latina, sobretudo nos países da América do Sul, tal proposta (ALCA) passa a ser vista como uma forma estratégica dos Estados Unidos para manter a sua hegemonia na região e, por isso, passa a ser combatida. Todavia, estes dois projetos ganham destinos diferentes, sendo a ALCA totalmente descartada pelos líderes da Onda Rosa e, a IIRSA, sendo aproveitada e englobada, dentro de um novo contexto de integração regional promovida pelos mesmos líderes que negaram a ALCA. É válido ressaltar a ligação entre estes dois projetos, assim como destaca Santos (2004), enquanto a ALCA ocupava o campo dos tratados e acordos, a IIRSA ocupava o campo da materialidade, com seus megaprojetos de integração física e demais infraestruturas. Apesar dessa ligação umbilical, a IIRSA, por se constituir de objetividades práticas, poderia ganhar vida própria em outra conjuntura.

Desse modo, os projetos que compõe o programa da IIRSA passam a ser utilizados dentro de uma narrativa de integração regional promovida pelos líderes progressistas e, inclusive, de forma autônoma, sobretudo em relação ao financiamento público, centrado no BNDES do Brasil e não em outra instituição financeira estrangeira (Kraychete, 2016). Tal narrativa de integração regional autônoma poderia ser entendida como uma tentativa de desenvolvimento anticolonial, ao passo que as doze nações da região buscaram de forma multinacional e multisetorial construir novos laços culturais, políticos e comerciais, através da integração física regional. Este modelo proposto de regionalismo iria unir as diversas sub-regiões segmentadas e separadas, devido ao longo processo de desenvolvimento desigual e combinado que a região foi submetida, ora pelos colonizadores portugueses e espanhóis, ora pelo *hegemon* da vez (Reino Unido ou Estados Unidos).

Muitas críticas foram realizadas, entretanto, sobre o programa da IIRSA. Tais críticas podem ser englobadas em algumas dimensões distintas, mas complementares, como a ambiental, social e econômica. Na perspectiva ambiental algumas críticas são atribuídas à IIRSA, mas de maneira inadequada, como a associação superficial da abertura das novas estradas ao aumento da exploração do garimpo ilegal. Todos reconhecem os malefícios da prática ilegal do garimpo que, comumente, pode ser associada a devastação ambiental, mas

deve-se reconhecer que o garimpo ilegal é um problema de polícia e não pode ser relacionado diretamente aos projetos da IIRSA.

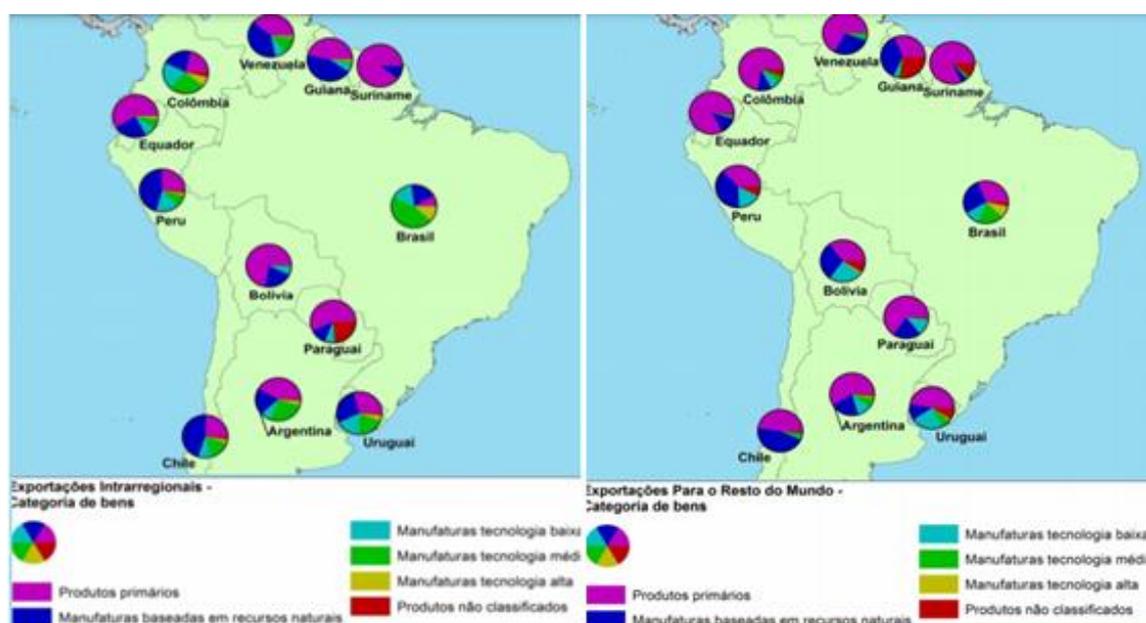
Contudo, outras críticas ambientais são legítimas e apropriadas aos projetos de infraestrutura englobados pela IIRSA, como nos casos das usinas hidroelétricas na bacia amazônica, responsáveis por gerarem externalidades negativas locais severas. Essa prática visa angariar benefícios para regiões distantes, sem considerar a conjuntura de uma nova era de tecnologias disruptivas e de baixo impacto ambiental como as fontes de energia solar e eólica que, atualmente, quando empregadas em larga escala, conseguem igualar-se ao potencial energético de uma hidroelétrica. Entretanto, mesmo nesse cenário de críticas legítimas, deve haver uma busca pelo melhor caminho, pois no caso das grandes estradas que também geram externalidades locais relevantes e, ao mesmo tempo, conseguem integrar fisicamente povos tão distantes. Tais projetos devem ter a relação custo-benefício analisada, como no caso da construção do Túnel de Água Negra, uma obra de 13,9 quilômetros para unir o Chile e a Argentina através da Cordilheira dos Andes.

Já na perspectiva social, a ação dos povos indígenas e tradicionais escancara uma falha multiescalar dos projetos da IIRSA que, ao serem concebidos com objetivos colossais como os corredores interoceânicos, acabam solapando a escala humana e territorial-local. Na percepção de Porto-Gonçalves (2011), tal falha chega ao ponto de sugerir a substituição dos conceitos de regiões por fluxos ou eixos, numa demonstração de total indiferença às variadas formas de saber e viver que passam a se tornar marginais perante a essas grandes obras. No entanto, não é parando de ministrar o remédio que o paciente irá se curar e sim adequando o tratamento e a dosagem do remédio. Com isso, as grandes obras de infraestrutura poderiam ser redimensionadas e remodeladas para favorecer as trocas e os intercâmbios locais preservando a territorialidade tão relevantes para as comunidades tradicionais.

Dessa forma, na terceira perspectiva, as críticas econômicas podem revelar uma superficialidade ao abordar a temática ou quando são pertinentes extrapolam o âmbito da IIRSA. Para começar, muitas críticas dizem que o objetivo dos corredores rodoviários é promover benefícios apenas para os grandes exportadores de *commodities* minerais ou

agrícolas, principalmente, depois da transição do fluxo comercial do Atlântico para o Pacífico. No entanto, os argumentos nesse sentido esquecem ou parecem ignorar a importância que o setor exportador tem para a balança comercial de todos os países da região, seja em maior ou menor grau. Tais exportações são responsáveis por trazer divisas para as economias e garantem a solvência das economias nacionais de toda a região. Agora, este argumento pró o setor exportador de *commodities* minerais ou agrícolas não coaduna com o fim dele em si mesmo, uma vez que os governos locais devem buscar o desenvolvimento de uma mínima indústria para evitar a dependência perante a qualquer potência industrial. Outro elemento negligenciado nessa linha argumentativa, é o fato de ao mesmo tempo que beneficia o setor exportador de *commodities*, as novas estradas também propiciam o aumento do comércio intrarregional de bens industriais através da redução do custo logístico.

Imagem 2 – Exportações por tipo de bens Intrarregional/Para o resto do mundo



Fonte: Padula, 2014 (Adaptado).

Como é mostrado no gráfico acima (lado direito), o comércio com o resto do mundo de bens industrializados de alta complexidade (em amarelo) é quase insignificante, até mesmo

para o Brasil, que possui o parque industrial mais avançado da região. No entanto, esse comércio passa a ganhar mais relevância no cenário intrarregional e, se acrescentar os bens de média complexidade (em verde), constata-se que esse percentual passa a 25% para economias como a Colômbia e Argentina e, quase isso, para o Uruguai e Chile, sem falar no Brasil que beira os 60%. Este índice de troca de bens industrializados de média e alta complexidade, existente em 2010, entre os países da região, persiste mesmo depois da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) (IEDI, 2017), em 2002, que aprofundou a desindustrialização relativa de, praticamente, todos os países – devido ao peso de suas respectivas pautas exportadoras de *commodities* para o gigante asiático, assim como a concorrência de suas importações da China.

Para além dessa abordagem superficial dos atributos econômicos da IIRSA, são expostos outros argumentos que extrapolam o âmbito da própria IIRSA e estão relacionados com o entendimento de desenvolvimento, ou ainda, com o modo de produção vigente, o capitalismo. Nesse sentido, não pode atribuir única e exclusivamente, aos projetos no âmbito da IIRSA. As falhas pertinentes ao próprio sistema capitalista, sob o risco de não contribuir com uma solução alternativa.

Há ainda uma crítica na perspectiva que tais projetos da IIRSA poderiam representar uma nova forma de colonialidade, ao impor às comunidades tradicionais que a modernidade estaria em torno desses novos megaprojetos de integração (Porto-Gonçalves, 2011). Ainda nessa perspectiva, uma extensão dessa visão orbitaria em torno da caracterização do Brasil como uma potência hegemônica regional, ou ainda, como um tipo de subimperialismo brasileiro, sobretudo devido à forte presença do financiamento brasileiro, através do BNDES, que puxava a participação das empreiteiras brasileiras nas obras do conjunto de projetos da IIRSA (Kraychete, 2016). Tais críticas são legítimas e devem propiciar um maior nível de diálogo entre os envolvidos para sanar qualquer tipo de potencial conflito na região.

Enfim, nenhum projeto é dotado de perfeição e sempre haverá externalidades geradas por todas as ações humanas. Assim, os argumentos pró e contra a IIRSA variam a depender da visão e do entendimento que se tem por desenvolvimento e integração regional. Então,

para construir a melhor solução para a situação recai-se na máxima de Simón Rodríguez (1771-1854): ou inventamos ou erramos (Porto-Gonçalves, 2011). Nesse sentido, as resistências legítimas devem propor adequações aos projetos existentes com soluções construídas conjuntamente, para alavancar a integração regional e as potencialidades da América do Sul.

3. PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, REGIME DE POLÍTICA MACROECONÔMICA E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é definir e discutir os conceitos de Padrão de Desenvolvimento de Desenvolvimento Capitalista, Regime de Política Macroeconômica e Estratégia de Desenvolvimento. O primeiro referido à dimensão estrutural de uma formação econômico-social e o segundo como expressão de distintas conjunturas no interior de um mesmo Padrão de Desenvolvimento Capitalista. Isto posto, define-se os termos de comparação para o estudo comparado desenvolvido no quinto capítulo.

A dimensão estrutural não significa o engessamento absoluto do sistema produtivo capitalista, mas demarca as características mais profundas pertinentes, e de longo prazo, aos Padrões de Desenvolvimento. Desse modo, Alves (2008, p. 02) caracteriza a estrutura como a “interligação do conjunto formado pela reunião das partes ou elementos de uma determinada ordem ou organização”. Bandeira (1999) concretiza essa definição ao exemplificar com as seguintes variáveis estruturais: a distribuição de renda, escala produtiva, nível educacional, evolução tecnológica, inserção internacional, modelos de financiamento, além de outros elementos de lenta transição.

Na percepção de Alves (2008), a perspectiva temporal é um divisor imprescindível na definição de estrutura e conjuntura, uma vez que a análise conjuntural está relacionada com a observância dos elementos e seus comportamentos no período de curto prazo, enquanto a estrutural requer período de longa duração para observar os efeitos dos processos de mudanças.

Dessa forma, para alterar uma estrutura em vigor são necessárias várias mudanças conjunturais, ao passo que várias mudanças conjunturais podem ocorrer sobre o mesmo conjunto estrutural predominante. Neste trabalho, essa dicotomia é associada aos Padrões de Desenvolvimento Capitalista que requerem mudanças de longa maturação e os Regimes de Políticas Macroeconômicas que podem ser alterados num curto espaço de tempo. A exceção para a regra são os momentos de rupturas institucionais como os golpes de Estado e revoluções que podem forçar mudanças significativas e estruturantes de forma abrupta.

No sistema capitalista, sobretudo sob o predomínio neoliberal, quando as condições internacionais sempre vão influenciar, sobremaneira, o cotidiano nacional, a periodicidade das crises e recuperações são cada vez mais frequentes e, por isso, a análise conjuntural é muito associada aos ciclos econômicos, mas também políticos. Particularmente, os preços macroeconômicos são alguns dos principais indicadores dessa influência, uma vez que conseguem captar rapidamente essas alterações no ambiente (Bandeira, 1999).

Posto isto, a análise da estrutura produtiva, assim como da conjuntura internacional, é fundamental para a compreensão dos diferentes pontos de partida existentes entre os distintos países da América do Sul. Essa realidade pertinente ao sistema mundo é ainda mais relevante no âmbito da região da América do Sul quando, desde seu processo de formação, sofreu um desenvolvimento geográfico desigual promovido pelas trocas assimétricas desfavoráveis para a região, localizada na periferia do capitalismo.

3.1 CONCEITO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O segundo capítulo trouxe uma série de eventos que, encadeados, demonstram como o sistema capitalista se manifestou de forma particular, condicionando as possibilidades de desenvolvimento da região. Para alguns autores, como Furtado (2009) e Prebisch (1962), essa especificidade é nomeada como a relação Centro-Periferia revelando que o sistema capitalista assume diferentes formas dependendo do espaço e da época. Nesse sentido, a necessidade de se apresentar os diferentes tipos de Padrões de Desenvolvimento Capitalista ocorridos na América do Sul, em particular no Brasil e na Argentina, é fundamental para o leitor compreender os motivos das ações tomadas pelos *policy makers*, durante o século XX, que condicionaram as opções dos líderes eleitos durante o movimento político da Onda Rosa.

A dimensão estrutural abordada, importante definidor do conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista, não significa o engessamento absoluto do sistema produtivo capitalista, mas demarca as características mais profundas de distintos períodos históricos das relações entre o centro e a periferia (Filgueiras, 2012). Assim como, as consequências

econômicas e sociais no âmago da região sul-americana, sobretudo, naquelas nações que alcançaram um maior grau de amadurecimento econômico como o Brasil e a Argentina e, parcialmente, o Chile e a Colômbia (Bresser-Pereira e Gala, 2010).

A indissociabilidade entre os campos da política e da economia é outro fator relevante no âmbito da discussão sobre os padrões de desenvolvimento, uma vez que as análises compartimentadas não conseguem expressar a sofisticação e o elevado grau de imbricamento que estas duas dimensões possuem. Isso ocorre devido à privação da visão sistêmica, necessária para compreensão do todo durante o estudo de qualquer situação complexa. No objeto em análise, essa imprudência significa ocultar a importância ou, dificultar a percepção, de como os interesses materiais, sociais e políticos das frações de classes possuem uma relação de troca de influências mútuas capaz de determinar ações e estratégias de condutas, criando ciclos que tendem a se perpetuar no longo prazo (Filgueiras, 2012). Durante esse período, as oscilações e as inflexões existentes nessa estrutura são naturais e esperadas, pois refletem as acomodações das mudanças existentes dentro dos blocos no poder, compostos pelas frações de classes responsáveis pela condução das ações dos *policy makers* (Filgueiras, 2012). Essas flutuações são traduzidas como as alterações dos Regimes de Política Macroeconômica e das estratégias de conduta dentro de cada Estado Nacional, em um determinado período.

Ainda no sentido de caracterizar o conceito basilar deste trabalho – Padrão de Desenvolvimento Capitalista – a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento deve ser apresentada, mesmo que de forma resumida. Nesse sentido, o entendimento para o termo desenvolvimento, segue a linha defendida por Bresser-Pereira (2008) no sentido de buscar revolucionar as forças produtivas em sua totalidade, com mudanças estruturais com efeitos de longa duração e implicações relacionais nos campos sociais, políticos, culturais, tecnológicos, ambientais e, sobretudo, econômicos. Este último, tendo um lugar de destaque, pois o crescimento econômico é resultado direto do processo de acumulação, principal eixo do sistema capitalista. Portanto, a partir dessa percepção, o crescimento econômico, que abarca uma análise muito mais estreita, ao se contentar com as análises

mais economicistas, está contido dentro do conceito de desenvolvimento, sendo este mais abrangente e englobando análises mais amplas (Filgueiras, 2012).

Dessa forma, o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista é apresentado a partir de inúmeros elementos característicos (atributos) os quais buscam, de uma forma íntegra, diferenciar os períodos históricos que tiveram diferentes condições para seus estabelecimentos. Assim, o presente trabalho também busca diferenciar tal conceito, do abstrato Modelo Econômico, que possui uma caracterização economicista, desprovido da mesma carga de implicações causais e relacionais imbricadas diretamente ao Padrão de Desenvolvimento Capitalista.

O papel do Estado, nesse sentido, ganha protagonismo, a depender de qual fração de classe consegue monopolizar os interesses do Estado a favor de seus próprios interesses, assim como o desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2006), o colonialismo interno de Casanova (2009) e tantos outros conceitos que procuraram traduzir, pelo menos em parte, o engessamento e o condicionamento das possibilidades políticas para o desenvolvimento pretendido.

Outro elemento importante para a conceituação do Padrão de Desenvolvimento, também compartilhado pela visão do desenvolvimento desigual e combinado, abordado no capítulo anterior, é o rompimento com a abstrata lógica evolucionista, a qual imputou às sociedades uma série de etapas necessárias para alcançar a modernidade (Lowy, 1995). Tese bastante difundida por Rostow (1960), a partir de seus estágios de desenvolvimento, tendo quase sempre, a experiência europeia ou estadunidense como exemplo a ser seguido.

Já no âmbito das discussões sobre Padrões de Desenvolvimento, esse debate torna-se muito mais complexo com a introdução dos conceitos de estrutura e conjuntura que serão abordados mais à frente. Estes assumem um peso mais relevante, dado as concretudes de suas análises, ao demonstrarem que seus limites e possibilidades não são correspondentes às formas lineares do progresso, mas estão condicionadas por inúmeros elementos estruturais e conjunturais para além dos aspectos econômicos.

O Bloco no Poder é o principal atributo para a definição do conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista, pois expressa e, ao mesmo tempo, limita a importância e o lugar dos demais atributos. Além disso, ele está associado às alterações e oscilações dos Regimes de Política Macroeconômica – conceito que será apresentado e definido no próximo subtópico.

O Bloco no Poder é constituído pelas classes e frações de classes dominantes em certo período histórico, tendo uma delas como hegemônica. Isso significa “pensar a classe burguesa como a unidade (classe social) do diverso (frações de classe) nas suas relações com o Estado e com o restante da sociedade” (Poulantzas, 1971 *apud* Boito JR., 2007, p. 58). A hegemonia de uma fração da burguesia está condicionada pelo lugar fundamental que ocupa na estrutura e dinâmica da economia e na capacidade de incorporar, sob a sua direção, os interesses das outras frações; e a extensão dessa hegemonia para o conjunto da sociedade exige a incorporação parcial dos interesses de segmentos das classes dominadas. Alterações fundamentais no Bloco no Poder implica na alteração estrutural do Padrão de Desenvolvimento, enquanto inflexões e acomodações no seu interior terão impacto conjuntural nas mudanças dos Regimes de Política Macroeconômica.

Para Arceo (2006), a estrutura econômica vigente em uma nação é diretamente determinada pela formação e natureza do Bloco no Poder, pois sua composição consegue romper com um processo histórico pluridimensional cristalizado ao longo do tempo. Outro autor que colabora para a definição do “Bloco no Poder” é Basualdo (2006a), ao incorporar a discussão novas caracterizações como a conformação de uma nova fração de classe que se forma a partir da década de 1970, associada ao capital especulativo e ao neoliberalismo que é a financeira. Por fim, a ideia de Filgueiras (2012) sobre a indissociabilidade entre os campos da política e da economia deve ser retomada para explicar como a condução da política nacional está diretamente imbricada com as propostas e estratégias econômicas adotadas.

A partir do Bloco no Poder identifica-se os diferentes interesses das distintas frações de classe e sua respectiva hierarquização. Boito Jr. (2007), por exemplo, identifica algumas frações (subdivisões) da burguesia potencialmente distintas: por exemplo, a agrária e a

industrial, a associada aos interesses estrangeiros e uma mais descolada diretamente desses interesses (burguesia interna), que pode, circunstancialmente, assumir uma postura nacional com características anti-imperialistas por terem objetivos distintos das frações altamente atreladas aos interesses externos. Filgueiras (2020) apresenta a necessidade do estudo da composição do Bloco no Poder como um elemento imprescindível para compreender as determinações e mudanças gerais das políticas econômicas e suas estratégias correlatas. Com isso é importante perceber como a conceituação supracitada de estrutura e conjuntura econômica se relacionam com o bloco no poder.

Segundo Filgueiras (2012), outros elementos compõem e são importantes para a caracterização do conceito de Padrão de Desenvolvimento, quais sejam:

1- A natureza e o tipo de regulação da relação capital: que influencia o grau de exploração ou mesmo a existência de superexploração da força de trabalho, que envolve as políticas do Estado para o mercado de trabalho e se relaciona à capacidade de organização e representação da classe trabalhadora e sua capacidade (força política) de defesa e negociação de seus interesses.

2- A natureza das relações intercapitalistas: que diz respeito à competição, associação e complementaridade das diversas frações do capital, bem como no que se refere às suas respectivas relações com o Estado.

3- A natureza da inserção internacional do país: que se refere ao lugar que a nação ocupa na Divisão Internacional do Trabalho, considerando as dimensões produtiva, comercial, tecnológica e financeira – que implica diretamente no seu grau de vulnerabilidade externa.

4- O modo como o Estado se articula com o processo de acumulação: atuando diretamente no processo produtivo (com empresas públicas ou mistas) e/ou direcionando e influenciando os rumos desse processo, através de políticas macroeconômicas, setoriais e na regulação do mercado de trabalho.

5- O processo de incorporação do progresso técnico: que remete à capacidade endógena de geração, adoção e difusão de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica.

6- O modo de financiamento da acumulação: que diz respeito à forma do financiamento (empréstimos bancários ou capitalização de Bolsa de Valores), à sua origem e sujeitos (nacional ou externa) e à natureza das instituições financeiras (públicas e/ou privadas).

7- A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza: relacionada à constituição histórica da formação econômico-social, além do conteúdo das políticas públicas.

8- As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes: como elas explicitam, defendem e encaminham os seus interesses, através de partidos, associações, sindicatos etc.

9- E, finalmente, como consequência de todos os atributos anteriores, a natureza (endógena/exógena) e características da dinâmica econômica, atrelada, ou com maior ou menor autonomia, em relação ao imperialismo.

Em cada contexto específico um ou mais desses atributos podem assumir um maior ou menor destaque a depender do tempo e do espaço em análise, mas sempre entendidos e relacionados com os desdobramentos tanto do Bloco no Poder, como também consequência conjuntural das mudanças dos Regimes de Política Macroeconômica.

Para ilustrar como estes itens podem ser analisados sob o prisma de serem decorrentes da composição do bloco no poder, a natureza da inserção internacional, por exemplo, vai variar de acordo com qual classe ou fração de classe consegue monopolizar o Bloco no Poder e, conseqüentemente, ditar os rumos da política externa orientada pelos *policy makers*. Caso seja a fração da burguesia associada aos interesses estrangeiros, essa inserção pode ocorrer de forma direta sob o guarda-chuva do imperialismo, ou de forma mais independente e pragmática caso tenha o predomínio de uma fração da burguesia com vínculos mais fracos com o capital estrangeiro. Da mesma forma, no que se refere à

incorporação do progresso técnico e a política industrial, a depender da conjuntura internacional, o Estado nacional poderá, ou não, estabelecer uma condução mais intensiva nessa área.

3.2 O CONCEITO DE REGIME DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Enquanto os Padrões de Desenvolvimento Capitalista estão associados aos aspectos estruturantes de uma economia nacional, os Regimes de Política Macroeconômica estão relacionados à dinâmica conjuntural. Em particular, os Regimes de Política Macroeconômica (e suas transformações) estão associados às mudanças no interior do Bloco no Poder, referentes à sua composição e hierarquização; bem como às influências externas derivadas de alterações na conjuntura internacional.

Mais especificamente, é definido como “o conjunto de objetivos, metas e instrumentos da política macroeconômica, assim como o arcabouço institucional no qual essas políticas são executadas”. (Oreiro, 2011, p. 07). Esse conceito, juntamente com o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista, permite diferenciar as dimensões estrutural e conjuntural na análise de uma formação econômico-social capitalista.

Desse modo, para Filgueiras (2020), o Regime de Política Macroeconômica, visto como o conjunto de ações relacionadas à definição das políticas econômicas, notadamente as macroeconômicas, cuja eficiência depende, decisivamente, da conjuntura internacional, refletem diretamente as prioridades elencadas pelas diferentes frações de classes e do capital, sempre implicando em alguma acomodação no interior da composição do bloco no poder. Portanto, em alguns momentos, quando o texto emprega a nomenclatura Políticas Econômicas é em referência a esta visão mais abrangente do alcance da influência do Bloco no Poder.

Assim, um mesmo Padrão de Desenvolvimento Capitalista pode ser compatível com diferentes Regimes de Política Macroeconômica, a depender de mudanças na conjuntura internacional e de eventuais alterações no interior do Bloco no poder, em especial na

hierarquia de comando entre as diversas frações da burguesia. Como exemplo concreto, Filgueiras (2020) faz sua análise sobre o Brasil, à luz do entendimento do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico (PLP), iniciado a partir de 1990 com a abertura comercial e financeira indiscriminada realizada por Collor – que foi sendo constituído ao longo das últimas três décadas.

3.3 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Enquanto os Padrões de Desenvolvimento Capitalista estão associados aos aspectos estruturantes de uma economia nacional, os Regimes de Política Macroeconômica estão relacionados à dinâmica conjuntural. Em particular, os Regimes de Política Macroeconômica (e suas transformações) estão associados às mudanças no interior do Bloco no Poder, referentes à sua composição e hierarquização; bem como às influências externas derivadas de alterações na conjuntura internacional.

Mais especificamente, é definido como “o conjunto de objetivos, metas e instrumentos da política macroeconômica, assim como o arcabouço institucional no qual essas políticas são executadas”. (Oreiro, 2011, p. 07). Esse conceito, juntamente com o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista, permite diferenciar as dimensões estrutural e conjuntural na análise de uma formação econômico-social capitalista.

Desse modo, para Filgueiras (2020), o Regime de Política Macroeconômica, visto como o conjunto de ações relacionadas à definição das políticas econômicas, notadamente as macroeconômicas, cuja eficiência depende, decisivamente, da conjuntura internacional, refletem diretamente as prioridades elencadas pelas diferentes frações de classes e do capital, sempre implicando em alguma acomodação no interior da composição do bloco no poder. Portanto, em alguns momentos, quando o texto emprega a nomenclatura Políticas Econômicas é em referência a esta visão mais abrangente do alcance da influência do Bloco no Poder.

Assim, um mesmo Padrão de Desenvolvimento Capitalista pode ser compatível com diferentes Regimes de Política Macroeconômica, a depender de mudanças na conjuntura internacional e de eventuais alterações no interior do Bloco no poder, em especial na hierarquia de comando entre as diversas frações da burguesia. Como exemplo concreto, Filgueiras (2020) faz sua análise sobre o Brasil, à luz do entendimento do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico (PLP), iniciado a partir de 1990 com a abertura comercial e financeira indiscriminada realizada por Collor – que foi sendo constituído ao longo das últimas três décadas.

3.3 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento, na percepção de Bresser-Pereira (2006b, p. 215-216):

“... é sempre uma ação efetivamente concertada de uma nação; é uma instituição através da qual a nação orienta a ação dos agentes econômicos nacionais e reduz sua incerteza; é um acordo informal e relativamente frouxo entre as classes, que não impede os conflitos internos, mas que supõe ação coletiva ou cooperação em relação aos competidores externos; é um conjunto de valores e normas que tem como critério fundamental defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais, seja protegendo-os da competição internacional seja definindo políticas para torná-los mais capazes de competir”.

Portanto, tem o objetivo de comunicar a todos os agentes econômicos, internos e externos, de forma a dirimir as incertezas inerentes ao processo econômico, sobre os rumos que o governo, como representante da nação, definiu para o próximo período. É necessário frisar, que como são estratégias de cunho nacional, todas as suas ações caminham para o aprimoramento das próprias capacidades dos agentes econômicos nacionais como um esforço de coordenação para superar as concorrências externas.

Outro elemento importante gira em torno da conciliação entre as classes, que de forma alguma impede os conflitos, mas abre um espaço temporal para todos (a maioria) os

setores e classes sociais arregimentar forças em prol do objetivo estabelecido e divulgado em busca do desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2006b).

Dessa forma, Bresser-Pereira (2006b) enxerga as Estratégias Nacionais de Desenvolvimento como uma instituição quase informal resultante de um processo coletivo de tomadas de decisão sem nenhum arcabouço normativo rígido e inerente a qualquer Escola do pensamento econômico, mas muito associado ao período da Era Desenvolvimentista, sobretudo no âmbito da CEPAL. No Brasil e na Argentina, os principais expoentes seriam, respectivamente, Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e Juan Domingos Perón.

Por sua vez, Sicsú (2009) entende uma estratégia de desenvolvimento como algo mais sistematizado, na qual a comunicação do ponto de chegada, *para onde se quer levar a sociedade*, e do caminho escolhido para percorrer, *a trajetória econômica*, deve ser feita de maneira muito assertiva com o objetivo de equalizar as expectativas do mercado. Notadamente, List (1983) pode ser entendido como um dos pioneiros nessa forma de pensar, justamente por enfrentar os expoentes da Escola Clássica, então hegemônicos, como David Ricardo e Adam Smith ao negar que o Livre Comércio fosse igualmente benéfico para todas as economias nacionais. Na percepção de List (1983), muito influenciada pela experiência de Alexander Hamilton, nos Estados Unidos, uma nação só terá êxito quando ela conseguir formar um consenso em torno de uma estratégia nacional de desenvolvimento, tendo o Estado como condutor desse processo.

Com o mesmo entendimento, Costa (2012) afirma que, o desenvolvimento econômico e social alcançado pela sociedade brasileira, no meio século sob influência do desenvolvimentismo, só foi possível através da conciliação de classes, dirigida e orientada pelo Estado no referido período. Da mesma forma, Brum (1997) e Leopoldi (2003), constataam o elevado grau de importância da conciliação de classes realizada por Vargas, após a “Revolução de 1930”, na qual o líder político conseguiu aglutinar os interesses da oligarquia cafeeira através da política permanente de valorização do café e o sentimento modernista corporificado pela industrialização – que era defendido por setores urbanos como a classe média e os militares.

Além disso, Brum (1997) estende o sucesso das estratégias nacionais de desenvolvimento até JK, quando o Padrão de Substituição de Importações sofreu uma importante alteração com a incorporação das multinacionais ao processo de industrialização do país. Nesse momento, segundo ele, também se lançou mão de um processo de conciliação que, ao agregar representantes de classes do Brasil rural do Partido Social Democrático (PSD) de JK e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Jango (vice), representando os trabalhadores urbanos, conseguiu estabelecer o consenso nacional em torno do Plano de Metas.

De forma similar, o governo de Perón, sobretudo na primeira parte, também pode ser englobado como exemplo desse esforço de concertação através de sua política de distribuição de renda, preponderante para agrupar os difusos interesses de classe e setores sociais da Argentina (Di Tella, 2017). Na Argentina, outro líder que conseguiu estabelecer um consenso nacional em torno do crescimento foi Néstor Kirchner (2003 – 07), mas a conceituação sobre estratégias nacionais de desenvolvimento não é tão aplicável a essa realidade mais contemporânea, sendo mais adequado a análise das alterações nos Regimes de Política Macroeconômica dentro do âmbito do Padrão de Desenvolvimento.

4. PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE HISTÓRICA DA AMÉRICA DO SUL

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir os Padrões de Desenvolvimento Capitalistas do Brasil e da Argentina, além de abordar, de modo bastante resumido, outros casos da América do Sul. Para isso, destaca-se como determinante para a região a influência da conjuntura internacional sobre suas respectivas evoluções socioeconômica – dimensão crucial para a compreensão socioeconômica da América do Sul, sobretudo através da constituição de frações de classe associadas aos interesses externos.

Por isso, no âmbito internacional, é imprescindível realçar o sujeito que carrega as funções de praticar a hegemonia no território. Desta forma, o imperialismo, primeiro inglês e depois o estadunidense, tem um papel destacado na análise da conjuntura internacional. Para Basualdo (2006a), o *hegemon* pode assumir uma postura mais colaborativa ou restritiva a depender da relação existente com os demais sujeitos, sobretudo os localizados na sua reconhecida zona de influência, a América do Sul.

Já para Harvey (2006), é através da figura imperialista dos Estados Unidos que a regionalidade sul-americana vai ser estabelecida e, mesmo com a dominação sem consentimento existente neste caso, várias situações de influência direta vão ocorrer. Na realidade do Brasil e da Argentina os golpes militares ocorridos no Brasil, em 1964 e, na Argentina, em 1976, no âmbito da Guerra Fria, são os clássicos exemplos da interferência direta estadunidense nos cotidianos nacionais da América do Sul. Mas tal situação é facilitada pela presença de frações de classe integradas aos interesses dos capitais internacionais.

Por isso, a análise histórica na longa duração se faz preponderante, ao demonstrar como as possibilidades e as limitações impostas aos *policy makers* hoje, apresentam raízes antigas que remontam a formação dos Estados-Nações até o surgimento do sistema produtivo capitalista. E, em particular, evidenciar a realidade de difícil superação encontrada pela Onda Rosa.

Historicamente, o desenvolvimento constituído na América do Sul, fruto do avanço capitalista das potências ocidentais, determinou quais regiões e localidades poderiam se integrar melhor a esse processo. Desse modo, as classes dominantes locais, associadas aos interesses externos, assumiram o poder econômico local e passaram a ditar também a condução política do Estado.

Para compreendermos as rupturas dos Padrões de Desenvolvimento existentes deve-se analisar o comportamento das frações de classe a partir da conjuntura internacional, à qual impõe condicionamentos ao desenvolvimento, sobretudo, dos países localizados na periferia do sistema capitalista mundial (Basualdo, 2006b; e Arceo, 2006).

Tanto o Brasil quanto a Argentina foram atravessados, em distintos momentos históricos, pela forte influência da conjuntura internacional. Por isso, é interessante resgatar alguns desses momentos para relacionar tanto com a composição do Bloco no Poder quanto com as estratégias e os Regimes de Política Macroeconômica adotados.

O Brasil, desde o processo de formação nacional, durante a *pax* britânica, foi afetado pelo ambiente externo e um desses momentos históricos mais significativos foi a pressão inglesa pelo fim da escravidão, tendo como marco a assinatura do *Slave Trade Suppression Act* também conhecido como *Bill Aberdeen*, que proibia o comércio de escravos entre a África e a América, permitindo, inclusive, que a Marinha Real (britânica) apreendesse os navios negreiros. A reação das classes dominantes brasileiras pertencentes ao Bloco no Poder, diante dessa imposição externa, foi de protelar ao máximo seus efeitos no sistema produtivo brasileiro. Tanto que o Brasil foi uma das últimas nações a abolir a escravidão adiando o fim desse sistema ao longo de todo o século XIX.

Concomitantemente, a Argentina e, na verdade, praticamente toda a América Hispânica aproveitou o contexto das Guerras Napoleônicas, sobretudo a Guerra Peninsular, que atraía a atenção da força militar espanhola sob jugo francês, para iniciar o processo de declaração de independência das então Províncias Unidas do Rio da Prata – que antecedeu a República Argentina e foi finalizada em 1818. Já, desde o início, a política platina foi

marcada pela disputa entre os centralistas e os federalistas representando as distintas frações de classe na composição do Bloco no Poder (Di Tella, 2017).

Em outro momento, a Crise de 1929, a maior crise sistêmica do capitalismo, atingiu fortemente tanto a Argentina como o Brasil, levando à bancarrota as suas economias baseadas em produtos primários voltados para a exportação. Os novos Padrões de Desenvolvimento, estabelecidos neste período, também podem ser entendidos como uma adaptação da economia regional diante do novo contexto que favorecia as economias do continente a desenvolverem seus próprios parques industriais. Dessa forma, constata-se que, a depender da profundidade das mudanças impostas pelo ambiente externo, a estrutura produtiva pode ser alterada e não apenas realizar pequenas adaptações através das alterações dos Regimes de Política Macroeconômica.

4.1 A REALIDADE DO BRASIL

Na realidade da evolução socioeconômica do Brasil, não foi realizado nenhum tipo de revolução burguesa como na história das nações europeias. A história do capitalismo local começa no sentido de suprir as demandas por produtos primários para abastecer, justamente, os centros capitalistas da Europa Ocidental. A partir daí três Padrões de Desenvolvimento Capitalista se sucederam ao longo do tempo: o Padrão Primário Exportador (1850-1930), o Padrão de Substituição de Importações (1930-1980) e o Padrão Liberal Periférico (1990-2023) (Filgueiras, 2012).

A primeira fase brasileira corresponde ao padrão primário exportador, que compreende o período entre os anos de 1850 e 1930, sendo este dividido em dois subperíodos devido à mudança significativa na estrutura política, e também social, mas que não altera a dinâmica econômica: a Abolição da Escravidão, em 1888, seguida da Proclamação da República, em 1889.

Esse rompimento, que não alterou os grupos sociais no poder, apesar da instauração de um novo regime político, a abolição formal da nobreza e do sistema escravocrata, deu

continuidade ao Padrão Primário Exportador, uma vez que manteve a dinâmica econômica baseada nas grandes propriedades privadas (latifúndios), monocultoras e voltadas para abastecer o mercado externo (Prado JR, 2004). De forma mais ampla, essa caracterização da dinâmica econômica é compartilhada com os países da região.

O marco temporal inicial, o ano de 1850, inaugurou o primeiro Padrão de Desenvolvimento Capitalista, pois, neste ano, durante o segundo reinado, D. Pedro II publica a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos africanos para o país e indicou, para um futuro próximo, a sua substituição por força de trabalho assalariada. Adicionalmente, a Lei de Terras, assinada 14 dias depois, vai reforçar alguns elementos estruturais significativos para a manutenção do mesmo Padrão de Desenvolvimento, pois contribuiu para a enorme concentração fundiária, realidade permanente até hoje, no Brasil, impossibilitando brasileiros de baixa renda, sobretudo os futuros ex-escravizados, mas também a futura mão de obra assalariada, a terem acesso à terra (Prado JR, 2004 e Brum, 1997).

Anteriormente, a região do atual Brasil, estava inserida dentro da lógica do antigo sistema colonial mercantil que, embora compreendesse muitas das características do primeiro Padrão de Desenvolvimento, não poderia ser englobada como tal por se tratar de uma economia colonial. Essa realidade começou a mudar a partir do ano de 1808, com a chegada da família real e a alteração do status de colônia. Para Prado JR (2004), a transição da economia colonial para a economia nacional foi pautada pela unificação nacional e centralização do poder político no Império, mas sem grandes alterações no sistema econômico que desde então existia para atender as necessidades de bens primários dos centros europeus.

Essa realidade começa a mudar, lentamente, diante do rompimento político provocado pela “Revolução de 1930”, a qual altera a estrutura política que vigorava desde a constituição da República. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder dá início ao processo de constituição do segundo Padrão de Desenvolvimento brasileiro, pautado na substituição das importações (1930-1980).

Na percepção de Filgueiras (2012), esse período deve ser entendido e analisado reconhecendo-se dois subperíodos, que conformam duas estratégias distintas. Para este autor, o primeiro subperíodo iria da “Revolução de 1930” até o suicídio de Getúlio Vargas (1930-1954), passando pelos dois governos de Vargas, caracterizado por uma estrutura produtiva e um Bloco no Poder de caráter Nacional-Desenvolvimentista. Neste período, Vargas procurou fazer um governo de coalizão política composta por membros localizados no movimento dos tenentistas, que buscavam na modernização, principalmente, através da industrialização da nação como forma de superar a dependência externa, conjuntamente com oligarquias estaduais dissidentes que não aceitavam mais a centralização política circunscrita no eixo São Paulo-Minas-Rio (Limonicic, 2003).

Para Leopoldi (2003), pode ser somado a essa grande composição os próprios cafeicultores paulistas, derrotados depois da “Revolução Constitucionalista”, uma vez que ao mesmo tempo em que o governo buscava o desenvolvimento industrial, reforçou a política de valorização do café, com destaque para a estratégia da queima do café como forma de reduzir a oferta e manter os preços a níveis interessantes para os produtores. Segundo esse autor, essa política foi além de medidas pontuais, com o governo Vargas instituindo uma Política de Defesa Permanente do Café (até 1937), englobando também a busca por novos mercados para o café brasileiro.

Ainda nessa primeira fase do Padrão de Desenvolvimento voltado para a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), o governo Vargas, enquanto procurou responder à situação do café no mercado internacional, também buscou reduzir a lógica agrária-exportadora do padrão anterior. Para Leopoldi (2003) e Brum (1997) foi nesse contexto que durante o seu governo, muito influenciado pela conjuntura internacional de crise, Vargas buscou fomentar a indústria nacional, a partir do desenvolvimento da indústria de base (siderurgia) e da consolidação da indústria de bens de consumo não-duráveis, além do fomento à infraestrutura industrial na área de petróleo e hidroelétrica.

No entanto, Limonicic (2003) defende que o desenvolvimento industrial alcançado durante o período desenvolvimentista não foi algo planejado, mas sim desdobramentos de suas ações implementadas pelo Governo Vargas diante das circunstâncias políticas vigentes. A

mesma circunstância ocorreu em relação à Perón, no sentido de ele não ter tido o intuito de industrializar a Argentina; isso só teria acontecido pela soma de fatores internos como o excesso de mão de obra urbana e fatores externos como a dificuldade de acesso a mercados compradores (Di Tella, 2017).

Na percepção de Filgueiras (2012), todo esse período é marcado pelo Nacional-Desenvolvimentismo, pois tais competências foram concebidas sob a tutela do Estado Nacional brasileiro com pouca, ou quase nenhuma, participação de capital estrangeiro privado – principal característica alterada na segunda fase. Ainda nesse contexto, é importante destacar a relação com os trabalhadores urbanos (industriais), que também passam a compor aquela coalizão política, sobretudo através do sindicalismo pelego (Leopoldi, 2003 e Limonicic, 2003).

O segundo período, do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek (JK), até o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1955-1980), já durante a Ditadura Militar, é marcado pela estratégia do Desenvolvimentismo Associado-Dependente (Filgueiras, 2012). Neste novo cenário, a mudança na conjuntura internacional é um dos elementos mais importantes, pois enquanto o governo Vargas poderia navegar entre as esferas de influências das principais nações no contexto do período entre guerras, essa nova realidade imprime um mundo bipolar, o qual coloca a região sul-americana diretamente na zona de influência dos Estados Unidos, inclusive com pressão interna, principalmente da classe média e dos militares para continuar dessa forma (Brum, 1997).

Dessa forma, o Bloco no poder e o regime de política econômica passam a incorporar os interesses do capital estrangeiro – notadamente estadunidense. Por isso, para Filgueiras (2012), este período é demarcado pelo Desenvolvimentismo Associado-Dependente, em razão dos investimentos diretos das multinacionais na indústria de bens do consumo durável (que viria a se constituir no principal segmento da economia brasileira) e também ao requerer através do capital estrangeiro, a fonte de financiamento para complementar o parque industrial brasileiro.

Essa internacionalização alcança resultados iniciais expressivos, com a vinda da indústria automobilística e o milagre econômico brasileiro vivenciado entre 1968-1973. Entretanto, essa estratégia de crescimento, via capital estrangeiro, vai demonstrar algumas consequências importantes, como a aprisionamento e agravamento da dependência da economia regional em relação aos centros financeiros do capitalismo mundial, evidenciada na crise da dívida externa nos anos 1980 e, posteriormente, já no Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico, pelas sucessivas crises financeiras ocorridas a partir da década de 1990 na periferia do sistema.

Essa inflexão ocorrida dentro do mesmo Padrão de Desenvolvimento, caracterizado por Filgueiras (2012), é um ajustamento das classes e frações de classes ocorridas dentro do Bloco de Poder, que encabeçavam as decisões políticas e econômicas à luz da industrialização via substituição de importações. Ademais, o cenário externo, fundamental nesta análise, é de fato modificado ao final da Segunda Guerra Mundial, com a ausência da ameaça nazista, por sua vez, tem o fortalecimento da disputa entre o EUA e a URSS, configurando o mundo bipolar e a Guerra Fria no contexto internacional, que forçava a necessidade de um alinhamento com um dos lados.

O terceiro Padrão de Desenvolvimento Capitalista brasileiro começou a se configurar a partir do esgotamento da industrialização por substituição de importação, das crises dos balanços de pagamentos e do surgimento de um novo paradigma econômico desenvolvido a partir dos países centrais – o neoliberalismo.

O Brasil foi um dos últimos países da América do Sul a aderir ao neoliberalismo, muito por conta de sua complexa estrutura produtiva que dificultava a formação de consensos dentro do Bloco no Poder (Filgueiras, 2005). Mas, a partir da vitória eleitoral de Collor (1990) iniciou-se a transição de mudança do Padrão de Desenvolvimento até então vigente. Filgueiras (2005) enxerga três fases nesse processo: período de ruptura com a ISI e as primeiras ações de natureza neoliberal, durante o governo Collor (1990-92); a consolidação do novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista baseado no neoliberalismo, durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-98), tendo o capital financeiro como a fração hegemônica no Bloco no Poder; e, por último, durante o segundo

governo FHC e o primeiro governo Lula (1999-2006), o aperfeiçoamento e os ajustes do novo Padrão de Desenvolvimento, com o crescimento da importância do agronegócio e da indústria produtora de *commodities* no interior do Bloco no Poder.

Esse período é caracterizado por um conjunto de ações voltadas para a abertura comercial e financeira dentro da nova lógica predominante da globalização, onde o crescimento econômico estaria mais vinculado à capacidade da nação conseguir se inserir nas cadeias globais de produção do que no seu processo de industrialização (Chesnais, 1995). Historicamente, esse processo de desregulamentação teve como marco os Estados Unidos e o Reino Unido a partir de 1979, mas a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90), no Chile, inaugurou essa prática com a política de “*O Ladrião*”, fortemente influenciada pelos “*Chicago Boys*”⁷, quase uma década antes (Chesnais, 1995).

Outras características essenciais desse período são: 1- políticas macroeconômicas constantemente instáveis devido à volatilidade do capital financeiro, que agrava ainda mais a posição de dependência e subalternização das economias periféricas, sobretudo na América do Sul. 2- Redução da participação direta do Estado na economia e de sua correlata capacidade de organização, decorrente do processo de privatizações e abertura comercial. 3- A desregulamentação das relações trabalhistas, apoiadas no discurso de flexibilização que, na verdade, resultou na precarização do trabalho, sobretudo a partir das terceirizações (Filgueiras, 2000). 4- E a desindustrialização como resultado dos processos acumulados de abertura comercial abrupta, financeirização e da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), através da globalização produtiva que reservou à América do Sul o lugar de fornecedora de *commodities* na cadeia global de produção (Brum, 1997, Chesnais, 1995 e Filgueiras, 2005). Notadamente, para Bresser-Pereira (2012) o fracasso, sobretudo, social das práticas econômicas desse Padrão de Desenvolvimento é uma das causas do surgimento do movimento da Onda Rosa, na qual inúmeros líderes contrários a essas políticas emergiram em quase toda América do Sul.

⁷ Grupo de economistas da Universidade de Chicago, que tinham como mentor o economista estadunidense Milton Friedman, sendo, então, denominados por “*Chicago Boys*”. Os *Chicago Boys* e suas ideias monetaristas da Escola de Chicago, juntamente com os “Austriacos”, foram responsáveis por compor as principais teses relacionadas ao neoliberalismo.

É importante reforçar o posicionamento de que o Padrão de Desenvolvimento não teve fim após o primeiro governo Lula (2002-06), pois a estrutura produtiva permanece inalterada. Houve, entretanto, uma inflexão na política econômica, ou seja, no Regime de Política Macroeconômica, (Filgueiras, 2020), momento que já pode ser entendido no contexto do movimento político da Onda Rosa.

4.2 A EVOLUÇÃO NO CONTEXTO DA ARGENTINA

Paralelamente, na Argentina, apesar de algumas nuances diferentes, a história do desenvolvimento econômico tem as mesmas fases e características, sendo que este último processo imposto pelo neoliberalismo, além de iniciar-se antes, mostrou sua face mais perversa e com mais intensidade na Argentina.

A análise acerca da Argentina compreende o mesmo arcabouço teórico baseado no conceito chave deste trabalho, Padrão de Desenvolvimento, e no seu conceito complementar, de Regimes de Política Macroeconômica. Notadamente, a literatura em espanhol traz palavras e expressões próprias de seu idioma, mas que carrega o mesmo significado já exemplificado por este texto. Autores como Basualdo (2006a), Boyer (1989) e Arceo (2006) empregam o uso dos termos, como: *patrón de acumulación de capital* ou *régimen social de acumulación* e o *bloque de clases* para se referir aos conceitos apresentados.

A periodização também é bastante correlata com a brasileira, mas possui suas particularidades inerentes ao processo de formação diferente vivenciado pela Argentina. Seguindo a classificação de Ferrer (2004), o colapso do sistema agrário-exportador também ocorreu em 1930, dando início ao período marcado pela industrialização inacabada (1930-1976), em seguida foi estabelecido o período de predomínio caracterizado pelas práticas neoliberais (1976-). Este mesmo autor sugere uma possível ruptura com o padrão neoliberal após 2003, mas este trabalho entende que houve apenas uma acomodação no regime de política econômica conforme percebido por Basualdo (2006a).

O primeiro padrão de desenvolvimento argentino ocorreu entre os anos de 1816, ano de sua proclamação de independência, até 1930, ano posterior à maior crise vivenciada pelo sistema capitalista, que demarca o colapso do sistema agrário-exportador, uma vez que as economias centrais não demandavam mais produtos primários da periferia do sistema (Di Tella, 2017).

Autores como Camara Neto e Vernengo (2013) reforçam uma característica distinta da evolução social e econômica da história argentina, principalmente quando analisada no longo prazo, que é o seu persistente declínio econômico. Todavia, também é importante destacar que esse declínio relativo⁸ ocorreu apenas durante dois momentos históricos e por causas diferentes (Camara Neto e Vernengo, 2013).

O primeiro momento foi, justamente, no esfacelamento do sistema agrário-exportador. Para Di Tella (2017) esse fenômeno ocorreu devido ao alto grau de integração da economia argentina com o centro do sistema capitalista, notadamente com o RU, tendo três características fundamentais, sendo elas: a dependência da importação de bens industrializados para atender o mercado interno, o excelente desempenho exportador de seus produtos primários e a capacidade de endividamento que logo cessou com a crise de 1929. A perda da hegemonia britânica no cenário internacional para os EUA e o colapso do padrão ouro que dava sustentação para a *pax* britânica, além da nova DIT no contexto do período entre guerras, foram outros fatores externos que contribuíram para esse desfecho.

Para Saretta (2005, p. 03), “o expressivo desempenho da economia argentina a partir dos anos setenta do século XIX está ligado decisivamente à sua inserção no mercado internacional como exportador de carne, couro e grãos que, crescendo expressivamente, permitiu ao país ter um desempenho econômico notável”. Outro elemento importante para os indicadores econômico dessa época, sobretudo para a renda média, é que a população argentina era bastante diminuta, quando comparada à brasileira (8.861.000 e 27.404.000 milhões de habitantes, respectivamente) e também quando comparada com o período do Padrão de Desenvolvimento, período no qual a Argentina foi um dos destinos prioritários

⁸ Declínio relativo porque é uma comparação com a renda *per capita* dos EUA durante o século XX: quando passou de cerca de 80%, no início do século, para menos de 30% da renda *per capita* estadunidense, no final do século (Camara Neto e Vernengo, 2013).

dos imigrantes europeus fugidos dos conflitos em seu continente nesse período (Saretta, 2005).

Di Tella (2017) ressalta que durante o período pré-republicano argentino a sua economia, diferentemente da brasileira, que teve os ciclos econômicos do pau-brasil, do açúcar e do ouro, não teve um produto responsável por dinamizar a sua economia, ficando dependente do fluxo de prata vindo da região do Alto Peru (atual Bolívia) e do comércio paralelo associado, que utilizavam os rios e portos da bacia do Prata para seu escoamento. Essa falta de integração e centralização econômica e política propiciava o fortalecimento dos caudilhos criando interesses difusos de difícil conciliação – característica marcante da política platina.

Já no segundo período, o Padrão de Desenvolvimento Capitalista argentino demonstra acompanhar a tendência regional, ao aproveitar a nova conjuntura internacional, sob protagonismo do novo *hegemon*. A partir do período nomeado por Ferrer (2004), como a industrialização inacabada e de sua temporização (1930-1976), Schvarzer (1996) identifica três subperíodos temporais principais, sendo eles: 1- o governo de Perón (1946-1955); 2- a aposta no capital estrangeiro de 1956 a 1965; e 3- a retomada do capital nacional de 1966 a 1976.

Assim como no Brasil, o principal motivo dessas subdivisões foram as acomodações pertinentes à composição do Bloco no Poder, com as elites e frações de classes disputando espaço e capacidade de influenciar as diretrizes do Estado. Para tanto, a Argentina, devido ao seu caráter peculiar de formação histórica, essa elite oligárquica era bastante fragmentada, com seus inúmeros caudilhos, ocasionando uma instabilidade política quase crônica, muito maior que nas demais nações sul-americanas (Camara Neto e Vernengo, 2013).

Um exemplo dessa instabilidade foi a atuação de parte das elites conservadoras, chamada oligarquia diversificada, ao propor e elaborar o Plano Pinedo (1940), como tentativa de direcionar o processo de industrialização durante a fase de transição. Este plano tinha o objetivo de, através da oligarquia diversificada em detrimento da oligarquia pampeana,

redirecionar a estrutura produtiva argentina em direção a economia estadunidense por meio de uma estratégia industrial focada nos produtos primários processados que, na percepção desse grupo, seria onde a Argentina teria condições de competir no mercado internacional (Corsi, 2013). Este plano estava fundamentado na teoria das vantagens comparativas, já bastante questionada à época, sobretudo pelos estudiosos que viriam a compor a CEPAL posteriormente.

O primeiro subperíodo da categorização de Schvarzer (1996) compreende o primeiro governo de Perón, mais do que caracterizado pela ISI conduzida pelo Estado, a relevância do mercado interno, já bastante significativo, e mesmo pelas políticas de nacionalismo econômico, que em certo grau eram comuns às experiências sul-americanas, mas, sobretudo, a intensa luta travada em favor de uma maior redistribuição de renda (Camara Neto e Vernengo, 2013).

Nesse sentido, para Camara Neto e Vernengo (2013), o governo de Perón pode ser entendido como o último ciclo baseado na redistribuição de renda e expansão da demanda interna, que vai desaguar em uma crise na balança de pagamentos iniciada em 1951 e agravada nos anos seguintes. Saretta (2005) evidencia a relevância desse período, sobretudo, na primeira etapa do governo peronista (1946-1949), na qual houve um aumento na expansão monetária em quase 250%, o gasto público passou de 16% para 29% do Produto Interno Bruto (PIB) e a participação dos salários na renda alcançou quase 50% (antes era de 39%), criando uma atmosfera muito favorável aos assalariados argentinos, principalmente no contexto urbano.

É importante frisar que a principal ferramenta peronista para as políticas econômicas foi o *Instituto Argentino para la Promoción y el Intercambio* (IAPI), que coordenava o comércio exterior da produção agrícola argentina (Saretta, 2005). Durante a segunda etapa do governo peronista⁹ (1950-1955), os déficits na balança de pagamentos aumentaram

⁹ El peronismo es un movimiento político de carácter popular que comienza a conformarse entre 1943 y 1945 bajo la administración presidencial de los generales Pedro Ramírez (1943-1944) y, especialmente, Edelmiro J. Farrell, a partir de un golpe de Estado que finaliza el ciclo de gobiernos conservadores que se había iniciado en 1930. El conductor del peronismo fue el general Juan D. Perón, quien ocupó la presidencia de la nación en tres oportunidades: 1946-1951, 1952-1955 y 1973-1974. Su segundo mandato fue interrumpido por un golpe militar y el tercero por su muerte (Basualdo, 2004)

consideravelmente, assim como a taxa de inflação que começava a corroer os ganhos vivenciados pelos assalariados durante a primeira etapa, mas a causa da sua deposição estaria mais vinculada a sua política de independência em relação aos EUA, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial, reflexo disso pode ser a tímida participação das exportações argentinas para a Europa sob o Plano Marshall (Saretta, 2005).

Complementarmente, Basualdo (2004) analisa esse período, relativamente curto da história econômica argentina, como o responsável por forjar aquilo que seria, por muitas décadas, a identidade dos setores populares uma vez que os trabalhadores ascendem econômica e socialmente de forma inédita em uma sociedade nacional, justamente devido à estrutura produtiva que privilegiou a industrialização como principal vetor de desenvolvimento.

Já o segundo subperíodo apresentado por Schvarzer (1996), é marcado pela incorporação do capital estrangeiro como elemento primaz no financiamento do desenvolvimentismo proposto. Para Basualdo (2006a, p. 123), com:

Os governos desenvolvimentistas de A. Frondizi-Guido (1958 – 1964), após o golpe de estado que interrompeu o segundo governo peronista em 1955, iniciou-se a segunda etapa da substituição de importações a partir de uma incorporação significativa de investimentos estrangeiros que estavam localizada na atividade industrial, principalmente na produção automobilística, metalúrgica e químico-petroquímica (Basualdo, 2006a, p. 123) (tradução nossa).

O plano econômico do governo pós-peronista a partir da “Revolução Libertadora” foi formulado por Raúl Prebisch, então coordenador e um dos principais nomes dos intelectuais relacionados a CEPAL. Todavia, em suas propostas estavam medidas de cunho bastante ortodoxo como arrocho fiscal e formação de superávit (Basualdo, 2006a). Uma provável interpretação é que seria necessário ganhar a confiança dos credores externos, sobretudo o Fundo Monetário Internacional (FMI), após anos de políticas econômicas expansionistas. Com estas características esse período foi marcado por severas instabilidades econômicas, que também ressoavam no cenário político.

O terceiro subperíodo (1966-1976) marca o retorno à tentativa de industrialização via capital nacional, mas no campo político a insatisfação com a ausência da democracia

resulta em manifestações como o *Cordobazo* que foi um levante popular ocorrido em maio de 1969, na cidade de Córdoba (Di Tella, 2017). Ainda no âmbito político, para Di Tella (2017), a volta de Perón ao poder marca a força de seu movimento, mas também já demonstra uma maior heterogeneidade na composição da aliança vitoriosa. Para Camara Neto e Vernengo (2013), esse período vai encerrar o Padrão de Desenvolvimento Capitalista com base na industrialização como principal vetor de desenvolvimento, com taxas crescentes de endividamento externo e pouca capacidade de o Estado dinamizar a economia. Entretanto, para Basualdo (2006a), a ISI sofreu um golpe quando estava em pleno alvorecer e pronta para a consolidação plena. A sua justificativa relaciona a ruptura institucional com mais um golpe militar após a morte de Perón, que alterou o Bloco no Poder estabelecendo novas diretrizes e estratégias econômicas para a nação (Basualdo, 2006a).

O terceiro Padrão de Desenvolvimento ocorrido na nação platina (1976-) inaugura as práticas neoliberais sintetizadas pela “Reforma Financeira”, de 1977. O objetivo desse novo arcabouço econômico era viabilizar e garantir a abertura do mercado interno de bens e uma maior desregulamentação no sistema financeiro que permitisse maiores fluxos e as valorizações financeiras.

É justamente a partir desse novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista, já sob os ajustes neoliberais, que ocorre o segundo momento de declínio econômico relativo da economia argentina conforme apresentado por Camara Neto e Vernengo (2013). Nesse sentido, Basualdo (2006a) revela que até os anos de 1990 o PIB argentino vai estacionar e o PIB *per capita* vai sofrer severos retrocessos. Perceptivelmente, o leitor deve associar o comportamento da economia argentina com a brasileira e com a de toda região da América do Sul; Basualdo (2006a) demonstra como a transição do Padrão de Desenvolvimento da ISI para o neoliberal, ditado pela especulação financeira após a instauração da ditadura militar, foi prejudicial para a Argentina, quando no período entre as décadas de 1980 e 1990 apenas dois países cresceram menos: o Haiti e a Nicarágua.

A sustentação desse novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista estava no processo de valorização financeira, comandado pelos grandes grupos oligopolistas locais associados ao

capital internacional. Dessa forma, mesmo com o processo de desindustrialização aprofundado pelo regime de convertibilidade, da massificação da pobreza e da incapacidade do Estado de coordenar a economia resultando na crise financeira de 2001, ilustrada pelo *corralito* de Cavallo¹⁰, o Padrão de Desenvolvimento permanece o mesmo, mas com uma nova composição do Bloco no Poder que procurou alterar o Regime de Política Macroeconômica, mas que já pode ser compreendida dentro do movimento da Onda Rosa.

4.3 OUTROS PAÍSES SULAMERICANOS

O Chile é outra nação da América do Sul com um relativo grau de industrialização, não tão desenvolvido como o da Argentina e do Brasil, mas significativo quando comparado aos demais países da região. Além dele, os casos da Colômbia e da Venezuela também serão apresentados neste trabalho como um esforço para demonstrar as similaridades e especificidades de cada nação dentro da lógica dos Padrões de Desenvolvimento Capitalista no âmbito da América do Sul.

Diaz (2013), apesar de utilizar a expressão “Padrão de Desenvolvimento” em alguns momentos não a emprega com a mesma carga semântica exemplificada neste trabalho, que é defendida por Filgueiras (2012). Ele faz sua análise a partir da temporização clássica existente na literatura econômica chilena e mais relacionada com os modelos econômicos, identificando três períodos.

O primeiro, chamado de industrialização substitutiva de importações, tem seu marco final no período de 1964-1973, sob a tutela dos governos progressistas de Montalva (1964-1970) e Allende (1970-1973). O Segundo (1973-1990), iniciado com a ruptura institucional promovida pelo General Augusto Pinochet, é o período do neoliberalismo radical, sendo a primeira nação a adotar tais práticas. E o terceiro, iniciado pelo processo de redemocratização, marca o fim das mudanças institucionais abruptas, com uma série de

¹⁰ Domingo Cavallo foi o Ministro da Economia mentor e responsável pela política de convertibilidade com o Dólar durante o governo de Carlos Menem (1989-1999).

governos progressistas a partir de 1990; as mudanças econômicas e, sobretudo, sociais, necessárias em uma sociedade com níveis de pobreza em torno de 45% da população em 1987, são realizadas mediante um longo e gradual processo de transição (Diaz, 2013).

Entretanto, como o termo de comparação empregado neste trabalho são os Padrões de Desenvolvimento ocorridos na região sul-americana é necessária uma adequação dessa referência. Portanto, o primeiro Padrão de Desenvolvimento Capitalista percebido seria relacionado ao período agrário-exportador, que se estende desde a sua independência, em 1818, até 1938 e tem como principais produtos a produção de couro, sebo e trigo além dos recursos naturais (RRNN), em especial a exploração de suas províncias minerais, escoados, principalmente, pelo porto de Valparaíso. É importante destacar o processo de formação nacional chileno durante esse Padrão de Desenvolvimento que, devido a sua geografia hostil espremida entre a Cordilheira dos Andes e o sul do Oceano Pacífico, determinou um maior grau de isolamento quando comparada às demais regiões da América do Sul – agravado pelas constantes e profundas disputas fronteiriças, em especial a ocupação de Antofagasta. Outro elemento significativo para o seu desenvolvimento é dado pela sua latitude ser oposta à dos mercados da Europa e dos EUA favorecendo safras contra sazonais, característica identificada como diferencial comparativo no comércio internacional.

Entre os anos de 1938¹¹ e 1973, após o colapso da mineração salitreira, englobamos o segundo Padrão de Desenvolvimento chileno, baseado na industrialização via substituição de importações, que teve início com o governo de Pedro Aguirre Cerda, eleito em 1938, sendo um grande promotor da industrialização e do desenvolvimento “para dentro” como forma de reduzir a dependência do setor exportador dominado pelas elites nacionais, materializado na Corporação de Fomento (Corfo) (Diaz, 2013).

Por fim, o longo período sob a tutela das diretrizes neoliberais que se estende desde o golpe de Pinochet, em 1973, até os dias atuais. Uma característica econômica fundamental

¹¹ Existe um debate acerca do início da industrialização por substituição de importação (Diaz, 2013), mas mais importante que um ano específico é demarcar a Crise mundial de 1929 como divisor de águas e, especificadamente, no Chile o colapso da mineração salitreira que fechou o acesso aos mercados internacionais empurrando para a ISI.

desse período é a orientação exportadora da economia chilena que vai se aproveitar do *boom* asiático a partir da década de 1970, além do intenso, abrupto e profundo rompimento com o Padrão de Desenvolvimento anterior – que produz uma rápida mudança estrutural na economia, em especial para a indústria metalmeccânica.

Dado essas características o país vai ser acometido por um longo período de estagnação agravada pela incidência da Doença Holandesa, associada a inelasticidade de seus produtos de exportação (Diaz, 2013). Fatores já conhecidos no âmbito da CEPAL. É importante frisar que a divisão apontada por Diaz (2013), em 1990 após a redemocratização não se alterou o Padrão de Desenvolvimento Capitalista, fundamentado no neoliberalismo, pois foi apenas uma mudança nas estratégias de condução do Regime de Política Macroeconômica chileno que teve uma alteração relativa à composição do Bloco no Poder, inaugurando uma fase mais conciliatória na condução política do país.

Para Diaz (2013), a entrada tão precoce do neoliberalismo no Chile se deveu ao fato dos governos de Montalva e Allende terem adotado inúmeras medidas tidas como radicais, como a profunda reforma agrária chilena e os processos de nacionalização das empresas de RRNN renováveis e não renováveis, principalmente às empresas do *cluster* cuprífero, desde então já hiperdesenvolvido, e que mais tarde iria formar a Corporação Nacional do Cobre do Chile (CODELCO).

Tal qual a vizinha Argentina, o Chile buscou manter uma política independentista em relação aos EUA durante o período da Segunda Guerra Mundial, diante do agudo processo encampado por Allende, com características socialistas, no início da década de 1970, o processo de ruptura além de contar com o apoio de suas classes dominantes, teve um peso preponderante da conjuntura internacional, similar ao ocorrido por toda região.

A industrialização na Colômbia também não teve um grau tão elevado quanto as nações do Cone Sul, mas diferentemente delas, a economia colombiana é marcada por uma estabilização quase secular sem grandes apogeus e muito menos crises muito graves (Macedo e Silva, 2013). Um provável elemento explicador é a formação nacional colombiana que, devido à geografia acidentada em grande parte de seu território, tem o

predomínio de pequenas propriedades rurais, comumente responsáveis pela significativa produção mundial de café. Com isso, o ambiente político também é considerado muito mais estável quando comparado aos do restante da América do Sul.

Nesse sentido, é válido destacar que a historiografia econômica colombiana marca os seus Padrões de Desenvolvimento tal como os das demais nações sul-americanas, mas também demarca os períodos de transição, dando-lhes os mesmos graus de importância. Assim, pode-se periodizar os seus Padrões de Desenvolvimento Capitalista da seguinte maneira: de 1905 até 1929 é a chamada “primeira globalização” definida pelo Padrão Primário-Exportador baseado no café (em substituição do ouro). Após esse período existe a primeira fase de transição e, como o processo de industrialização não foi tão enraizado na economia colombiana, é mais comum entender que foi um período de orientação para o mercado interno, haja vista a instabilidade do comércio internacional provocada pelo período entre guerras (Macedo e Silva, 2013).

O Padrão de Desenvolvimento seguinte (1945-1974), já é visto como de uma industrialização dirigida pelo Estado e diferentemente das influências recebidas pelos demais países, esse período é muito associado ao pragmatismo político dado o cenário internacional de forte expansão industrial. O segundo período de transição se estende entre os anos de 1974 até 1990 e Macedo e Silva (2013, p. 261) demonstra que foi um período “em que abandonou o forte compromisso com o esforço da industrialização para começar a racionalizar os instrumentos de intervenção do Estado”.

Por fim, para Macedo e Silva (2013), a quarta fase que consolida o último Padrão de Desenvolvimento vigente, altamente associado às práticas neoliberais, é incorporado na Colômbia como a “abertura econômica” traduzida como uma liberalização para o mercado externo tanto comercial quanto financeira e, retornando à economia à uma inserção internacional primário-exportadora. Outra característica da formação social colombiana reside na condução da política nacional apoiada por partidos e a própria composição do Bloco no Poder sempre de conservadores associados à direita. Esse fenômeno permanece mesmo no contexto da Onda Rosa, quando a esquerda e a centro-esquerda varrem o subcontinente.

O caso venezuelano é o mais *sui generis*, pois apesar de ele também percorrer as mesmas fases dos Padrões de Desenvolvimento Capitalista ocorridas no restante da América do Sul, a sua economia é altamente vinculada ao petróleo. Para Carvalho (2013), tanto os picos de crescimento, quanto as agudas crises econômicas, políticas e, sobretudo, sociais estão diretamente associadas aos ciclos dessa *commoditie* energética.

Dessa forma, a periodização dos Padrões de Desenvolvimentos venezuelanos tem no petróleo uma das suas características estruturais da economia. Portanto, o primeiro Padrão de Desenvolvimento baseado no sistema agrário-exportador, fundamentalmente café e cacau, se estende até a década de 1920, quando começa a exploração do petróleo de forma significativa desde o começo. Nesse caso, pode se dizer que o segundo Padrão de Desenvolvimento já começa nesse processo, mesmo antes da crise do ano de 1929, que colapsou toda a economia primária-exportadora, pois vinculado ao processo de exploração do petróleo, iniciou-se um relativo processo de industrialização, sobretudo nas áreas adjacentes.

Para Carvalho (2013), a apropriação dos grandes excedentes advindos dos fluxos petrolíferos fomentou a tentativa de diversificação produtiva, com base na industrialização induzida e fomentada pelo Estado, inclusive com a estatização do setor petrolífero em janeiro de 1976, quando se cria a Empresa Estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) – no contexto das crises do petróleo da década de 1970 e a formação dos cartéis. Todo o crescimento e declínio durante este processo pode ser diretamente relacionado ao preço do barril de petróleo no comércio internacional e, assim como a economia oscilava bastante, as crises políticas e sociais acompanhavam o mesmo ritmo podendo ser comparada apenas à situação argentina.

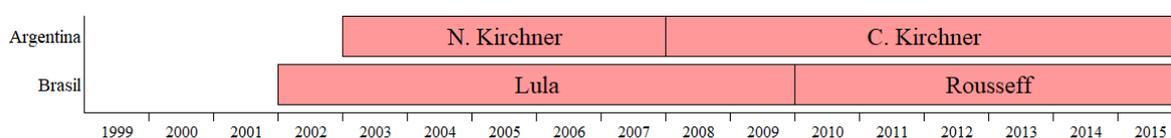
Todavia, para o autor, diferentemente da Argentina que logrou fomentar um significativo parque industrial, a Venezuela não obteve o mesmo sucesso, ficando ainda mais suscetível às oscilações inerentes ao preço do petróleo. Um elemento explicativo dessa situação foi exaustivamente estudado por Celso Furtado que aplica a realidade venezuelana no diagnóstico da Doença Holandesa que, ao sobrevalorizar a moeda nacional, dificultava o desenvolvimento industrial, e até mesmo agrário.

O terceiro Padrão de Desenvolvimento associado a era neoliberal, novamente coloca no centro das análises o petróleo, mas agora, na figura da PDVSA, que assume uma estratégia de expansão no exterior através de alianças com empresas privadas (Carvalho, 2013); mas devido às fragilidades das demais políticas industriais e desenvolvimento tecnológico a economia nacional patina novamente, gerando inúmeras crises políticas e sociais que vai desaguar na tentativa de golpe frustrada de Hugo Chávez e sua posterior vitória eleitoral (e democrática), cristalizando o marco inicial do movimento da Onda Rosa em contraposição às práticas danosas relacionadas ao neoliberalismo na América do Sul.

5. PADRÃO REGIONAL, SINGULARIDADES NACIONAIS – AVANÇOS SOCIAIS E DESEMPENHO ECONÔMICO DURANTE A ONDA ROSA

Neste capítulo, o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista, tratado os capítulos anteriores, será considerado agora a partir uma perspectiva comparativa, focalizado no tempo (nas duas primeiras décadas deste século) e no espaço (no Brasil, da Era Lula presidido por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e, na Argentina, a partir de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner com o kirchnerismo) conforme o gráfico 01.

Gráfico 1 – Linha do tempo da Onda Rosa na Argentina e no Brasil



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

Isto posto, o objetivo deste capítulo é demonstrar através da metodologia comparativa o padrão regional da América do Sul e as singularidades nacionais pertinentes ao Brasil e à Argentina e, tendo por referência os seus Padrões de Desenvolvimento Capitalista e suas evoluções socioeconômicas. Para tanto, na primeira parte serão apresentadas as conduções das políticas econômicas no âmbito do Brasil, seguida da Argentina, com destaque para as práticas em comum com o resto da região, assim como as especificidades pertinentes a cada realidade. Posteriormente, os avanços sociais e o desempenho econômico vividos durante a Onda Rosa serão apresentados, conjuntamente com a análise comparativa entre essas duas realidades, para apontar indícios sobre o porquê de o Padrão de Desenvolvimento herdado do período neoliberal não ter sido superado.

5.1 ESTRATÉGIAS DO GOVERNO LULA; LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA ANÁLISE CONJUNTURAL E DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS

As estratégias encampadas pelo governo Lula levaram em consideração um emaranhado de fatores, tanto internos, quanto externos, tanto conjunturais, quanto relativos às estruturas produtivas brasileiras do início do século (Barbosa e Souza, 2010). O temor antecipado pelo governo do Presidente Lula foi tão real a ponto que, mesmo após escrever a “Carta ao Povo Brasileiro” – que, na verdade, foi uma mensagem ao mercado financeiro para garantir a “normalidade” nas ações do futuro governo e que não haveria “rompimento dos contratos” – ocorreu uma queda no desempenho econômico daquele ano, provocado por, entre outros motivos, fugas de capitais privados (*hot-money*), inclusive nacionais, e adiamentos de investimentos (Lourenço e Tayra, 2021).

Esses acontecimentos ficaram conhecidos como “efeito Lula”. Segundo Barbosa e Souza (2010) outros fatores relevantes, desta vez externos, era a discussão da ALCA no âmbito da AL e nas relações com os EUA, sobretudo após se recuperar do estouro da bolha tecnológica (2000); a crise na Argentina, principal parceira econômica; e o maior protagonismo da China, com seu mercado consumidor gigantesco, no comércio internacional. Com isso, na percepção de Barbosa e Souza (2010), a área econômica do governo Lula não poderia adotar logo uma postura mais expansionista nos gastos públicos, sobretudo devido aos resquícios da crise financeira ocorrida no final do primeiro Governo FHC, em 1999, após o BC abandonar o regime de câmbio fixo e passar para o câmbio flutuante, levando a economia a uma forte desvalorização do real, aumento da inflação e taxas recordes de desemprego.

As dificuldades encontradas pelo governo Lula, sobretudo na área econômica, limitaram seu campo de ação, mas as dificuldades não se restringiram à economia, pois no Congresso Nacional, devido aos necessários acordos políticos para fazer os projetos andarem, explodiu o escândalo de corrupção do Mensalão, ocorrido ainda no primeiro governo, em 2005. Esse episódio desgastou ainda mais a rede de aliados no Congresso Nacional, somando mais um percalço na trajetória inicial do governo Lula (Lourenço e Tayra, 2021).

Todavia, para Bresser-Pereira (2012), a primeira eleição de Lula foi marcada pela esperança do povo brasileiro em deixar para trás as mazelas decorrentes dos anos de práticas neoliberais, que prejudicava o povo a custas de garantir resultados fiscais. Uma demonstração desse sentimento nacional foi o fato dele ter sido eleito em praticamente todos os Estados da nação (a única exceção foi o Estado de Alagoas) e no Distrito Federal, obtendo 61,27% dos votos válidos na eleição nacional.

Diante desse contexto, a estratégia de atuação do governo precisava equacionar os desejos de mudanças por parte da população que havia consagrado Lula presidente e, ao mesmo tempo, assumir a responsabilidade de acalmar os ânimos do mercado financeiro, conforme sinalizado na Carta ao povo brasileiro. Para tanto, a alternativa vislumbrada foi de prosseguir com a continuidade do tripé macroeconômico como referencial institucional, tanto que para Filgueiras e Gonçalves (2007), esse primeiro momento foi entendido como uma continuidade do governo de FHC, mas já em coexistência com políticas públicas de transferência de renda, ainda que focalizadas, valorização do salário mínimo e expansão de gastos com o bem-estar, mas sempre dentro dos limites para não constranger a formação do superávit primário, imprescindível para o respaldo da equipe econômica no cenário de fortes incertezas.

Após esse primeiro momento do governo Lula, de abrandar as expectativas negativas iniciais e, diante de um novo contexto fiscal proporcionado por fatores externos como o *boom* das *commodities*, tanto minerais (depois da invasão no Iraque, em 2003, o preço do barril de petróleo saiu da faixa dos U\$ 30,00 para U\$ 130,00, em 2008), quanto agrícola, com a maior demanda por parte do mercado consumidor chinês no comércio internacional, além do crescimento dos EUA – com elevada liquidez, e consequente redução na taxa de juros, proporcionando fortes investimentos, sobretudo, no setor imobiliário (Lourenço e Tayra, 2021). E por fatores internos como altos índices de popularidade e prestígio no setor financeiro – vide o recorde do volume de reservas internacionais, criando um “colchão de segurança” capaz de dar condições ao Brasil para enfrentar as turbulências características de um país localizado na periferia do capitalismo mundial (Lourenço e Tayra, 2021). Além de antecipar a quitação do empréstimo com o FMI já em 2005 e, logo passando de tomador

para empregador. O Brasil, assim como os demais países da região da América do Sul, passou a desfrutar de uma maior flexibilidade e poder de manobra na gestão fiscal nacional (Bresser-Pereira, 2006b).

As circunstâncias a seguir à eleição de Lula, no Brasil, revelam a introdução de uma nova fração de classe na composição da formação do Bloco no Poder (Filgueiras, 2012). Antes, para ele, tal arranjo era orquestrado pelo capital financeiro, representado pelos bancos nacionais, representantes do mercado financeiro internacional e demais frações do mercado financeiro local. Nos Governos Lula, principalmente no segundo, tais grupos permaneceram presentes com força na composição do Bloco no Poder, no entanto, abriu espaço para as frações da burguesia (interna), atuante nos setores produtor de *commodities* (agrícola e industrial), da construção civil, do varejo – frações da burguesia brasileira não associadas diretamente ao imperialismo e, até concorrendo com ele em algumas regiões do mundo – com destaque para a América Latina, o Oriente Médio e o continente africano.

A inflexão do governo Lula ocorre nesse contexto. A nova composição do Bloco no Poder já consolidada e o cenário internacional favorável viabilizaram uma série de modificações, a começar pelo afrouxamento do tripé macroeconômico, através da redução da taxa de juros e dos superávits fiscais primários, com impactos positivos sobre o crescimento econômico e redução da taxa de desemprego – colocando em questão o trade-off entre inflação e desemprego preconizado pela Escola Neoclássica do pensamento econômico, ao viabilizar uma taxa de inflação baixa e estável, em um cenário de redução do nível de desemprego (Filgueiras, 2012 e Barbosa e Souza, 2010).

Outra expressão dessa inflexão, é a substituição do Ministro Antonio Palocci em 2006, após os escândalos de corrupção, pelo Ex-Ministro do Planejamento e então Presidente do BNDES, Guido Mantega. O caráter mais desenvolvimentista do novo Ministro da Fazenda era compensado pela manutenção do ortodoxo Henrique Meirelles na presidência do Banco Central (Lourenço e Tayra, 2021). Esse novo cenário inaugura uma mudança no Regime de Política Macroeconômica dentro do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico e expressa uma nova composição do Bloco no Poder (Filgueiras, 2020).

Para alguns, entretanto, essa dualidade, contida na formação da equipe econômica, representaria uma nova fase da política econômica, marcada pelo hibridismo econômico. A política econômica híbrida, segundo Moraes e Saad-Filho (2011), reside na conciliação entre as políticas desenvolvimentistas de Guido Mantega – como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007; os investimentos no Pré-Sal capitaneados pela Petrobras; o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em 2009; as reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), particularmente automóveis e linha branca, no contexto do Programa Minha Casa Melhor – com a manutenção, embora flexibilizada, do tripé macroeconômico – meta de inflação acima de 4%, superávit fiscal moderado e câmbio flutuante menos rigoroso (Lourenço e Tayra, 2021).

A linha autodenominada desenvolvimentista da segunda fase do governo Lula, instituída após a mudança no Regime de Política Macroeconômica, reforçou a burguesia interna, ao fortalecê-la em dois sentidos, tanto no mercado interno, alavancado pelo aumento no consumo, quanto no mercado internacional, favorecido por uma nova política comercial (Lourenço e Tayra, 2021).

Como uma estratégia de crescimento *wage-led*, o governo Lula ampliou os mecanismos de transferência de renda, entre eles o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), implantou a política de valorização do salário mínimo, com reajustes sempre acima da taxa de inflação, além da concessão de crédito tanto para empresas, quanto para pessoas físicas, preferencialmente, o consignado (Barbosa e Souza, 2010). A inserção internacional promovida durante o governo Lula, a partir da reorientação da política de comércio exterior, permitiu a ampliação e diversificação, tanto do destino, quanto da natureza dos produtos das exportações brasileiras (Filgueiras, 2012). E através dos bancos públicos, servindo como garantidores finais das operações, além de financiar serviços de engenharia pesada mundo afora, mas acima de tudo, nos países da América Latina e da África assemelhando um modelo *export-led* voltado para serviços industriais (Barbosa e Souza, 2010).

Em qualquer análise econômica para o período em tela, é obrigatória a inclusão da crise de 2009. O seu impacto no Brasil, diferentemente do que ocorreu em outros países, foi

relativamente mais brando. Barbosa e Souza (2010) destacam algumas iniciativas estruturais responsáveis por evitar uma queda ainda maior no nível de atividade econômica. Dentre elas, no campo social, a manutenção do guarda-chuva social, através das transferências de renda para as famílias mais pobres, alcançando quase 10% do valor do PIB em 2009, assim como a manutenção do reajuste do salário mínimo planejado para 2009 (Barbosa e Souza, 2010). No campo econômico, a redução do depósito compulsório foi necessária, mas não suficiente para manter a oferta de crédito em níveis mínimos que só veio com os bancos públicos, auxiliando a manter a liquidez no Brasil, bem como a utilização das reservas internacionais para reduzir a pressão cambial, inclusive financiando operações de curto prazo para as exportações (Barbosa e Souza, 2010).

Durante a retomada da economia, após a crise do *subprime*, o debate sobre qual estratégia econômica iria conduzir as ações volta a se estabelecer, mas conforme demonstrado por Barbosa e Souza (2010), o pragmatismo político se mantém como fio condutor com o objetivo maior de continuar buscando o crescimento econômico, mas sem abrir mão de fortalecer o avanço social. Nesse contexto, surgem algumas correntes teóricas do desenvolvimento na tentativa de analisar criticamente o período do governo Lula, entre elas o Novo Desenvolvimentismo e o Social-Desenvolvimentismo. Na visão de Barbosa e Souza (2010), que trabalharam no governo, podendo contar a história em primeira pessoa, não houve o predomínio de uma única visão do desenvolvimentismo, “apenas a combinação de vários argumentos desenvolvimentistas (sem adjetivo) e sem refletir uma escola de pensamento econômico homogênea” (Barbosa e Souza, 2010, p. 10). Qualquer outra narrativa seria, para eles, uma tentativa *ex-post* de rotular o suporte teórico do governo Lula no período.

Dilma Rousseff foi a escolhida para concorrer à sucessão do Presidente Lula, tendo participado do corpo de Ministros desde o primeiro mandato e ocupando, por último, o Ministério da Casa Civil. Eleita, ela mantém Guido Mantega na pasta, mas substitui Henrique Meirelles por Alexandre Tombini na Presidência do BC que para Lourenço e Tayra (2021, p. 20) “era muito mais alinhado às visões do Ministro da Fazenda”.

O início do seu governo é cercado por um clima de desconfiança em relação aos rumos da economia e sobre a falta de traquejo político. Para Carvalho (2018), também é marcado pelo continuísmo com as políticas públicas iniciadas nos dois governos Lula, sob a tutela de Mantega, inclusive com a versão estendida do PAC sendo lançada logo no começo do seu governo. O PAC 2 compreende um maior rol de segmentos, totalizando seis áreas de atuação, entre eles: o PAC MCMV que englobou o programa habitacional, o PAC Energia para continuar desenvolvendo o complexo de infraestrutura do Pré-Sal e o PAC Cidade Melhor (Lourenço e Tayra, 2021). Este último ficou conhecido como o PAC da Copa, em referência a Copa do Mundo de 2014 ocorrida em doze cidades sedes do Brasil.

Neste momento, o Brasil, que já tinha sido sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, fruto da política externa empreendida pelos governos Lula, torna-se o centro de grandes eventos mundiais como a própria Copa do Mundo e o seu evento teste da Copa das Confederações, em 2013, a Jornada Mundial da Juventude e as Olimpíadas, em 2016. Nesse contexto, muitas obras de infraestrutura são demandadas, dentre elas, obras de mobilidade urbana estratégicas, mas também a própria construção dos estádios e o complexo olímpico que passam a sofrer críticas por parte da população (Penido e Stédile, 2021).

A equipe econômica do governo Rousseff, sob coordenação do Ministro Guido Mantega, apresenta a Nova Matriz Econômica (NME) como um arcabouço fiscal em substituição a política híbrida do governo Lula e sem amarras relacionadas ao tripé macroeconômico herdado do governo FHC. A NME caracteristicamente heterodoxa e com uma postura desenvolvimentista, segundo Lourenço e Tayra (2021), tem como principais medidas: a redução da taxa de juros, desvalorização do real em relação ao dólar, desonerações tributárias à indústria, uso do BNDES para subsidiar crédito e controle de preços – como a redução das tarifas de energia. Segundo Lourenço e Tayra (2021), os dois primeiros itens objetivavam projetar a economia nacional para a exportação, mas acabam não alcançando os objetivos pretendidos, os demais itens também têm resultados diferentes do esperado – com a NME sendo apontada como uns dos fatores para a Crise de 2014.

Essa tentativa de projetar a economia para o comércio internacional durante o governo Rousseff esbarra na estrutura produtiva local, na qual o segmento da indústria de

transformação sempre foi voltado para abastecer o mercado interno e não possuía experiência para aproveitar o mercado externo mesmo com tais medidas. Na percepção de Lourenço e Tayra (2021) essa realidade evidencia a incapacidade estrutural de exportar de alguns segmentos da economia brasileira, como os produtos de maior valor agregado vinculados à indústria de transformação.

Essa característica da indústria se distingue bastante do setor de *commodities* que marcou o primeiro Padrão de Desenvolvimento e, ainda, é presente no atual PLP. Conforme demonstravam as teses de Prebisch (1962) e Furtado (2009), sobre a estrutura produtiva da América do Sul, seria necessário um esforço nacional coordenado para superar o status de país agrário exportador, uma vez que a DIT é bastante engessada e como vimos no segundo capítulo deste trabalho, a história do capitalismo reservou para a região da América do Sul a função de abastecer o centro com insumos agrícolas e produtivos de baixo valor agregado. Com isso, de acordo com Bielschowsky (2009), essa estrutura produtiva recai na tese da deterioração dos termos de troca que inviabilizaria o crescimento sustentado no futuro.

Essa seria a motivação vislumbrada pelos líderes da equipe econômica do governo Rousseff a partir da implantação da NME, no entanto, tal projeto não encontrou consenso nacional (Lourenço e Tayra, 2021). Para Carvalho (2018), a “Agenda FIESP¹²”, como também foi identificada a NME, não logrou o antagonismo apenas por ser uma tentativa desenvolvimentista, mas por ter sido ineficaz e insustentável no longo prazo. Segundo Carvalho (2018), nem mesmo o cenário externo desfavorável após a crise do *subprime* é suficiente para explicar o fracasso político, econômico e social desse conjunto de políticas. Bandeira (1999) reforça que mudanças estruturais demandam mais tempo do que apenas oscilações em Regimes de Políticas Macroeconômicas; nesse sentido, os mais de 10 anos do período em tela não seriam suficientes para implementar as condições necessárias requeridas.

¹² Agenda com medidas econômica para atender as demandas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) no governo Rousseff (Carvalho, 2018).

O governo Rousseff sofreu desde o começo com falta de apoio político, reconhecida por não ter a mesma habilidade e trânsito no Congresso Nacional (CN) que o seu antecessor. Somou-se a este fato algumas contradições, como o corte orçamentário, em 2011, de cerca de R\$ 50 bilhões no orçamento federal como forma de compensar os gastos realizados na ocasião da crise do *subprime*, de 2009; o congelamento de promoções e concursos para o funcionalismo público também como mecanismo de segurar os gastos públicos; além da derrota política em relação a segunda etapa do MCMV, que não foi aprovada no CN (Lourenço e Tayra, 2021 e Carvalho, 2018). Estas situações descritas corroboraram para aumentar a sensação de desconfiança por parte do capital financeiro e de solapar a continuação da mudança na Política de Regime Macroeconômico estabelecida no governo anterior.

Esse aspecto de confusão e ambiguidade, que em um momento anuncia a continuação de programas importantes do governo passado, mas que em seguida adota medidas contrárias, além de criar um ambiente de reversão das Políticas do Regime Macroeconômico, enfraqueceu e desestruturou a base política do Bloco no Poder. Para Carvalho (2018), este quadro é ilustrado pela contradição de que mesmo com a conjuntura internacional desfavorável, o Brasil em 2013, registrou um crescimento de aproximadamente 3% no PIB (BIRD, 2023). E quando o governo Rousseff implementa uma série de desonerações como forma de estímulo à economia, o setor privado não corresponde e não aumenta o nível de investimento. Na verdade, ocorre uma retração ilustrada pela forte desaceleração da economia brasileira de 2014 – expresso no baixo desempenho na taxa de crescimento do PIB, de apenas 0,5% (BIRD, *op. cit.*).

Entretanto, a origem da crise econômica brasileira de 2014 é tida como desdobramento de uma crise política decorrente do descrédito em relação à condução política do governo Rousseff, exemplo desse cenário foi o pedido de demissão do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, em 2011, sob a alegação de ser um governo “atrapalhado” (Lourenço e Tayra, 2021). Adicionalmente, os jovens brasileiros tomaram as ruas em protestos difusos a partir de junho de 2013, mas que, em geral, cobravam explicações do porquê de tantos gastos com as obras da Copa e na sequência a população ser penalizada com arrojo fiscal e

suspensão das promessas de campanha. Manifestações que se iniciaram com protestos contra o aumento das passagens de ônibus e que, no seu transcorrer se transformaram e se direcionaram, sob vários pretextos, contra o governo (Penido e Stédile, 2021).

O começo do fim da Onda Rosa no Brasil já estava sacramentado, mesmo diante de todo o quadro político, econômico e social, o Governo Dilma Rousseff venceu as eleições, porém o seu segundo governo já nasce morto, com a completa deterioração de sua base governista no CN, sem apoio popular depois do estelionato eleitoral com a indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda para implementar mais um ajuste fiscal (Carvalho, 2018) e com o Bloco no Poder fragmentado a partir da Operação Lava-Jato – que constrangeu e destruiu as empresas nacionais do setor de construção civil. A consequência maior foi o deslocamento da burguesia interna do Bloco no Poder, em favor da burguesia associada ao imperialismo, com a volta da hegemonia absoluta do setor financeiro, coadjuvado pelo agronegócio (Filgueiras, 2020). Especificamente, para Penido e Stédile (2021), a Operação Lava-Jato pode ser lida como um mecanismo de *lawfare*, ou seja, um artifício utilizado através do sistema jurídico para subjugar um alvo pré-determinado, no caso, uma fração da burguesia que sustentava a governabilidade do mandato de Rousseff.

5.2 O KIRCHNERISMO PARA ALÉM DO PERONISMO – O CASO ARGENTINO

O período após o regime de convertibilidade é entendido por alguns autores, como Ferrer (2004), como o fim do Padrão de Desenvolvimento Capitalista baseado no consenso neoliberal; porém essa interpretação apressada não levou em consideração o continuísmo com algumas regras macroeconômicas, sobretudo o superávit fiscal e, talvez, o mais importante, a ausência de mudanças econômicas estruturais. Na avaliação de Gaitán e Boschi (2015, p.16), o mandato tampão do Presidente Eduardo Duhalde e o início do kirchnerismo marcou apenas o fim do período mais severo das políticas neoliberais – muito mais profundas na Argentina que no Brasil – nessa perspectiva, houve “uma tentativa de superar o modelo neoliberal e recuperar o ideário desenvolvimentista”.

O neoliberalismo mostrou sua face mais cruel na Argentina devido ao intenso processo de financeirização e o consequente aprofundamento da dependência em relação ao mercado externo, para gerar a quantidade de divisas em moeda estrangeira necessária para manter o padrão de vida do argentino médio (Basualdo, 2006a). Além do processo de desnacionalização e concentração sofrido pela economia argentina, consequência direta das políticas de liberalização, vale destacar o congelamento do salário mínimo mantendo a cifra constante durante o período 1993 – 2001 (Gaitán e Boschi, 2015).

Segundo Wainer (2018), esse desgaste na imagem das políticas neoliberais possibilitou ao governo de Néstor Kirchner um começo sem muitas amarras ligadas às políticas mais restritivas. No entanto, o arcabouço macroeconômico foi mantido, mesmo que de forma flexibilizada. Ainda segundo Wainer (2018), isso só foi possível devido a unificação das frações de classe fragmentadas, diante do contexto de caos social vivido durante a crise da convertibilidade até 2002, que se uniram no esforço para superá-la.

Conforme demonstrado através da história argentina por Di Tella (2017) e conceituado por Boyer (1989) e Arceo (2006), a formação do Bloco no Poder sempre foi um elemento caótico inerente a nação platina, mas foi atenuado durante esse período histórico motivado pela superação da crise. Com essa unidade inicial, o kirchnerismo se tornou a força política mais duradoura da história moderna argentina, permanecendo no poder, de forma contínua, por doze anos (Wainer, 2018). Na composição do Bloco no Poder, apenas o setor financeiro e as empresas com ativos dolarizados, além da ala ideológica, se mantiveram na defensiva; os demais setores do agronegócio, historicamente divididos entre grandes e pequenos e médios produtores (mesmo com as cotas para o agroexportador), a classe média, os trabalhadores sindicalizados e o setor industrial mantiveram o apoio durante todo o momento inicial (Gaitán e Boschi, 2015).

Diante desse cenário, a estratégia de Néstor Kirchner para o início do seu governo foi manter os parâmetros macroeconômicos herdados de Eduardo Duhalde, com câmbio competitivo para favorecer as empresas exportadoras, tanto agrícolas, quanto industriais, superávit comercial e financeiro, e a renegociação do pagamento da dívida, até então em *default* (Gaitán e Boschi, 2015). Para Wainer (2018), esse modelo visava garantir a entrada

de divisas em moeda estrangeira (dólar) ao passo que beneficiava parte importante de sua base de apoio. Esse período vai proporcionar a formação de um grande estoque de reservas internacionais potencializado pelo *boom* das *commodities*, mas também pelas exportações industriais.

Segundo Gaitán e Boschi (2015), um tipo de efeito *rebound* ocorre no setor industrial argentino, ao recuperar a capacidade ociosa em um primeiro momento e, depois, iniciar um processo de reindustrialização, entre 2002-2006, cessando a desindustrialização que marcou o período mais agudo e severo das políticas neoliberais durante o governo de Carlos Menem e Fernando de la Rúa nos anos 1990. No entanto, tal dinâmica ocorreu nos setores menos intensivos em tecnologia e, portanto, com menor valor agregado. A produção de setores importantes para o desenvolvimento tecnológico nacional como o têxtil, máquinas e equipamentos eletrônicos e automóveis não voltaram ao patamar de antes de 1990 (Gaitán e Boschi, 2015). Situação similar à ocorrida na maioria dos países da América do Sul, que evidencia a destinação do local da região na Divisão Internacional do Trabalho no contexto do neoliberalismo (Bresser-Pereira, 2012). Outra característica importante que vai influenciar a formação do Bloco no Poder a partir de representações por correspondência foi a desnacionalização e a concentração do capital ao final do processo de reindustrialização – que resultou em, aproximadamente, 70% das quinhentas maiores empresas do país serem pertencentes ao capital estrangeiro (Gaitán e Boschi, 2015).

Outro lado da estratégia inicial, proporcionado pelo conforto fiscal promovido pelas elevadas taxas de exportações, foi a valorização salarial promovida pelo governo Kirchner de maneira significativa, passando de ARS 300, em 2005, para ARS 4.400, em 2014 (Gaitán e Boschi, 2015). Esse cenário pode ser interpretado como uma alteração no Regime de Política Macroeconômica, ao acomodar os interesses do agroexportador, da indústria que se beneficiou com as exportações e o aumento relevante do consumo no mercado interno – com a queda do nível de desemprego –, além do aumento significativo do poder de compra da classe média (Wainer, 2018).

Diante dessa situação, e tal como o peronismo, o kirchnerismo também passa a ser rotulado como populista, mesmo mantendo alguns vínculos com aspectos neoliberais (Basualdo,

2006a). Na percepção de Gaitán e Boschi (2015), como na de Wainer (2018), o kirchnerismo representou um movimento político para além do peronismo, ao buscar formas contemporâneas para favorecer o desenvolvimento produtivo e social argentino. Todavia, o kirchnerismo foi muito mais estreito que o peronismo, por não alcançar dimensões além da política e da economia, como a cultural, mesmo mantendo-se no poder por doze anos ininterruptos. Basualdo (2006a) entende que o peronismo ficou tão marcado na cultura e no imaginário argentino, justamente pelas mudanças estruturais empreendidas no curto espaço de tempo – elemento que faltou ao kirchnerismo. As principais críticas a partir de um peronista, ao movimento kirchnerista, foi o fato deste tentar emplacar o ideário desenvolvimentista sobre bases neoliberais, mesmo após a tragédia ocorrida com o fim da convertibilidade (Gaitán e Boschi, 2015).

O kirchnerismo encontrou os limites do crescimento sem mudanças estruturais mesmo antes da Crise do *subprime* alcançar a Argentina, na percepção do autor:

Apesar do reposicionamento do capital industrial e das importantes mudanças produzidas na orientação da política econômica, não se desenvolveram novos setores dinâmicos nem a economia argentina se diversificou significativamente, ou seja, não houve mudança estrutural. (Wainer, 2018, p. 333) (tradução nossa).

O autor destaca que mesmo com os esforços dos governos de Néstor e Cristina Kirchner, para alterar o Regime de Política Macroeconômica, atendendo aos mais diversos setores com representantes na composição do Bloco de Poder, que dava sustentação política ao governo, as políticas econômicas foram recheadas de contradições e embates significativos como a crise leiteira no interior do país antes de 2009 (Gaitán e Boschi, 2015). Para Wainer (2018), durante o período inicial, entre 2002-2008, o kirchnerismo conseguiu emplacar o “modelo de crescimento com inclusão” (Wainer, 2018, p. 338), enquanto houve uma conjuntura internacional favorável – com muita liquidez no mercado financeiro, preços dos principais produtos de exportação argentinos em alta e crescimento da demanda – e, enquanto houve, no cenário interno, uma correlação positiva entre a estratégia distributiva com os ganhos de produtividade, mantendo estável os índices de inflação. Aos primeiros sinais de esgotamento dessa estratégia política/econômica as classes e frações de

classes começaram a abandonar as importantes alianças e, portanto, desestruturar o Bloco no Poder (Gaitán e Boschi, 2015).

A “estrutura produtiva desequilibrada e dependente” da Argentina (Wainer, 2018, p. 339) é vista como a principal causa do colapso da estratégia distributiva, uma vez que manteve a economia nacional refém dos fluxos financeiros sem condicionantes. Todavia, essa mesma estrutura produtiva danosa ao Estado nacional favorece importantes grupos econômicos presentes na Argentina, tanto de capital estrangeiro, quanto de capital argentino. Nesse sentido está correta a percepção do autor:

A inexistência de uma mudança estrutural na economia não se deveu apenas a um erro de diagnóstico ou por problemas “técnicos” de implementação por parte dos quadros do Estado (embora estes fatores pudessem certamente ter influenciado), mas, fundamentalmente, às características do bloco de classe dominante, que, apesar de ter sido temporariamente deslocado da cena política, manteve o seu domínio econômico quase intacto. (Wainer, 2018, p. 342) (tradução nossa).

Para essa parte das classes e frações de classe que estiveram deslocadas da hegemonia política, mas que sempre mantiveram seus ganhos econômicos, quando a “inflação sublimada”¹³ (Wainer, 2018, p. 321) aparece em um país com um histórico de inflação alta como a realidade Argentina, acabou alimentando as expectativas de depreciação da moeda que levaram o governo de Cristina Kirchner a tomar medidas como o emprego das reservas internacionais para equilibrar a situação.

Já durante o segundo período do kirchnerismo, entre 2010-2015, a economia conseguiu se recuperar, mas sem o mesmo vigor vivenciado durante o primeiro período, sendo que neste momento a economia foi puxada pelo consumo público que passou de 13,0% do PIB, em 2007, para 18,2%, em 2015, numa evidente estratégia anticíclica (Wainer, 2018).

Os desgastes existentes até a chegada da crise na Argentina já se avolumavam, mas houve um severo aprofundamento durante o segundo período, muito motivado pelas políticas expansionistas, que passaram a pressionar os índices de inflação e corroer a base de apoio

¹³ A inflação sublimada foi o termo que o autor utilizou para se referir às tentativas do governo de Cristina Kirchner de maquiar os índices de inflação após a crise de 2009 (Wainer, 2018).

do governo. Somou-se a esta conjuntura interna de recuperação econômica, em um novo contexto político de fragmentação do Bloco no Poder, a restrição externa da economia argentina – decorrente de fugas de capital para as economias centrais, em razão do rearranjo em suas taxas de juros pós-crise de 2009. E, uma vez que a economia argentina possui uma estrutura produtiva altamente dependente da dinâmica externa, a experiência desenvolvimentista, sustentada em bases neoliberais, atingiu o seu limite.

Nesse sentido, Wainer (2018), ao entender a delicada composição do Bloco no Poder, na realidade da nação platina, vislumbra que reformas econômicas estruturais com desdobramento político e social devem compor a agenda dos próximos movimentos progressistas; caso contrário; recairá nos mesmos erros vividos pelo movimento kirchnerista, que teve seu fim junto com a derrota governista – a eleição de Mauricio Macri em novembro de 2015.

5.3 ESTRATÉGIAS E DESEMPENHOS NACIONAIS COMPARADOS À LUZ DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Após discorrer sobre as estratégias empenhadas pelos líderes eleitos das duas maiores economias da América do Sul durante a Onda Rosa, é importante comparar os seus respectivos desempenhos. Para isto, alguns dados econômicos e indicadores sociais foram consolidados a partir das bases de dados da CEPAL e do FMI, para evidenciar os índices alcançados durante o período da Onda Rosa.

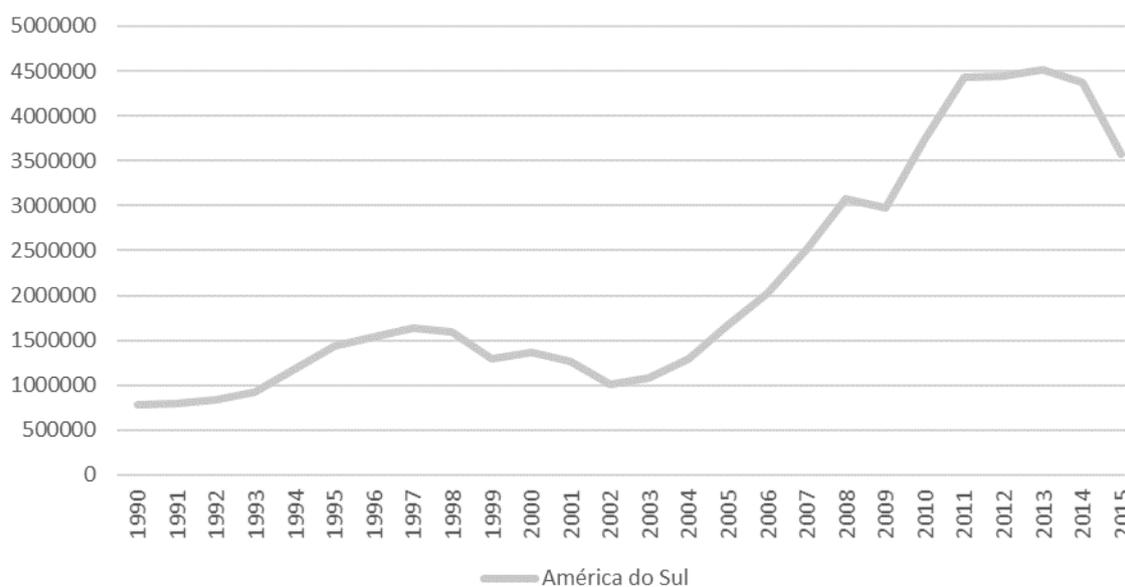
Para começar, é necessário destacar, conforme investigado nos capítulos anteriores, que a conjuntura internacional é um importante elemento analítico presente no contexto da região da América do Sul. Portanto, a Onda Rosa deve ser examinada a partir de duas perspectivas temporais ela: a primeira, que para o Brasil compreende os anos entre 2002 e 2008 e, para a Argentina, entre os anos de 2003 e 2008, devido aos resquícios da crise do fim da convertibilidade – período de alta liquidez nos mercados financeiros internacionais, crescente demanda pelos principais produtos exportados pela região (Barbosa e Souza,

2010) e um aumento significativo nas relações políticas entre os países da AL (Bresser-Pereira, 2012).

Já na segunda perspectiva, é marcada pela reversão da conjuntura internacional, entre os anos de 2009 e 2015, causada pelo comportamento das economias centrais que buscavam recuperar a dinâmica econômica depois da crise do *subprime*, que expôs os sistemas bancários, principalmente, dos EUA e da Europa (Lourenço e Tayra, 2021). Primeiramente, serão apresentados os desempenhos econômicos, para posterior aferição dos avanços sociais.

O gráfico 02 traz o PIB anual dos países da América do Sul consolidados¹⁴, desde o ano de 1990, que marcou o período mais agudo das políticas econômicas associadas ao neoliberalismo do início do PLP no Brasil, até o ano de 2015, para demonstrar a evolução do crescimento do PIB de todos os países da região em análise evidenciando um padrão regional existente, com melhores resultados durante a Onda Rosa.

Gráfico 2 – PIB anual em dólar corrigido (US\$ milhões)



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

¹⁴ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

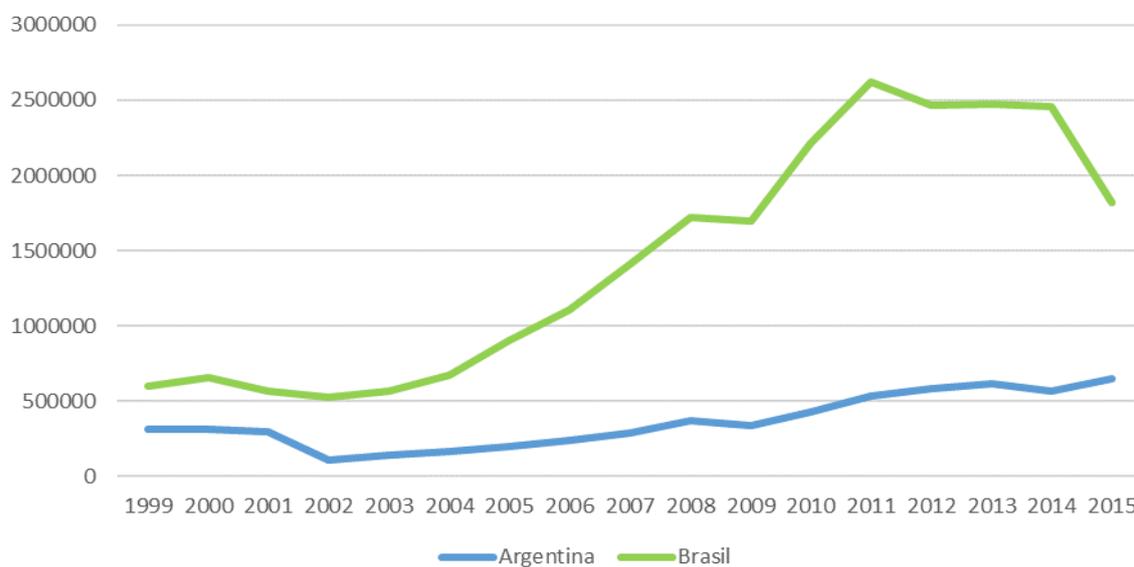
A evolução histórica da América do Sul sustenta o sucesso das estratégias empenhadas pelos líderes eleitos durante a Onda Rosa, mesmo com o corte motivado pela crise de 2009. As estratégias utilizadas na região seguiram o mesmo padrão das brasileiras e argentinas, ao buscar aproveitar o *boom* das *commodities* para formar reservas internacionais e atingir *superávit* primário, e aumentar a contribuição das famílias no mercado interno.

Para Gaitán e Boschi (2015, p. 20), na Argentina tal estratégia foi chamada de “modelo produtivo de inclusão social”, enquanto no Brasil, Barbosa e Souza (2010, p. 14) enxergavam como a consolidação de um “novo modelo de desenvolvimento de crescimento com distribuição de renda”. As semelhanças não se esgotam por aí, pois ambos os governos mantiveram as bases estruturais neoliberais do PLP, concomitantemente com o fortalecimento do mercado interno (Gaitán e Boschi, 2015).

No contexto argentino, em virtude do fracasso da convertibilidade peso-dólar, os governos de Duhalde e Néstor Kirchner puderam flexibilizar muito mais o tripé macroeconômico que o governo de Lula, no Brasil. Essa flexibilização manteve um câmbio competitivo e a formação de *superávit*, tanto comercial, quanto fiscal (Gaitán e Boschi, 2015). Já no Brasil, essa estratégia teve que ser mais contida, conforme já demonstrado, o governo Lula optou por manter as bases macroeconômicas bem estreitas, e só posteriormente, recorreu à chamada política híbrida (Barbosa e Souza, 2010).

Para destacar as singularidades existentes nas realidades do Brasil e da Argentina, o gráfico 03 traz os seus respectivos resultados do PIB anual a partir do início da Onda Rosa, que é o recorte temporal desta pesquisa. A grandeza da economia brasileira fica evidente, considerando-se o PIB regional (gráfico 02), quando os seus formatos mantêm traçados semelhantes; também a Argentina apresenta para o período evolução de crescimento semelhante. Também é possível perceber que, a partir de 2009, há uma acentuação positiva na linha de crescimento, demonstrando que mesmo com o cenário externo desfavorável ambas as economias conseguiram manter o ritmo de crescimento.

Gráfico 3 – PIB anual do Brasil e da Argentina durante a Onda Rosa em dólar corrigido (US\$ milhões)



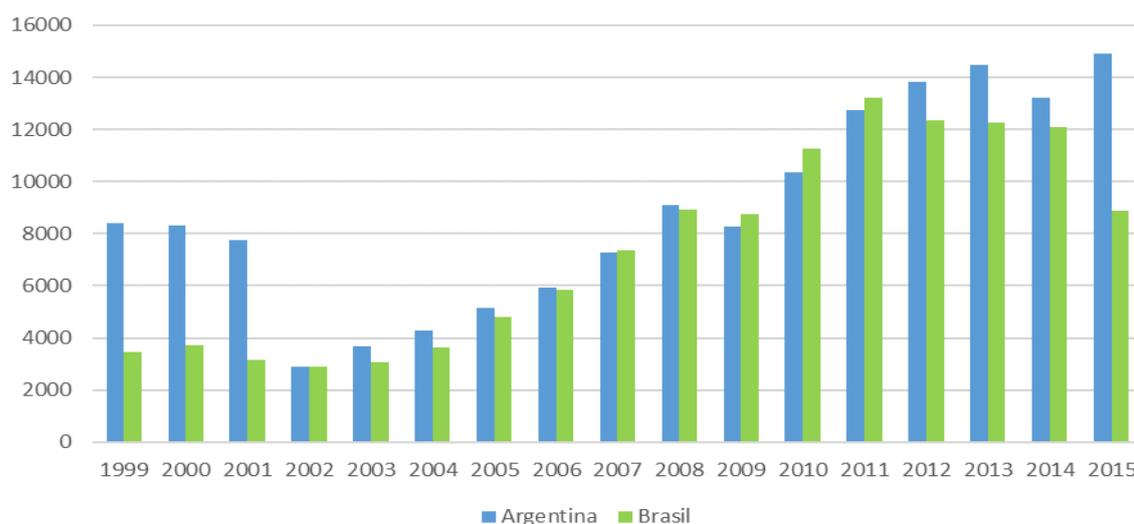
Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

Ao analisar sob a ótica *per capita* (gráfico 04), pode ser constatado que, proporcionalmente às respectivas populações, o crescimento comparado entre as duas nações foi equivalente a partir de 2002. Todavia, a contar de 2012 começou a ocorrer um distanciamento entre a Argentina e o Brasil, demonstrando que o Brasil não estava conseguindo manter a mesma dinâmica, tendo a situação agravada em 2014 diante do contexto de crise conforme apresentado por Lourenço e Tayra (2021). Ou seja, a estratégia de crescimento pautada em políticas de transferência de renda e valorização salarial sem modificar a estrutura produtiva vigente apresentou um curto período de sucesso – que se esgotou devido às restrições externas.

No caso argentino, ainda houve uma busca de incentivar as exportações, sobretudo industriais, mas em virtude da peculiaridade de seu parque industrial, quase todo desnacionalizado e que atende a interesses do capital internacional, quando ocorre um crescimento das exportações, o alto percentual de componentes importados acaba anulando os números positivos (Gaitán e Boschi, 2015). No caso brasileiro, Carvalho (2018) aponta

que, quando houve uma tentativa mais progressista, ilustrado pela NME do Ministro Mantega, já no governo Rousseff, foi tão mal planejada e executada que invés de contribuir para o avanço industrial, acabou sendo um dos fatores para a crise de 2014.

Gráfico 4 – PIB *per capita* do Brasil e da Argentina durante a Onda Rosa em dólar corrigido (US\$ milhares)



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

A evolução nos resultados econômicos alcançados é mais uma vez demonstrada através da tabela 01, com a taxa de crescimento do PIB das cinco maiores economias da região. A partir dela, pode ser observada um desempenho econômico anterior à crise do *subprime*, iniciada nos EUA em 2009, e um desempenho posterior assim como explicado por Barbosa e Souza (2010). Essa observação é importante, pois os países da região sofreram bastante com os efeitos da crise, sobretudo os mais dependentes das *commodities*, como é o caso da Venezuela (Carvalho, 2013).

Outra ponderação necessária é que os dados contabilizados da Argentina são referentes à pós-2002, devido à crise financeira vivenciada. Os outros três países tiveram uma oscilação esperada, com destaque positivo para a Colômbia, que mesmo no ano da crise conseguiu ter taxa de crescimento positiva. Tais desempenhos corroboram para demonstrar o padrão

regional existente, no entanto, para Casanova (2009), esse padrão regional não é coincidência ou mera conjuntura temporária, é fruto de uma estrutura herdada desde a origem do capitalismo que relegou a esta região um desenvolvimento subordinado ao dos países centrais (Bresser-Pereira e Gala, 2010).

Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB, valores constantes (%)

País	1999 - 2015	1999 - 2008	2009	2010 - 2015
Argentina	2,36	7,97*	-5,92	2,95
Brasil	2,79	3,42	-0,13	2,23
Chile	3,98	4,33	-1,12	4,25
Colômbia	3,69	4,20	1,14	4,66
Venezuela	1,96	3,70	-3,20	-0,08

15

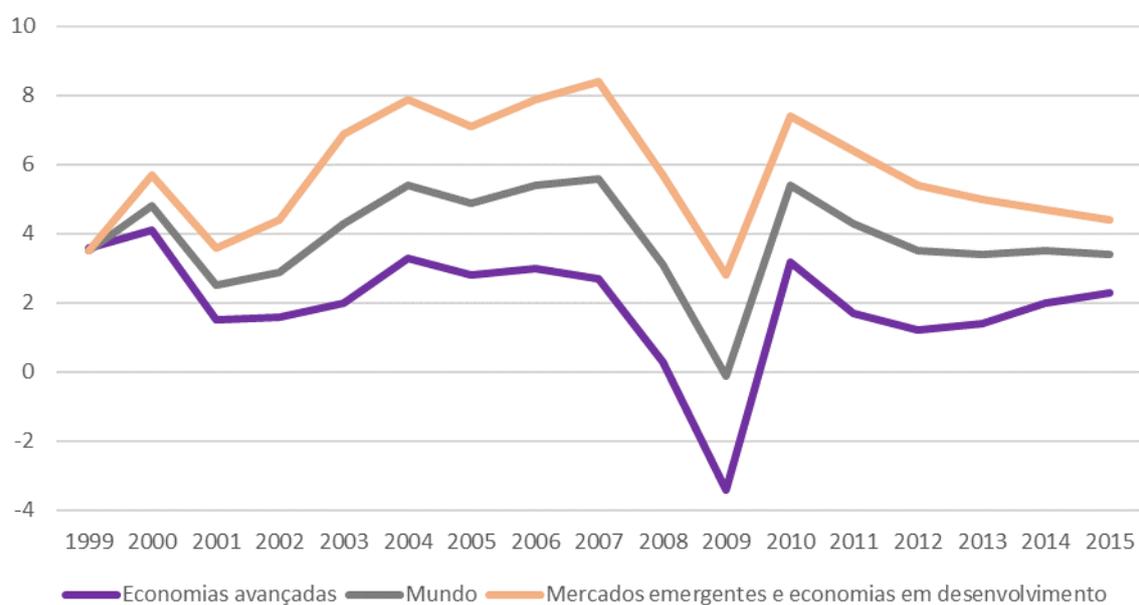
Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

Essa percepção é validada ao analisar o gráfico 05, que apresenta a taxa de crescimento real do PIB para as economias avançadas, “as emergentes” e a média mundial. Isso porque, as economias centrais estavam demandando menos no comércio internacional, as economias das regiões periféricas, como a América do Sul, tiveram que recorrer ao desempenho das suas atividades internas para conseguir manter o ritmo de crescimento.

Como observado no gráfico 05, as economias emergentes conseguiram manter a taxa de crescimento, inclusive acima da média mundial, mas como pode ser visualizado no gráfico 06, para o caso do Brasil e, principalmente, da Argentina, a custo dos seus resultados fiscais primários. Ambos os países buscaram através da expansão dos gastos, numa clara manobra anticíclica, dinamizar o mercado interno, pois os principais países, sobretudo os do Ocidente, estavam ocupados com a recuperação de suas economias (Wainer, 2018).

¹⁵ Devido à crise financeira estabelecida no país foram considerados apenas resultados a partir do ano de 2003.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento real do PIB ano/mundo (%)



Fonte: FMI; Elaboração Própria (2023).

Gráfico 6 – Resultado fiscal primário (% do PIB)

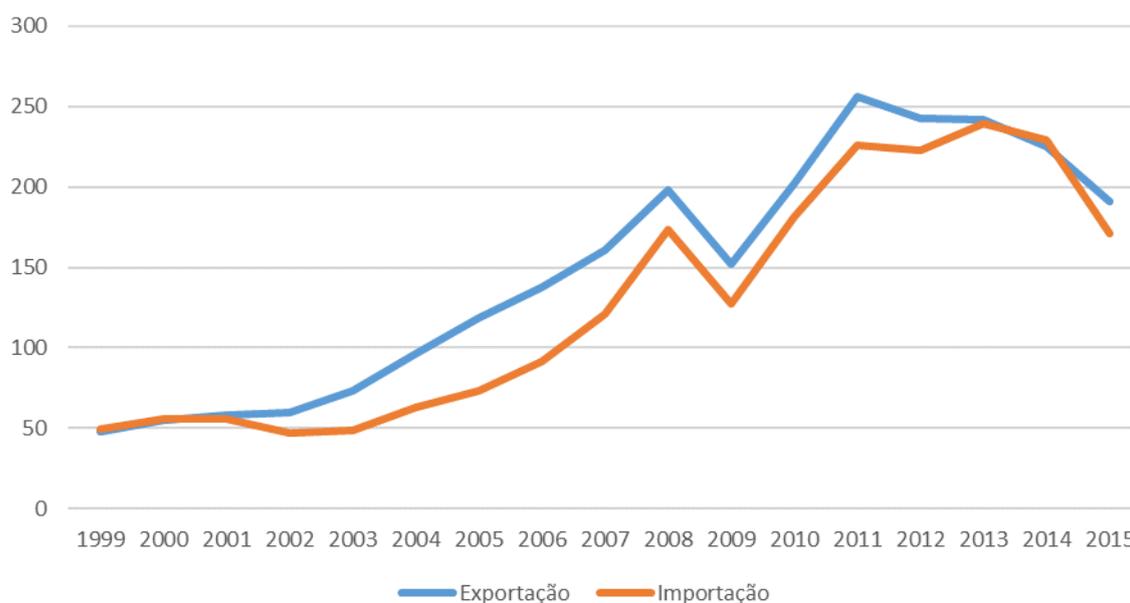


Fonte: CEPAL adaptado (2022); Elaboração Própria (2023).

A estratégia de crescimento econômico puxada pelos gastos públicos, diante da restrição externa empregada, tanto pelo governo Rousseff como pelo governo de Cristina Kirchner, conseguiu atingir resultados econômicos satisfatórios conforme relatados nos gráficos passados.

Os resultados expostos demonstram que mesmo com a crise do *subprime* de 2009, os líderes eleitos durante a Onda Rosa conseguiram manter as economias dos respectivos países com taxas de crescimento satisfatórias. No Brasil, o então governo Lula aproveitou a descoberta das reservas petrolíferas localizadas na camada do pré-sal e aumentou significativamente os gastos públicos, em especial os investimentos associados à implementação do PAC – gerando um efeito multiplicador, sobretudo na cadeia produtiva do petróleo. Apesar desta escolha, e do decorrente aumento significativo das importações (gráfico 07) necessárias para viabilizar a produção da nova fronteira petrolífera, os governos Lula obtiveram superávits fiscais primários sucessivos.

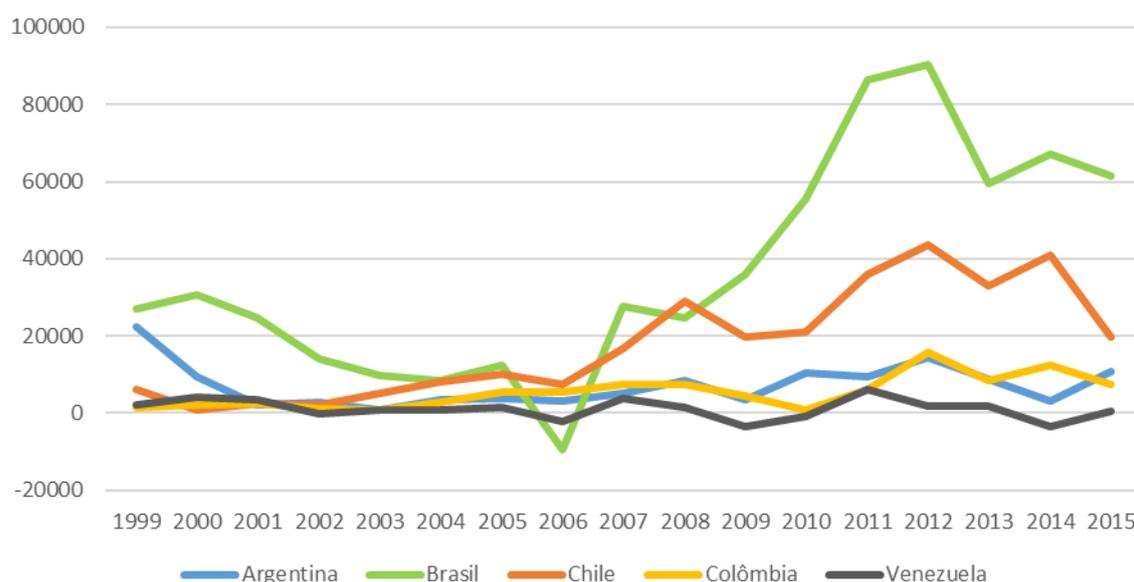
Gráfico 7 – Balança comercial brasileira (US\$ bilhões)



Fonte: BACEN; Elaboração Própria (2023).

Outro importante elemento analítico proveniente da conjuntura internacional e, mais especificamente, sobre a transição hegemônica mundial, é a maior participação do mercado chinês, concorrendo com as demandas já consolidadas do mundo ocidental, mas que estavam estagnadas devido à crise do *subprime*. Este movimento pode ser averiguado no gráfico 08, sobre Investimento Estrangeiro Direto (IED), no qual é perceptível o aumento significativo para as cinco maiores economias da região, tendo a China como um dos principais *players* dentro nessa nova conjuntura.

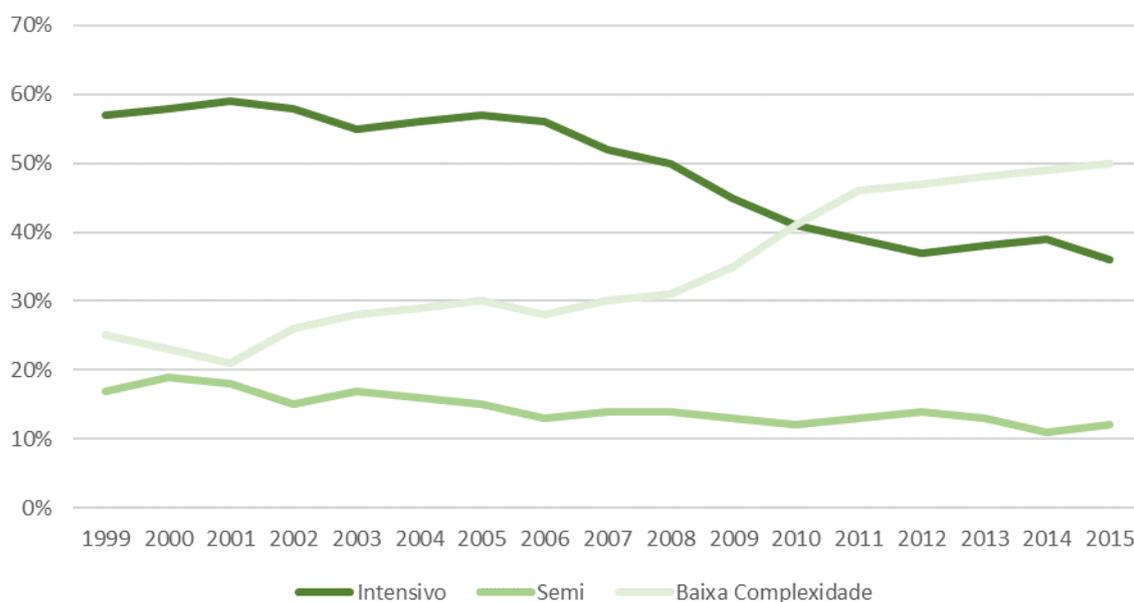
Gráfico 8 – Investimento estrangeiro direto (IED) (US\$ milhões)



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

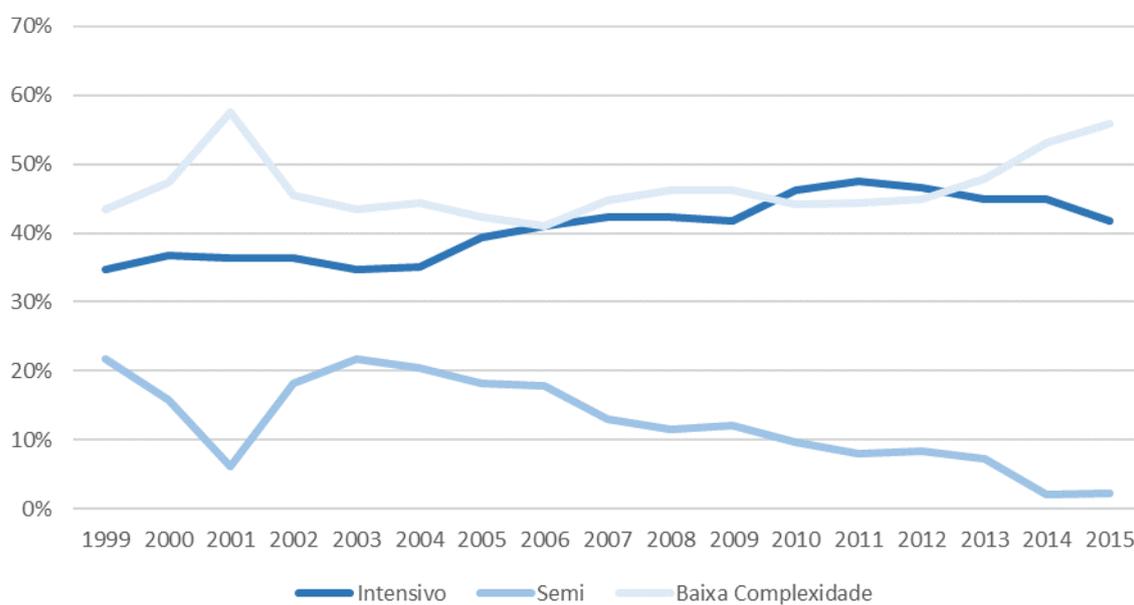
Com base nos gráficos, tabelas e análises realizadas fica evidente o desempenho econômico satisfatório alcançado pelos governos estudados. Durante o período analisado, alguns fatores pertinentes à conjuntura internacional – como o *boom* das *commodities*, a crise do *subprime* e o aumento da demanda chinesa no mercado internacional – foram decisivos para os resultados alcançados (Lourenço e Tayra, 2021). O Brasil e a Argentina, que detêm um mercado interno significativo, e uma estrutura produtiva complexa (Bresser-Pereira, 2012), souberam aproveitar essas condições e manusear os fatores internos para chegar ao resultado econômico atingido (Gaitán e Boschi, 2015).

Gráfico 9 – Evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (BR)



Fonte: MDIC (2023); Elaboração Própria (2023).

Gráfico 10 – Evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (AR)



Fonte: INDIC (2023); Elaboração Própria (2023).

Apesar desse crescimento econômico retratado nos gráficos anteriores, tal desempenho ocorreu na mesma estrutura neoliberal que delimita os países da periferia ao fornecimento

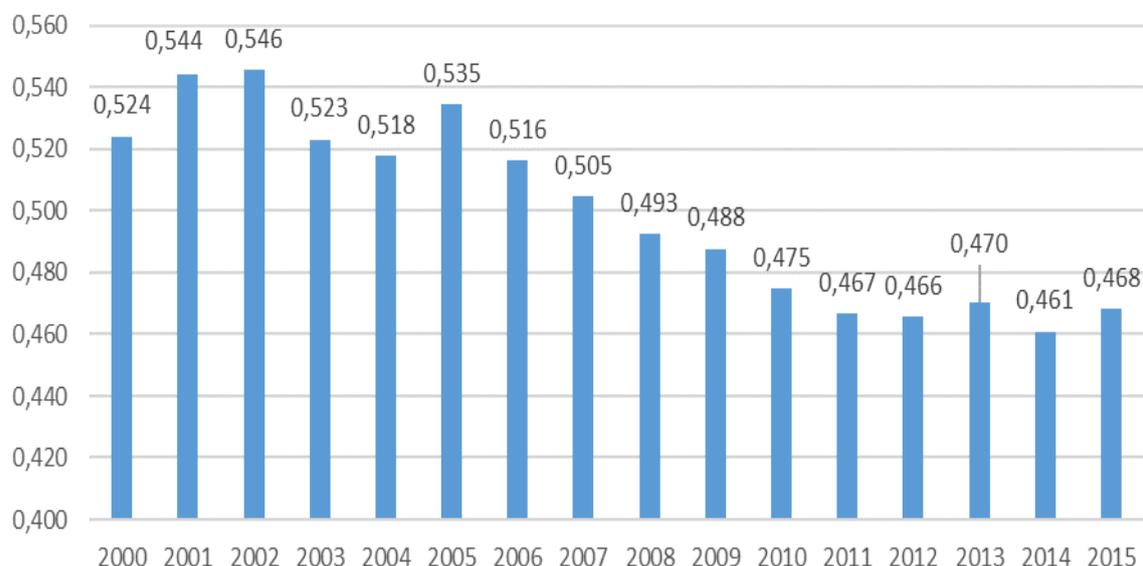
de *commodities*. Como pode ser observado o aprofundamento da reprimarização da economia brasileira no gráfico 9. Enquanto a Argentina, pelo fato de ter o Brasil como um dos principais destinos de suas exportações de bens intensivos em tecnologia, conseguiu um equilíbrio até o momento em que a economia brasileira entra em declínio, gráfico 10. Estes dois gráficos (9 e 10) demonstram a manutenção da estrutura produtiva neoliberal que limitava as escolhas dos governos vigentes.

Um dos elementos constitutivos, para corroborar com a tese de mudança no Regime de Política Macroeconômica, foram as estratégias escolhidas por ambos os países e, conforme demonstrado nos próximos gráficos, no sentido de formar um grande aparato de defesa social como a valorização do salário mínimo ocorrida tanto no Brasil, quanto na Argentina, o combate à pobreza com políticas públicas distributivas, além da melhoria nos serviços básicos de educação e saúde primária (Lourenço e Tayra, 2021 e Wainer, 2018).

Os autores Arceo (2006), bem como Bresser-Pereira (2006a), compreendem o período inicial do atual Padrão de Desenvolvimento neoliberal como muito nefasto para o povo da AL, que sofreu pela ausência seletiva do Estado, impossibilitado de amparar suas populações devido ao arrocho fiscal e que não encontravam no mercado a dinâmica necessária para crescer.

Nesse contexto, segundo Bresser-Pereira (2012), foram criadas as condições necessárias para o afloramento e início da Onda Rosa que varreu a AL, elegendo líderes políticos para combater as mazelas sociais evidenciadas por Arceo (2006), Arceo e Basualdo (2006), Boyer (1989), Boito JR (2007) e Bresser-Pereira (2006a) e atribuídas ao neoliberalismo. Assim, as estratégias que levaram a mudança no Regime de Políticas Macroeconômicas viabilizada pelas novas conformações dos Blocos no Poder em cada Estado Nacional, foram determinantes para os avanços sociais conquistados na Onda Rosa (Basualdo, 2006b). Os resultados dessas estratégias podem ser percebidos pelo Coeficiente de Gini, utilizado para quantificar o nível de desigualdade.

Gráfico 11 – Índice de Gini da América do Sul

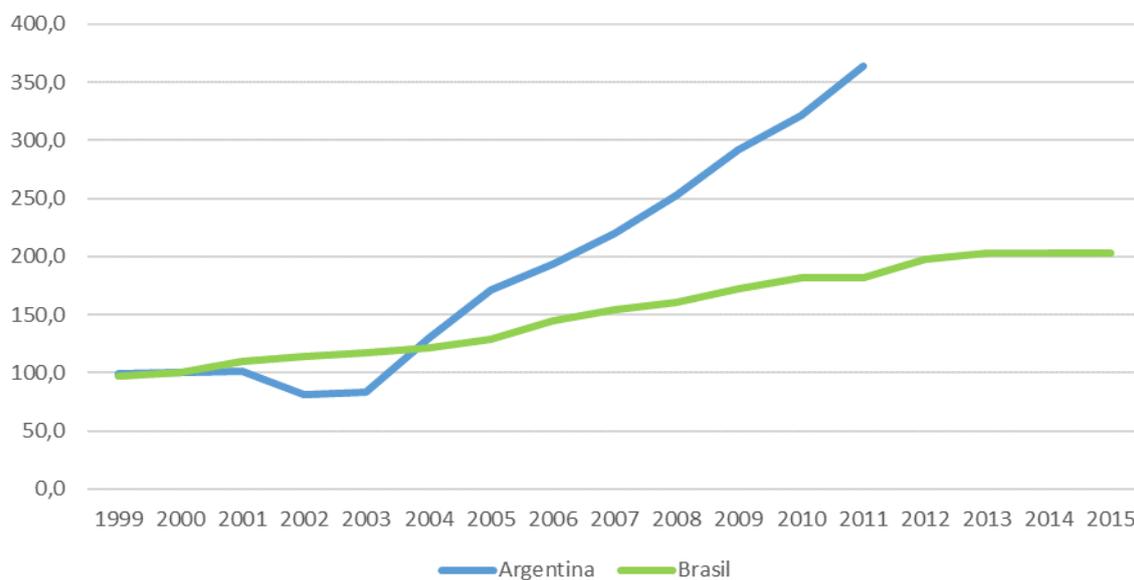


Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

Na análise do gráfico 11 é nítido o recuo da desigualdade na região alcançando o mínimo histórico do valor de 0,461, em 2014, mas devido às práticas interrompidas nesse mesmo ano, em 2015, o final simbólico da Onda Rosa, marca o início da curva ascendente apontando para uma retomada da desigualdade na região.

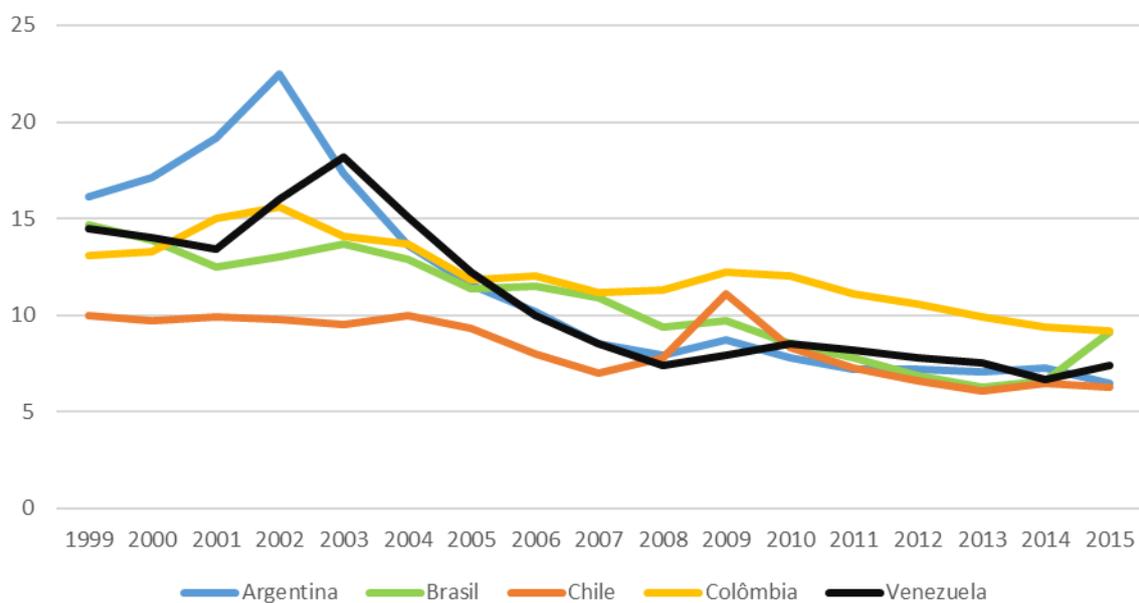
Esses avanços sociais, como dito anteriormente, foram resultados de políticas públicas, como o fortalecimento do salário-mínimo (gráfico 12); com destaque para o caso argentino, tendo em vista os dez anos de congelamento pelo qual passou a sua população, além de gastos e repasses governamentais com capacidade de dinamizar a economia, a ponto de reduzir drasticamente a taxa de desemprego por toda a região conforme visualizado no gráfico 13.

Gráfico 12 – Salário-mínimo nominal, deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de cada país (2000=100%)



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

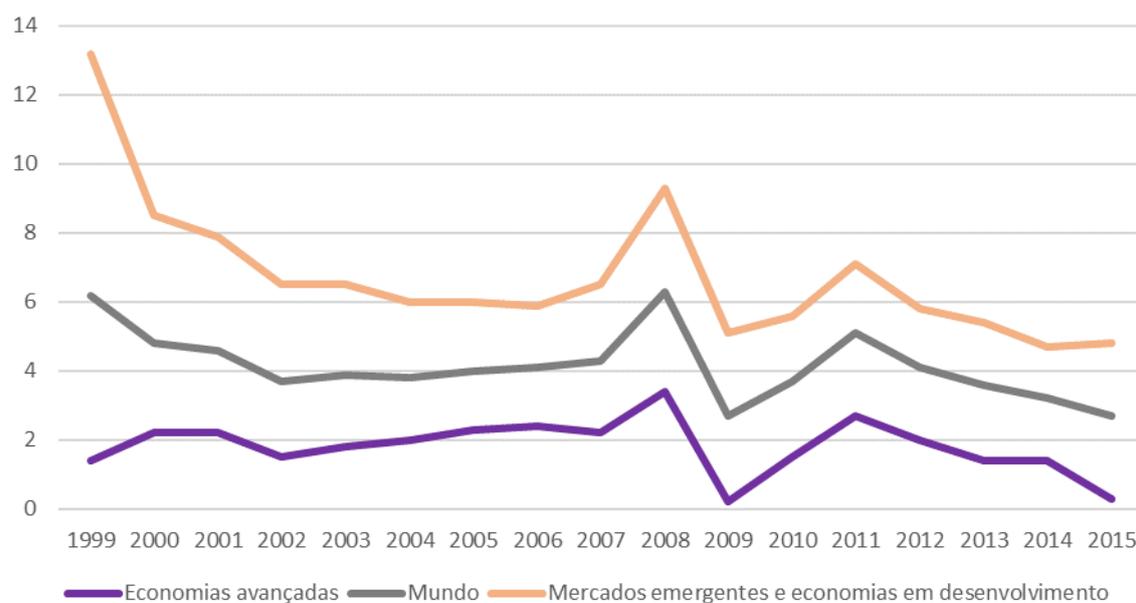
Gráfico 13 – Taxa de desemprego (variação percentual)



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

É importante destacar, sobretudo, quando a amostra é composta por países provenientes da periferia do capitalismo, que mesmo com um conjunto de políticas que poderiam ser classificadas como políticas fiscais expansionistas, portanto, com um elevado grau de desconfiança do mercado, por se assemelhar as práticas vinculadas ao “populismo fiscal”, os indicadores mantiveram-se em níveis controlados e, até baixos, conforme o gráfico 14 do FMI. As economias emergentes mantiveram o mesmo padrão das economias avançadas – diferentemente do período anterior ao ano de 2000, quando possuíam trajetórias distintas e que, posteriormente, ao fim da Onda Rosa, voltaram a apresentar trajetórias distintas.

Gráfico 14 – Taxa de inflação, preços médios ao consumidor (variação percentual anual)



Fonte: FMI; Elaboração Própria (2023).

Portanto, os resultados econômicos e sociais, obtidos pelos governos do movimento político da Onda Rosa, foram alcançados respeitando as “regras do mercado”. Tal feito coaduna-se com a hipótese apresentada para responder à pergunta inicial deste trabalho – Quais os motivos da Onda Rosa, enquanto movimento político sul-americano, não ter

conseguido estabelecer um novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista para os países da região?

Apesar do crescimento econômico com melhorias sociais (como a redução, de forma significativa, tanto dos níveis de extrema pobreza quanto os de pobreza durante o período da Onda Rosa – gráfico 15), resultado das políticas econômicas adotadas durante o período, impõe-se uma reflexão sobre quais transformações estruturais as sociedades periféricas-dependentes, em particular as da América do Sul, precisam implementar para conseguir alterar os seus respectivos Padrões de Desenvolvimento atualmente vigentes.

Gráfico 15 – Média da população da América do Sul em situação de pobreza e extrema pobreza (variação percentual)



Fonte: CEPAL (2022); Elaboração Própria (2023).

Desse modo, as estratégias de crescimento escolhidas, apoiadas na mudança-flexibilização de Regimes de Política Macroeconômica, tanto no caso brasileiro, quanto no caso argentino, encontram limites nas suas respectivas estruturas produtivas e em uma dinâmica macroeconômica condicionada fortemente por restrições externas, em virtude da posição

ocupada pela América do Sul na Divisão Internacional do Trabalho e pelo atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PASSO NÃO DADO

A Onda Rosa que varreu a América do Sul, na virada do século, foi um sopro de esperança por dias melhores. Nesse sentido, cabia ao movimento político, expresso em governos democraticamente eleitos, restabelecer o Estado como o agente responsável pelo desenvolvimento da região. Tendo essa premissa em mente, esta pesquisa acadêmica aglutinou saberes e conhecimentos para responder à sua pergunta e entender o motivo pelo qual, mesmo diante da implementação de mudanças importantes, tal objetivo não foi completamente alcançado.

Este trabalho buscou sistematizar os principais fatos históricos e seus desdobramentos, para ilustrar os principais argumentos explicativos para a não superação do Padrão de Desenvolvimento Capitalista vigente; a estrutura produtiva e o caráter dependente da economia periférica.

Ao longo do segundo capítulo foi demonstrado como a formação territorial da região foi moldada e condicionada para atender a interesses específicos de outras partes do mundo, desde o começo do sistema produtivo capitalista. Entretanto, ainda no segundo capítulo, foram expostas as inúmeras tentativas regionais de criação de autonomia – apesar dos fracassos recorrentes, a região avolumava características comuns aflorando o sentimento latino-americano e a sua regionalização a cada frustração.

O termo de comparação – Padrão de Desenvolvimento Capitalista – foi o foco dos dois capítulos seguintes, juntamente com a intenção de caracterizá-lo e descrevê-lo ao longo do tempo e no espaço da América do Sul, com destaque para o Brasil e para a Argentina. Concomitantemente ao conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista, mobilizou-se o conceito do Regime de Política Macroeconômica que, juntos, evidenciam e explicam os aspectos estruturais e conjunturais relativos ao cenário político, econômico e social de cada Estado nacional.

O principal atributo analítico – o Bloco no Poder – ganha destaque ao ser empregado em abundância para explicar a evolução histórica dos Padrões de Desenvolvimento Capitalistas ocorridos na região da América do Sul. A perspectiva histórica foi

preponderante por colocar as mudanças sociais históricas no centro das análises e por conseguir exemplificar o caráter antinacional e altamente dependente e subordinado das burguesias de cada país da região em relação ao Centro capitalista.

Por fim, o atual Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico e as oscilações existentes no Regime de Políticas Macroeconômicas foram analisados, constatando-se a enorme dificuldade de superar as estruturas produtivas, relativas ao Padrão de Desenvolvimento, embora, dentro do curto espaço de tempo relativo à Onda Rosa, tenha-se logrado alterar o Regime de Política Macroeconômica. Tal feito foi reflexo das mudanças ocorridas na conjuntura internacional e de inflexões no Bloco no Poder. Portanto, apesar das melhorias sociais advindas a partir da alteração no Regime de Política Macroeconômica, fruto da conjuntura internacional favorável, o Padrão de Desenvolvimento, associado a um determinado tipo de dependência estrutural – característica específica da periferia do capitalismo – não foi superado.

De forma resumida, temos que o Padrão de Desenvolvimento Capitalista identifica a estrutura produtiva corrente e, quando aplicado aos países da periferia do capitalismo mundial, como o Brasil e a Argentina, demonstra a forma dependente e subordinada dessas economias em relação aos países centrais. Desse modo, uma alteração no Padrão de Desenvolvimento Capitalista no Brasil ou na Argentina é, antes de tudo, a expressão de uma mudança ocorrida no centro do capitalismo, que impõe às demais regiões mundiais novas estruturas produtivas.

Já o Regime de Política Macroeconômica possui um cunho conjuntural, portanto, muito mais dinâmico. Inclusive, pode ocorrer mais de um Regime dentro do mesmo Padrão de Desenvolvimento, sendo que suas oscilações são fortemente moldadas pelas possibilidades e limitações impostas pela conjuntura internacional do momento e o grau de influência exercida em cada economia nacional vai ser inversamente proporcional à complexidade econômica e social existente.

A análise comparativa entre o Brasil e a Argentina evidenciou muitas semelhanças nas estratégias econômicas utilizadas pelos governos petistas e pelos governos kirchneristas,

como a valorização do salário-mínimo e o grande guarda-chuva sociais usados como ferramentas para impulsionar o mercado interno, mas também demonstram que em ambos os países não houve um projeto nacional alternativo ao neoliberalismo. Tais medidas só foram viáveis devido à conjuntura internacional que possibilitou a mudança no Regime de Política Macroeconômica, com o afrouxamento do tripé macroeconômico, no Brasil, e o fim do regime de conversibilidade, na Argentina. Como também demonstrou os limites dessas estratégias ao se deparar com as restrições externas existentes no atual Padrão de Desenvolvimento neoliberal. De tal forma, as diferenças nas estratégias escolhidas e nos resultados encontrados entre Brasil e Argentina estão muito associadas às complexidades e fatos históricos recentes, como a crise da conversibilidade na Argentina, que possibilitou um cenário muito mais favorável, inicialmente, para as mudanças requeridas, enquanto que a dimensão do mercado interno brasileiro garantiu melhores resultados através das estratégias adotadas.

Desse modo, a hipótese da pesquisa foi validada ao ser constatada que a ocorrência de crescimento econômico com avanços sociais importantes durante a Onda Rosa, decorrente de alterações nas políticas econômicas, sobretudo, nos Regimes de Políticas Macroeconômicas, foram, de fato, de caráter efêmero. Uma vez que, com a manutenção da base econômica neoliberal, constituída por um conjunto de reformas estruturais de difícil reversão, implementadas ao longo de pelo menos quatro décadas – em virtude da articulação dependente da região, com burguesias subordinadas ao imperialismo e sem projetos nacionais – não houve possibilidade de estabelecer mudanças estruturais para viabilizar uma nova dinâmica produtiva na região.

Uma perspectiva interessante é observar a Onda Rosa como o início de um longo período de transição; tal como percebido por Arrighi (1996), estaríamos vivendo um período de transição hegemônica, com o declínio dos Estados Unidos e com a ascensão da China. A partir dessa perspectiva poderia estar em curso um período de transição econômica que levaria à alteração, no plano mundial, do Padrão de Desenvolvimento Capitalista vigente. Com essa perspectiva histórica, de longa duração, pode-se dar como exemplo o período de outra transição – o comandado por Getúlio Vargas – que conciliou as políticas de

valorização do café, inclusive de maneira institucionalizada, com o progresso industrial. Adicionalmente, outro exemplo pode ser utilizado ao relembrar a literatura econômica colombiana, supracitada no quarto capítulo, por narrar sua história econômica destacando os períodos de transições entre os Padrões de Desenvolvimento.

Por isso, é válido ressaltar que a Onda Rosa ocorreu, totalmente, dentro da normalidade democrática, assim, as alterações no Regime de Política Macroeconômica vivenciadas podem ser entendidas como estratégias de acomodação devido à transição democrática. De tal forma, a partir da tese de Bandeira (1999), de que mudanças estruturais demandam condições internacionais favoráveis ao longo do tempo, é preciso reforçar que nem a experiência do PT, durante a Era Lula ¹⁶, no Brasil, e nem o Kirchnerismo ¹⁷, na Argentina, encontraram cenários com a correlação de forças adequadas para transformar suas estruturas produtivas.

Como ressalvas, é importante destacar a necessidade de algumas análises complementares, por falta de conteúdo específicos na mesma linguagem dos conceitos empregados, uma vez que os conceitos de Padrão de Desenvolvimento Capitalista e de Regime de Política Macroeconômica, assim como o principal atributo do primeiro (o Bloco no Poder), não são empregados da mesma maneira para todas as realidades dos países da América do Sul. Esse foi um dos principais elementos que restringiu a análise comparativa do Brasil e da Argentina. Outro elemento considerável é a extensão analítica associada ao termo de comparação – Padrão de Desenvolvimento Capitalista – por abranger, com o mesmo nível de relevância, tanto aspectos políticos, quanto aspectos econômicos, de tal forma que a pesquisa não poderia se aprofundar apenas em uma dessas dimensões.

Como sugestões de novas pesquisas fica evidente a necessidade de continuar o esforço acadêmico para compreender os desdobramentos da Onda Rosa na América do Sul, inclusive com a segunda onda rosa que possui novas características, menor extensão, mais diversificada, mas ainda resguarda elementos da primeira Onda. Soma-se a estas

¹⁶ “Era Lula 1” foi empregada para diferenciar o período dos dois governos Lula e Dilma do terceiro governo Lula.

¹⁷ “Kirchnerismo 1” foi empregado para diferenciar o Kirchnerismo de Néstor e Cristina com a retomada do Kirchnerismo com o governo de Alberto Fernández.

percepções a introdução de novas tecnologias disruptivas, principalmente na área energética, que compõe parte significativa da estrutura produtiva vigente, e o clamor por uma economia mais verde diante das alterações climáticas, como possíveis fatores para alterar estruturas produtivas no centro capitalista e, por conseguinte, o presente Padrão de Desenvolvimento Capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. et al. *A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”*. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, n. 4 (1), pp. 25-35, 2010.

ALVES, J. E. D. *Análise de Conjuntura: Teoria e Método*. FTMRS. Jul, 2008.

ARCEO, E. *El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares*. En BASUALDO, E. y ARCEO, E. (eds.) **Neoliberalismo y Sectores Dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales** (Buenos Aires: CLACSO). 2006.

ARCEO, E. e BASUALDO, E. M. *Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo*. En BASUALDO, B.; ARCEO, E. (org.) **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Contraponto. Editora Unesp, 1996.

BANDEIRA, W. J. *Conjuntura, Estrutura e Crescimento Econômico no Brasil*. Informe Econômico – UFPI, 1999.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. *A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda*. Em: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Ed.). **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BASUALDO, E. M. *Los primeros gobiernos peronistas y la consolidación del país industrial: éxitos y fracasos* (Buenos Aires: FLACSO- Página 12). 2004.

BASUALDO, E. M. *La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas: de la sustitución de importaciones a la valorización financeira*. En BASUALDO, B.; ARCEO, E. (org.) **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006a.

BASUALDO, E. M. *Estudios de historia económica argentina de mediados del siglo XX a la actualidad* (Buenos Aires: Siglo XXI Argentina). 2006b.

BIELSCHOWSKY, R. *Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo*. Revista da CEPAL, 97, abril de 2009.

BIRD, Indicadores de desenvolvimento, 2023. Disponível em: <<https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators>> Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.

BOYER, R. *La teoría de la regulación. Un análisis crítico* (Buenos Aires: SECYT/CONICET/CNRS/Editorial Humanitas). 1989.

BOITO JR. A. *Estado e burguesia no capitalismo neoliberal*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 57-73. Jun, 2007.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. Trad. Ana Maria Camargo. *Revista de História*, vol. 30, n. 62, pp. 261-194, abril-junho de 1965.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006a.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Estratégia Nacional e Desenvolvimento*. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho, 2006b.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Crescimento e desenvolvimento econômico. Notas para uso em curso de desenvolvimento*. Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas, jun. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina*. Desenvolvimento Econômico e Crise: Ensaio em Comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C. e GALA, P. *Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento*. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, out-dez, 2010.

BRICEÑO, J. Regionalismo latino-americano: Produção de saber e criação e importação de teoria. Dossiê: **Mundialização, Regionalização e Fronteiras**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 18 (2). Mai-Ago, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.2.29.593> Acesso em: 23 de março de 2023.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1997.

CAMARA NETO, A.F.; VERNENGO, M. *Padrões de investimento, crescimento e produtividade na economia argentina*. Em: Bielschowsky, R. (Org) **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.1; v.2; total 924 p. 2013.

CARVALHO, C. E. *Venezuela: petróleo abundante, desenvolvimento difícil*. Em: Bielschowsky, R. (Org) **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.1; v.2; total 924 p. 2013.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASANOVA, P. G. *El colonialismo interno*. 1965. En CASANOVA, P. G. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación**. Buenos Aires: Clacso, 2009.

CASTELO, R. *As encruzilhadas da América Latina no século XXI: Gramsci e a crise orgânica em Nuestra América*. IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos, 2010.

CEPAL. Sobre a CEPAL. 2022. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br>> Acesso em: 23 de maio de 2022.

CHESNAIS, F. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Economia e Sociedade, v. 4, n. 2, p. 1-30, 1995.

CLAES. *Regionalismo Autónomo*. 18 de nov. de 2007. Disponível em: <<https://integracionsur.com/regionalismo-autonomo/>> Acesso em: 21 de agosto de 2022.

COSTA F. N. *Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo*. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 205, maio 2012.

DI TELLA, T. História social da Argentina contemporânea / Torcuato Di Tella. – 2. ed. rev. - Brasília: FUNAG, 2017.

DIAZ, A. *Evolução e Transformação Estrutural da Economia Chilena 1950-2009*. Em: Bielschowsky, R. (Org) **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.1; v.2; total 924 p. 2013.

DELFIN NETTO, A. e IKEDA, A. *Estratégias de Desenvolvimento em Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. SUCSÚ, J. e CASTELAR, A. IPEA, Brasília, 2009.

FERRER, A. **La economía Argentina**. 3.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2004.

FILGUEIRAS, L. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. FE-UFBA; 57p (mimeo), 2005.

FILGUEIRAS, L. *A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização*. Centro Celso Furtado e BNB, 2012.

FILGUEIRAS, L. *The Governments of the Workers' Party: Capitalist Development Pattern and Macroeconomic Policy Regimes*. Latin American Perspectives, v.47, p.28 - 44, 2020.

FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FURTADO, C. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Nova edição: Centro Internacional Celso Furtado/Contraponto, 2009.

HARVEY, D. Notes towards a theory of uneven geographical development. In HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism**. London: Verso, 2006.

KATZENSTEIN, P. *A World of Regions. Asia and Europe in the American Imperium*. Cornell University Press, pp. 1-36, 2005.

KRAYCHETE, E. S. El Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) y la expansión de empresas brasileñas de construcción civil para América del Sur. Em SOARES DE LIMA, M.R. et al (edit.). **Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, pp. 189-214, 2016.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *Quão Integrados estão os países da América Latina e Caribe*. Comércio Exterior, 2017. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_2017_comercio_exterior.html> Acesso em: 22 de Out de 2020.

GAITÁN, F. e BOSCHI, R. *Estado, atores predominantes e coalizões para o desenvolvimento: Brasil e Argentina em perspectiva comparada*. Texto para Discussão, No. 2098, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.

LEOPOLDI, M. A. P. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência*. p. 242-285 In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. de A. N. (Orgs.) *O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção O Brasil Republicano, livro 2, 2003.

LIMA, M. I. S.; VILLAMAR, M. C. V. *Regionalismos e cooperação em saúde: a experiência da UNASUL*. Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.12, e59256, 2021.

LIMONCIC, F. *Vargas e Roosevelt – Inventores do New Deal*. Insight Inteligência. Pelegos Ianques p. 130-141, abr, maio, jun, 2003.

LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia / Política a Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital*. São Paulo, Editora Abril, 1983.

LOURENÇO, A. e TAYRA, F. *A política econômica brasileira sob Guido Mantega: 2006 / 2014*. Nexos Econômicos v. 15, n. 2, p. 8–28, jul-dez. 2021.

LOWY, M. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Revista Actuel Marx, 18, out. 1995.

MACEDO e SILVA, A. C. *In médio virtus? O Caso da Colômbia*. Em: Bielschowsky, R. (Org) **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v.1; v.2; total 924 p. 2013.

MILANI, C. R. S. *A evolução histórica da Cooperação Norte – Sul*. Em **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Mello e Souza, A. (org). Brasília. IPEA, 2014.

MORAIS, L. e SAAD-FILHO, A. *Da economia política a política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula*. Em *Revista de Economia Política*, São Paulo, 31 (4) (out/dez): 507-527, 2011.

OLIVEIRA, A. N. C. *Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana*. *Revista do CESOP (opinião pública)*, campinas, vol. 26, nº 1, jan.-abr., p. 158-192, 2020.

OREIRO, J. L. *Crescimento e regimes de política macroeconômica: teoria e aplicação ao caso brasileiro (1999-2011)*. 8º Fórum de Economia de São Paulo – FGV, 2011.

PADULA R. *Da IIRSA ao COSIPLAN da UNASUL: A integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança*. Em W.A. Desiderá Neto (org.). **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. IPEA, pp. 291-351, 2014.

PEÑA, F. *La integración del espacio sudamericano. La Unasur y el Mercosur pueden complementarse?* *Nueva Sociedad*, 219, (jan.-fev.), p. 46-58. 2009.

PENIDO, A. e STÉDILE, M. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PÉREZ, O. J. *The place of the military in South American governance*. Em Riggiozzi, P. e Wylde, C. **Handbook of South American Governance**. Routledge, pp. 221-234, 2018.

PINO B. A. *A evolução histórica da Cooperação Sul – Sul (CSS)*. Em **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Mello e Souza, A. (org). Brasília. IPEA, 2014a.

PINO B. A. *América latina na cooperação internacional para o desenvolvimento*. Em **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Mello e Souza, A. (org). Brasília. IPEA, 2014b.

PORTO-GONÇALVES, C.W. “Ou inventamos ou erramos – encruzilhadas da integração regional sul-americana”. Em A. Regoa Viana et al. **Governança Global e Integração da América do Sul**. IPEA, pp. 133-175, 2011.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2004.

PREBISCH, R. (1949). *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. *Boletín económico de América Latina*, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile, 1962.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: Anibal Quijano: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, P. 285-327, 2014.

ROSENBERG, J. *Uneven and Combined Development: 'The International' in Theory and History*. In: ANIEVAS, Alexander e MATIN, Kamran (eds.). **Historical Sociology and World History: Uneven and Combined Development over the *Longue Durée***. Londres e Nova York: Rowman & Littlefield, 2016.

ROSTOW, W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge University Press, Cambridge, 1960.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, T. dos. **A teoria da dependência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARETTA, F. *Estado e Desenvolvimento: Argentina e Brasil (1946 -1955)*. Universidade Estadual Paulista – UNESP. 2005.

SCHUMPETER, J. A. Der unternehmer (1928). In: FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração, São Paulo v. 34, n. 2, p. 05-28, abr/jun 1999.

SCHVARZER, J. **La industria que supimos conseguir**. Una historia político-social de la industria argentina. Buenos Aires: Planeta. 1996.

SHILLIAM, R. *The Atlantic as a Vector of Uneven and Combined Development*. **Cambridge Review of International Affairs**, vol.22, n.1, p.69-88, 2009.

SICSÚ, J. *A Construção De Uma Estratégia De Desenvolvimento em Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. SUCSÚ, J. e CASTELAR, A. IPEA, Brasília, 2009.

SILVA, F. P. *Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço*. Revista SURES, feb, n.: 5, pág. 67 – 94, 2015.

WAINER A. *Economía y política en la Argentina kirchnerista (2003-2015)*. Rev. Mex. Sociol vol.80 no.2 Ciudad de México abr./jun. 2018.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas mundo: una introducción**. 2004.